



ESTUDOS DE CASOS
EM ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

ORGANIZADORA | PROF^a DR^a. ANNAHID BURNETT

**ESTUDOS DE CASOS EM ECONOMIA
SOCIAL E SOLIDÁRIA**

ESTUDOS DE CASOS EM ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA

ORGANIZADORA:

Prof^a Dr^a. Annahid Burnett
aburnett8@gmail.com

Universidade Federal de Pernambuco

Reitor: Prof. Alfredo Macedo Gomes

Vice-Reitora: Prof. Moacyr Araújo

Diretor da Editora: Diogo Cesar Fernandes

Vice-Diretor da Editora: Prof. Junot Cornélio Matos

Editor: Flávio Gonzalez

Catálogo na fonte

Bibliotecária: Kalina Lígia França da Silva, CRB4-1408

E82 Estudos de casos em economia social e solidária [recurso eletrônico] / organizadora : Annahid Burnett. – Recife : Ed. UFPE, 2020.

Vários autores.
Inclui referências.
ISBN 978-65-86732-47-4 (online)

1. Economia social – Estudo de casos. 2. Cooperativismo. 3. Economia – Aspectos sociais. 4. Economia – Aspectos ambientais. 5. Projetos de desenvolvimento social. I. Burnett, Annahid (Org.).

334 CDD (23.ed.) UFPE (BC2020-073)



Rua Acadêmico Hélio Ramos, 20, Várzea
Recife, PE | CEP: 50.740-530
Fone: (0xx81) 2126.8397 | Fax: (0xx81) 2126.8395
www.ufpe.br/edufpe | livraria@edufpe.com.br

Todos os direitos reservados aos organizadores: *Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfílmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.*

SUMÁRIO

Apresentação	7
<i>Annahid Burnett</i>	

CAPÍTULO I

A Economia Popular e Solidária e a Roda de Conversa como uma Prática Pedagógica Docente Eficaz: Uma Reflexão em Atividades Desenvolvidas na Feira do Semiárido / UEFS-BA	9
<i>José Raimundo Oliveira Lima</i>	

CAPÍTULO II

Povo Puruborá da Aldeia Aperoi, RO: Saberes, Existência e Resistência	27
<i>Edson Caetano</i>	
<i>Anatália Daiane de Oliveira Ramos</i>	

CAPÍTULO III

Agroecologia, Produção Associada e Juventude Camponesa: Em Terras do Agronegócio, Quem Produz Agroecológica e Associadamente se Preocupa com a Vida, a Natureza e o Futuro	49
<i>Edson Caetano</i>	
<i>Eva Emília Freire do Nascimento Azevedo</i>	

CAPÍTULO IV

Economia Social e Solidária, Comércio Justo, Desenvolvimento Sustentável e Cooperativas de Alimentos	67
<i>Annahid Burnett</i>	

CAPÍTULO V

Gestão de Resíduos Sólidos do Campus da UNEB: Articulando Pesquisa, Gestão Ambiental e Políticas Públicas	83
<i>Darluce da Silva Oliveira</i>	
<i>Isabelle Pedreira Déjardin</i>	

CAPÍTULO VI

- A Produção Socioespacial dos Dionizios** 105
Juliana Cristina Ribeiro da Silva

CAPÍTULO VII

- As Possibilidades da Economia Solidária na Inclusão de Pessoas Cegas e com Baixa Visão no Mundo do Trabalho** 125
Robenilson Nascimento dos Santos

CAPÍTULO VIII

- Dádiva, Voluntariado e Desenvolvimento Social: Apontamentos Teóricos** 143
Wanderley Buriti de Moraes
Leonardo de Araújo e Mota

CAPÍTULO XIX

- Cooperação e Empoderamento Feminino: O Caso da Cooperativa Agrária dos Assentados do Vale do Piquiri (Cooperagra) e da Associação de Mulheres do Assentamento Nossa Senhora (Amana) do Paraná** 167
Nadja Simone Menezes Nery de Oliveira
Elenice Silva Carvalho
Thiago Pereira do Nascimento
Carla Maria Schimit

CAPÍTULO X

- “Remando contra a maré?” – Mantendo a Essência de um Empreendimento de Economia Solidária à Margem da Sociedade de Consumo** 201
Marcelo Rezende Pinto
Daniela Viegas da Costa Nascimento
Jaqueline Araújo Silva
Maytê Cabral Mesquita

Apresentação

A ideia para organizar este livro veio durante minha participação como representante do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR – da Universidade Estadual da Paraíba – UEPB, no II Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local, Encontro Interterritorial de Redes de Comercialização de Produtos do Semiárido e XI Feira do Semiárido: Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial – Temos Sede de que? – eventos simultâneos organizados pela Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS – na Bahia. Os eventos reuniram pesquisadores de vários países com trabalhos bem diversificados e inéditos nesta área.

Esta coletânea reflete também os critérios da nova política da Capes da endogenia/exogenia, abrangendo trabalhos de pesquisadores de diversas regiões e diferentes universos, nesta área tão ampla e diversificada da Economia Social e Solidária. Todos os capítulos transmitem a grande paixão pela pesquisa, pela produção empírica e pela descoberta desses espaços de resistência comunitária.

No primeiro capítulo o pesquisador José Raimundo Oliveira Lima nos brinda com suas reflexões sobre as rodas de conversa, método desenvolvido nos encontros com os grupos de Economia Popular e Solidária do semiárido baiano. Os pesquisadores Edson Caetano e Anátalia Ramos oferecem suas análises e reflexões sobre a produção de saberes de comunidades tradicionais de Rondônia, no segundo capítulo. A agroecologia e a juventude rural na terra do agronegócio, é a pesquisa do terceiro capítulo desenvolvida com maestria por Edson Caetano e Eva Emília Azevedo. Vários conceitos do campo de pesquisa em Economia social e solidária, como comércio justo, desenvolvimento sustentável e cooperativa de alimentos são desenvolvidos no quarto capítulo pela pesquisadora Annahid Burnett. A gestão de resíduos sólidos no âmbito

da pesquisa e políticas públicas são contempladas no quinto capítulo pelas pesquisadoras muito experientes, Darluce Oliveira e Isabelle Déjardin. O sexto capítulo nos faz descobrir a realidade de produção quilombola dos Dionízios no Mato Grosso, registrada pela pesquisadora Juliana Ribeiro da Silva, que nos permite mergulhar nesse universo mágico. Uma pesquisa impar na área é a de Robenilson Nascimento dos Santos, sobre seu universo de pessoas cegas, tendo a Economia Solidária como possibilidade de inclusão. A terceiro setor é sabiamente abordado no oitavo capítulo através das reflexões teóricas dos pesquisadores Wanderley Buriti e Leonardo Mota. Uma contribuição muito importante no âmbito rural de gênero e empoderamento foi feita pelas pesquisadoras Nadja Nery de Oliveira, Elenice Carvalho, Thiago Nascimento e Carla Schmit no capítulo nove. E, para finalizar com chave de ouro, o décimo capítulo, a pesquisa de Marcelo Rezende, Daniela Nascimento, Jaqueline Silva e Maytê Mesquita sobre o universo das feiras orgânicas em bairros de classe média em Belo Horizonte e a resistência dos produtores em relação aos rótulos da sociedade de consumo.

Desejamos que os leitores se deleitem!

Annahid Burnett

CAPÍTULO I

A ECONOMIA POPULAR E SOLIDÁRIA E A RODA DE CONVERSA COMO UMA PRÁTICA PEDAGÓGICA DOCENTE EFICAZ: UMA REFLEXÃO EM ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NA FEIRA DO SEMIÁRIDO/UEFS-BA.

José Raimundo Oliveira Lima
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

José Raimundo Oliveira Lima

Doutor em Educação e Contemporaneidade pelo PPGEduc (2014) e Mestre em Gestão Integrada de Organizações (2003) pela Universidade do Estado da Bahia (UNEB). Possui Pós-Graduação lato sensu em Gestão Organizacional (2000) e Graduação em Ciências Econômicas (1998) pela Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Foi Membro do primeiro Conselho Estadual de Economia Solidária e é Representante da Universidade Estadual de Feira de Santana no Comitê de Educação do Centro Industrial de Feira de Santana, Professor Adjunto do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Feira de Santana onde atuou como Assistente Financeiro e Chefe da Unidade de Organização e Desenvolvimento Comunitário, atual Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Assuntos Estudantis (PROPAAE). Na UEFS, atua, também, como Docente do Curso de Pós-Graduação Lato sensu em Gestão Universitária, Membro do Comitê de Iniciação Científica e Coordena o Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária (IEPS) desenvolvendo

atividades de Incubação que envolve Ensino, Pesquisa e Extensão. É líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local Solidário (GEPOSDEL). Desenvolve pesquisa nos eixos Economia e Educação, Trabalho e Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: Economia Popular e Solidária - Desenvolvimento Local Solidário – Políticas Públicas – Planejamento Econômico.
E-mail: zeraimundo@uefs.br

Considerações Iniciais

A conversa é um dos métodos mais eficazes para socialização de qualquer indivíduo, pois acontece independentemente de fatores econômicos, físicos, biológicos, étnicos e denominacionais, e faz parte do cotidiano de todas as pessoas do mundo. Conversa não é palestra, não é aula, não é seminário, entretanto, muitas vezes nos ensina muito mais. Nos leva a refletir profundamente sobre questões interiores e exteriores à nossa vida e tem o poder de nos fazer mudar pequenas e significativas atitudes. A conversa, mesmo despreziosa e simples é capaz de causar impactos relevantes, pois é o elemento primordial para o início de qualquer evento, atividade ou relacionamento e é uma ferramenta significativa para os chamados educadores, embora para Freire (2005), ninguém educa ninguém, as pessoas a partir das relações que estabelecem entre si e com o mundo autoeducam-se, porque só aprendem aquilo para o que estão dispostas a aprender, mas, mesmo assim, a conversa é um instrumento oral relevante e indispensável no processo de ensino/aprendizagem.

Neste contexto, as pessoas aperfeiçoam a conversa e fazem dela um mecanismo de ensino/aprendizagem o mais natural possível. Com efeito, conversam consigo mesmas, conversam em duplas, conversam através da leitura, da arte, da música e, principalmente, conversam em grupos, em rodas, sendo esta última uma das maneiras de conversar mais produtivas de aprendizagem; ilimitada quanto às áreas de conhecimentos, versátil sobre diversos assuntos, especialmente, quando põe em destaque o que mais coesiona as atenções do grupo ou da roda, cujo mecanismo dinâmico de interação é o formato de círculo em que todos se veem de frente quando falam.

Nesta esteira, conversar – segundo Brandão (2006) – é uma metodologia natural da educação popular, pois todo e qualquer sujeito, de uma forma ou de outra, conversa sobre si, sobre a vida, sobre o mundo ou sobre algo que o interessa.

Com efeito, este trabalho, entretanto, foi desenvolvido na prática da economia popular e solidária a partir da interdisciplinaridade que envolve suas dimensões de atuação seja social, política, educacional, ambiental, econômica, entre outras nas quais professores de diversas áreas de formação (direito, economia, engenharia, pedagogia, geografia, contabilidade, administração, biologia, entre outras) articulam saberes, tecnologias sociais, conhecimentos locais, conhecimentos científicos e diversas outras formas de conhecimentos, aprendendo e ensinando num processo dialógico com os grupos de iniciativas econômicas populares solidárias que atuam junto ao Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária da Universidade Estadual de Feira de Santana, BA (PIEPS/UEFS) cujas ações ou atividades envolvem extensão, pesquisa e incubação.

Este programa tem como prática, seja entre seus componentes técnicos, professores, estudantes e pessoas da comunidade externa envolvidas nos projetos, a roda de conversa, tanto nas suas ações de estudo, pesquisa, extensão e incubação entre pares, quanto na relação com os grupos em processo de incubação, bem como entre grupos que acompanha na pós-incubação.

Nesta esteira, experimentou-se, entre as diversas práticas docentes, aquelas que melhor pudessem responder as especificidades de ação da economia popular e solidária em virtude da relação educativa estabelecida entre “educador/educando”, que implica o aprendizado de um “conteúdo” e se concretiza em um encontro, que, por sua vez, pressupõe uma escuta e uma fala, ou seja, um diálogo em que se abstrai a relação hierarquizada presente nas práticas das instituições, pessoas e sociedade, especialmente, capitalista. Desta forma, privilegiou-se o espaço da Feira do Semiárido na sua X edição como ambiente de observação e reflexão sobre a prática docente da roda de conversa.

Figura 1: Foto de José Raimundo Oliveira Lima – Roda de Conversa na Comunidade Quilombola de Lagoa Grande no Novembro Negro de 2018.



Mas, o que vem a ser uma roda de conversa?

A Roda de Conversa é uma atividade indispensável à rotina de qualquer sala de aula, pois contribui na interação entre professor e aluno e também no relacionamento entre os alunos e seus colegas de classe. Além da contribuição no fortalecimento/desenvolvimento dos relacionamentos, pode-se usar esta prática para que o professor descubra o que e o quanto seus alunos sabem sobre determinados conteúdos, instigando-os a refletir, analisar, opinar sobre assuntos diversos que envolvem a rotina escolar e o mundo que o cerca.

A Roda de Conversa também é um meio para trabalhar valores como o respeito, desenvolver a escuta e a fala na hora certa, estabelecimento de regras, cidadania, aceitação e dispõe de aspectos importantes como fala, o registro, a postura e dicção segundo Campus (2000).

Nesta esteira, a Roda de Conversa é um método de ressonância coletiva que consiste na criação de espaços de diálogos, em que os sujeitos podem se expressar e, sobretudo, escutar os outros e a si mesmo. Neste sentido, segundo Campus (2000), esse método tem como objetivo estimular a construção da autonomia dos sujeitos por meio da problematização, da troca de informações e da reflexão para a ação. Trocas de experiências,

conversas, discussão e divulgação dos conhecimentos constroem esse método de trabalho desenvolvido no trabalho de grupo e entre grupos.

Com efeito, o grande desafio é oficializar a Roda de Conversa como um espaço de autonomia, autoanálise e autogestão, religando as práticas de atenção com as ideias de gestão, possibilitando aos participantes a liberdade de discutir e expor suas ideias e opiniões sobre como percebem seus entraves referentes ao trabalho que exercem ou gostariam de exercer ou até mesmo sobre o trabalho dos outros. Normalmente, são realizadas reuniões nas quais uma das pessoas já estabelece uma pauta de discussões e se reúnem para resolver, ou as questões são pautadas a partir do grupo reunido. É comum, entretanto, reunir-se em função de algum problema; no entanto, fazer parte da roda permite que os participantes se sintam amparados e acolhidos, porque ali estão pessoas com as quais eles podem – de alguma maneira – se identificar, seja porque vivem a mesma realidade, ou mesmo porque têm as mesmas dúvidas ou curiosidades. Enfim, a roda de conversa permite conhecer o outro e se reconhecer, além, de expor e se expor com relação a uma determinada temática.

Instituir a Roda de Conversa como método produz grupalidade e forma o que se chama de redes de trabalho afetivo, nas quais o afeto, a empatia, o convívio e a conversa conseguem se tornar práticas diárias no trabalho que se executa, tornando-os realmente uma equipe em trabalho coletivo solidário.

Este processo é um reconhecimento da natureza eminentemente “conversacional” do trabalho em Incubadoras Universitárias; nessa perspectiva, as reuniões ordinárias de trabalho sobre economia popular e solidária passam a ser concebidas como grandes momentos de conversações porque permitem que os participantes parem e reflitam, analisem seu fazer, desindividualizem as queixas e consigam pensar em estratégias possíveis para intervir em suas dificuldades e potencialidades. Esta seria uma modificação no conceito que temos do próprio trabalho como uma simples execução de tarefas particulares, já que entendemos que trabalho está estritamente relacionado com a educação, ao ser fonte constante de criação, busca de novas metodologias, desafios, desenvolvimento e aplicação de novas técnicas capazes de aumentar o conhecimento e produzir sujeitos fluidamente conscientes.

O resultado da Roda de Conversa como atividade permanente é o aprimoramento e a formação contínua do sujeito como um todo, instigando-o a cada conversa a tornar-se mais crítico, analítico, participativo e equilibrado. Diante disso, algumas dicas para organizar uma Roda de Conversa são fundamentais e consistem em: a) começar com curtas perguntas que permitam, também, inicialmente, respostas curtas. Neste processo a pessoa estará desenvolvendo a capacidade de esperar a sua vez para falar e ouvir o que o outro está falando; b) incentivar a participação de todos, mas nunca forçar ou induzir de forma direta uma pessoa a falar, ela tem que sentir a necessidade de externalizar.

Com efeito, este instrumento de aprendizagem democrático é, comumente, utilizado pela Equipe da Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária (IEPS) da UEFS, ainda que sem a deliberada intenção com o objetivo de fortalecermos participantes posturas coletivas: perder o medo de falar em grupo, posicionar-se em público, entre outras maneiras de comunicar o que se pensa. Esta prática favorece o fortalecimento da IEPS e a relação docente a partir da discussão dos conceitos e definições de termos fronteiriços ou complementares à Economia Popular e Solidária, em especial, autogestão, solidariedade nas relações e cooperação para a fluidez do trabalho coletivo.

Assim, propusemos – com base nestas discussões – a prática da roda de conversa, aplicando-a como mecanismo metodológico sobre o tema economia popular e solidária em atividade desenvolvida na Feira do Semiárido realizada na UEFS com sistematização dos resultados da experiência para publicação em eventual oportunidade, bem como sua reflexão no grupo IEPS, entre este e os grupos com quais se relaciona a fim de ser reproduzido como práticas sucessivas entre os demais grupos desse processo de trabalho de incubação possibilitado pela economia popular e solidária na perspectiva do desenvolvimento local solidário na referida Feira denotada como um território de relações entre localidades que supera a ideia de região. Ressalte-se, entretanto, segundo Lima (2012), este desenvolvimento é compreendido como um processo de aprendizagem que não cessa de se inscrever no processo de desenvolvimento humano como um horizonte que considera as relações de proximidade, parentesco, culturais, saberes locais, entre outras que não apenas geográficas ou físicas,

apontando, portanto, para a possibilidade da existência dos conflitos inerentes ao contraditório político, de desigualdades, necessariamente, presente no cotidiano do homem e da mulher.

Figura 2: Foto de José Raimundo Oliveira Lima, 2017 – Roda de Conversa na Comunidade Olhos D'água da Formiga.



O Território Semiárido

Segundo dados do Ministério da Integração, o Semiárido brasileiro abrange uma área de 969.589,4 km² e compreende 1.133 municípios de nove Estados do Brasil como Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Nesta área, vivem 22 milhões de pessoas, que representam 11,8% da população brasileira, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE/2010).

O Semiárido tem a maior parte do seu território coberto pela Caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro, rico em espécies endêmicas, ou seja, que não existem em nenhum outro lugar do mundo. A composição florística da Caatinga não é uniforme em toda a sua extensão; apresenta grande variedade de paisagens, de espécies animal e vegetal, nativas e adaptadas, com alto potencial e que garantem a sobrevivência das famílias agricultoras.

Essa heterogeneidade tem levado alguns autores a utilizar a expressão – as caatingas. Na sua pluralidade pode-se falar em pelo menos 12 tipos de caatingas, que chamam atenção especial pelos exemplos diversificados de adaptações ao habitat.

Apesar do enorme potencial da natureza e do seu povo, o Semiárido é marcado por grandes desigualdades sociais. Segundo o Ministério da Integração Nacional, mais da metade (58%) da população pobre do país vive nesse ambiente. Estudos do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef/2011) demonstram que 67,4% das crianças e adolescentes no Semiárido são afetados pela pobreza. São quase nove milhões de crianças e adolescentes desprovidos dos direitos humanos e sociais mais básicos, e dos elementos indispensáveis ao seu desenvolvimento pleno, inclusive, expressar-se, poder falar sobre sua própria realidade.

Outra característica do Semiárido brasileiro é o déficit hídrico, mas isso não significa falta de água, pelo contrário, é o semiárido mais chuvoso do planeta; a média pluviométrica vai de 200 mm a 800 mm anuais dependendo da sub-região. Porém, as chuvas são irregulares no tempo e no espaço.

Além disso, a quantidade de chuva é menor do que o índice de evaporação, que é de 3 mil mm/ano, ou seja, a evaporação é três vezes maior do que a da chuva que cai. Isso significa que as famílias precisam se preparar para a chegada da chuva. Ter reservatórios para captar e armazenar água é fundamental para garantir segurança hídrica no período de estiagem, a exemplo das tecnologias sociais: cisternas domésticas, cisternas-calçadão, barragens subterrâneas e dos tanques de pedra. Vale salientar que todas essas tecnologias são coletivas, grupabilizadas pelo trabalho de mutirões, adjutórios, entre outras.

As contradições e injustiças que permeiam a região podem ser percebidas inclusive no acesso à renda que reflete também uma forte desigualdade de gênero. Metade da população no Semiárido ou mais de dez milhões de pessoas não possuem renda ou tem como única fonte de rendimento: os benefícios governamentais. Na sua maioria (59,5%) são mulheres.

Os que dispõem de até um salário mínimo mensal somam mais de cinco milhões de pessoas (31,4%), sendo 47% mulheres. Enquanto isso, apenas 5,5% dispõem de uma renda entre dois a cinco salários mínimos, a maioria (67%) homens, e dos 0,15% com renda acima de 30 salários mínimos apenas 18% são mulheres.

Nesta esteira, o Índice de Gini, que mede o nível de desigualdade a partir da renda, está acima de 0,60 para mais de 32% dos municípios do Semiárido, demonstrativo de uma elevada concentração da pouca renda existente na região. Este indicador denota que quanto mais próximo de 1 é o índice, maior é a desigualdade. Essa realidade, entretanto, metrificada e calculada pelas estatísticas é o reflexo de milhões de vidas que lutam cotidianamente sem o acesso aos direitos sociais e humanos mais fundamentais, inclusive, o direito à água. Uma realidade, portanto, que exige transformações urgentes.

Com efeito, estudos e avanços organizativos são claramente percebidos por movimentos que buscam a valorização da região, divulgando seu potencial apesar das enormes dificuldades encontradas. Uma das grandes responsáveis por esta dinâmica política de movimento organizativo e, inclusive, a fonte destas informações e dados desta pesquisa, é a Articulação Semiárido Brasileiro (ASA) uma rede formada por mil organizações sociais que atuam em prol do desenvolvimento sustentável da região; outra instituição que procura focar a região no trato das questões específicas é a Universidade Estadual de Feira de Santana que está cravada no centro da região semiárida e desenvolve diversas atividades de pesquisa, extensão e incubação ao longo desta vasta região como, por exemplo, a própria Feira do Semiárido que já historiciza mais de 20 anos.

A Feira do Semiárido na UEFS

A Feira do Semiárido, organizada pela Universidade Estadual de Feira surgiu faz alguns anos no intuito de tratar de temas diretamente relacionados à vida da população da região e vem se aperfeiçoando e melhorando cada vez mais a partir do envolvimento direto daqueles que, de fato, vivenciam problemas históricos, atualmente, encampados pela agricultura familiar e, também, dinamizados por movimentos de diversas dimensões de atuação da economia popular e solidária. São discutidos problemas de dimensões sociais, políticas, ambientais, educacionais, econômicas entre outras como a convivência com a seca, por exemplo. A X e penúltima Feira do Semiárido foi realizada no período de 24 a 27 de outubro de 2016 e a temática definida pela Universidade e comunidade local para orientar os debates foi “Diálogos entre o campo e a cidade e os desafios para os territórios”. Nesta perspectiva, a proposta de discutir essa sub-região do Nordeste enquanto totalidade, buscando elevar o desempenho da produtividade para a concretização de alternativas para a sociedade e o meio ambiente foi exitosa.

Nesse sentido, o objetivo de chamar a atenção para os saberes, fazeres e as potencialidades da referida região – observando a capacidade que tem o homem e a mulher que habitam o semiárido para oferecer produtos e ideias que refletem tanto a convivência, quanto os caminhos para efetivação do desenvolvimento sustentável territorial – foi atingido em todos os ambientes da Feira, especialmente, nas atividades que envolveram a economia popular e solidária, foco deste trabalho.

Com efeito, observou-se a construção de novas parcerias entre a comunidade acadêmica e externa no sentido de unir o conhecimento institucionalizado ao conhecimento produzido pelas populações do semiárido. Nessa esteira, a produção do conhecimento que tem buscado a valorização dos diferentes saberes como um crescente desafio que emana da necessidade de conhecer os problemas sócioespaciais nas mais diversas escalas foi alcançado, inclusive, fazendo-se uma autocrítica sobre o próprio trabalho docente no que se refere as suas práticas ou metodologias de aproximação e dinâmica de trabalho com os setores populares (KRAYCHETE, 1999).

Observou-se, portanto, que a X Feira do Semiárido não teve a intenção de confrontar os saberes populares com os saberes acadêmicos, e sim proporcionar o diálogo na perspectiva em que a prática docente (RIBEIRO, 2009), produza uma relação educativa com os setores populares menos impositivas e mais dialógicas com base numa discussão sobre os saberes, fazeres, planejamentos e políticas no Semiárido na tentativa de compreender as diferentes “maneiras de fazer”, desenvolvidas pelas pessoas que convivem nessa sub-região para superar os problemas impostos pelas diversas questões que historicamente rebatem sobre seu povo.

A economia popular e solidária e a roda de conversa como uma prática pedagógica docente eficaz: uma reflexão em atividades desenvolvidas na Feira do Semiárido/UEFS-BA.

A Incubadora da UEFS no intuito de produzir uma avaliação sobre sua atuação na Feira do Semiárido organizou uma roda de conversa no seu espaço sobre a economia popular e solidária a partir da análise sobre outra roda de conversa realizada na Feira com o objetivo de refletir como está o conhecimento do tema, o nível de interesse dos participantes, bem como a prática ou metodologia escolhida para a relação docente entre os participantes da Feira e dessa Economia. Assim, observou-se e ouviram-se alguns participantes da X Feira do semiárido integrantes da Incubadora, classificados para efeito de preservação da imagem e identidade com a seguinte notação C1, C2, C3 e C4, como Conversas (C) avaliativas, livres, mas, semiestruturadas, a partir do diálogo em círculo com os participantes do Programa Incubadora de Iniciativas da Economia Popular e Solidária no evento como um todo, seja nos stands, mesas específicas, participação geral na Feira e, especificamente, na roda de conversa realizada pela equipe da IEPS. Neste sentido, dispomos trechos dos diálogos na íntegra conforme segue:

Para C1,

[...] foi importante nossa participação permanente no espaço Stand na Feira, pois nos proporcionou visibilidade enquanto agentes da economia popular e solidária, o Stand reforçou a nossa proposta de roda de conversa como uma prática

democrática na produção do conhecimento, além de ter consolidado alguns contatos com atores da UFES, a exemplo da Proex e outros. Isso diz muito sobre a necessidade de aprofundarmos e compreendermos melhor o espaço-natureza da Feira. O espaço físico da Feira foi bom, menos precário que os anteriores para os grupos, mas, não favoreceu completamente a nossa ideia de roda.

Observa-se diante do exposto por um dos participantes (C1) da Feira, que tanto no que se refere ao espaço permanente em forma de Stand – onde expusemos fotografias, projetos, materiais de divulgação, além de, principalmente, estarmos abertos ao diálogo com todos os envolvidos que por ali passavam – quanto ao interesse pela economia popular e solidária que o contato com o público na Feira do Semiárido despertou entusiasmo e ampliou bastante a demanda por consultas e convites à Incubadora pelo público local.

Sobre a roda de conversa inferimos que a proposta do espaço físico não favorecia a atividade da roda de conversa, tanto pela não integração entre as “atividades acadêmicas” e de debates e a feira propriamente dita. Esse arranjo reflete as tensões entre os saberes científico e popular, que combinados de modo dialógico são conteúdos principais da mobilização dos atores e agentes que atuam no semiárido.

Segundo C2,

[...] a relação de custo benefício do Stand, tendo em vista que poderíamos ter intervindo de maneira mais intensiva em outros espaços, a exemplo da experiência da Roda de Conversa propriamente dita, ou mesmo participando de alguns dos espaços de debate da Feira como mesas, espaço cultural, potencializando assim ainda mais a Roda de Conversa, entretanto foi uma experiência positiva, sendo uma metodologia mais apropriada ao nosso trabalho de incubação e economia popular e solidária.

Nesta fala observou-se a avaliação de que a roda devia ser melhor explorada considerando que a participação dos membros da Incubadora em outros espaços da Feira, aí inclusos os outros espaços com caráter de promover a discussão, seria relevante para repercutir a proposta de

realização da roda de conversa pela Equipe Incubadora. Entretanto, ressalta a prática como apropriada à economia popular e solidária e, também, para uma melhor relação entre participantes.

Com efeito, é preciso considerar que o uso de metodologias mais participativas, entendendo a roda de conversa como uma dessas, está associado aos perfis dos grupos populares mais propensos a participar de ambientes que sejam acolhedores e informais, menos prescritivos e com menos regras e normatizações. Por certo que a aplicação de metodologias participativas não prescinde de organização e planejamento, antes mesmo, parte-se da compreensão de que o ambiente educativo deva permitir a troca de saberes.

C3, por sua vez, relativiza a localização da Feira, segundo ele,

[...] tendo em vista que algumas pessoas externas à organização do evento comentaram sobre o bom espaço de realização da Feira esse ano, não acho que foi ruim o espaço também para os frequentadores, tendendo a ter sido relativamente bem movimentado onde aconteceu, sem contar a boa infraestrutura cedida para os grupos-empresendimentos, a Roda de Conversa foi muito produtiva e o Stand cumpriu um papel importante, podemos aproveitar mais ainda o espaço do stand se tivermos mais planejamento e material para divulgação e troca. O Stand, de maneira geral, manifesta a impressão de que a Feira deste ano tendeu a acolher mais “o popular” e neste sentido as coisas do semiárido. Podemos projetar para as próximas Feiras a implementação de um clube de trocas e quem sabe a constituição de uma moeda social específica para o espaço da Feira, são propostas para amadurecimento entre o intervalo de uma Feira e outra.

Nesta conversa, observa-se certo entusiasmo, não só quanto a uma avaliação positiva da prática, devido à relação docente/público interessado em trocar conhecimentos e informações proveitosas e possibilitadas pelo espaço – além de já está pensando temas que transitam àquele espaço –, bem como suas relações com a economia popular e solidária e o espaço próprio para discutir os conhecimentos e saberes relevantes para o Semiárido (Clubes de Trocas e Moedas Sociais).

Finalmente, relata C4:

[...] penso que existe a necessidade de se coordenar e acompanhar mais algumas atividades por parte da coordenação geral do evento, a exemplo dos expositores que comentaram ser preciso fazer avaliação com os expositores participantes, como os cordelistas que recitavam em paralelo a exposição dos pôsteres, estes e eu também acho que apesar de localizar avanços ainda penso que a Feira tem maior tendência para o científico-acadêmico e isso limita o acesso do povo e também o espaço da comercialização não tem sido o espaço prioritário da Feira, muita gente não vende nada por conta do formato da estrutura e isso não deve ser interessante para quem precisa vender.

Nesta fala, observa-se a preocupação com toda uma ideia de defesa e pertencimento em que está em voga não apenas conhecimentos diversos, mas a forma como são apresentados os próprios artefatos, produzidos e comercializados, bens e serviços, além dos aspectos culturais que devem ser olhados mais atentamente quando da realização de outra Feira dessa natureza. Considera, portanto, um espaço oportuno para todas as questões do semiárido, inclusive, comercialização de produtos da economia popular e solidária e, que se aproxime mais da realidade vivida pelo povo, seja, então, menos “academicista” como as versões anteriores que visam mais exposições de trabalhos acadêmicos no formato mais tradicional de escola.

Assim, C4 acentua uma tendência já apresentada na fala de C1 quando trata da articulação dos saberes científico e popular em uma perspectiva de troca, posto certa preponderância das ações e da orientação geral do evento para o viés mais cientificista. De algum modo, tais elementos podem incidir diretamente na motivação dos grupos produtivos que se mobilizam para participar da Feira, que, ao não conseguir realizar uma razoável comercialização dos seus produtos, além de expressar-se, prejudica o desenvolvimento de um dos princípios importantes da economia popular e solidária, qual seja, a ação econômica.

Considerações finais

O objetivo de experimentar a roda de conversa como uma metodologia ou prática apropriada à economia popular e solidária nos trabalhos de pesquisa, extensão, incubação e diálogo com a comunidade externa à UEFS, em especial, com público da Feira do Semiárido, foi alcançado para além das nossas expectativas, tendo em vista a imbricação que se tem com práticas tradicionais de ensino, escolarização, muitas vezes verticalizadas e bancárias de ensino/aprendizagem ou de aplicação de conteúdo.

Nesta esteira, algumas conversas demonstram o tom da necessidade de participação, por igual, de exposição do sujeito, de reflexão sobre o que se vive na região semiárida num espaço próprio. Neste sentido, a roda de conversa mostrou-se uma prática apropriada e eficaz para o espaço território semiárido e a economia popular e solidária.

Este trabalho, entretanto, demonstra que a relação docente com os interessados em aprender e trocar experiências quando imbuída de uma prática dialógica, democrática e visando articular saberes, conhecimentos locais, tecnologias sociais entre outras formas de conhecimentos e saberes, faz a comunicação interdisciplinar das diversas formas de conhecimentos acontecer e atinge melhores resultados, principalmente, em se tratando de um público adulto como é o caso dos participantes das Feiras do Semiárido.

O resultado deste trabalho demonstra que os docentes exercem sem dúvidas um papel central nas atividades de ensino/aprendizagem, mas não insubstituível nos processos educativos diversos, no processo da transformação social, sem que a relação com os outros sujeitos não seja reinventada e apropriada a cada realidade. A formação identitária do professor abrange, necessariamente, o profissional, pois a docência vai mais além do que somente dar aulas, constitui fundamentalmente, portanto, a sua atuação profissional na prática social. Desta forma, a formação dos educadores não se baseia apenas na racionalidade técnica, como executores de decisões alheias, mas como sujeitos com competências e habilidades na capacidade de decidir conjuntamente, produzindo novos conhecimentos para a teoria e prática, interdisciplinarmente, relacionarem-se.

Sendo assim, o uso de metodologias participativas e a aplicação destas nos espaços de incubação de iniciativas da economia popular e solidária se fazem pertinentes, pois que se complementam uma na realização da outra, pois tanto a metodologia, quanto a proposta político-organizativa da economia popular e solidária sem perder de vista o grau satisfatório de receptividade dos grupos populares a tais práticas condizem com uma avaliação positiva do desenvolvimento da roda de conversa enquanto estratégia de diálogo, socialização e produção de novos conhecimentos e saberes.

Portanto, a economia popular e solidária se apresenta como um tema apropriado para a efetividade da roda de conversa como uma prática docente eficaz a partir das reflexões em atividades apreciadas envolvendo professores, técnicos, estudantes universitários e secundaristas, bem como o público em geral composto de grande diversidade de trabalhadores presentes na Feira do Semiárido realizada na Universidade Estadual de Feira de Santana-Bahia.

REFERÊNCIAS

A Articulação Semiárido Brasileiro (ASA). **Semiárido**. Retirado em 11 de maio de 2013 de http://www.asabrasil.org.br/Portal/Informacoes.asp?COD_MENU=105.

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense. 2006

CAMPOS, G.W.S. **Um método para análise Rodas de Conversa**. Retirado em 26 de novembro de 2012 de [http://www.rodasdeconversas.wordpress.com.](http://www.rodasdeconversas.wordpress.com/) / material-de-apoio/.e co-gestão de coletivos. São Paulo: HUCITEC. 2000

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2005.

IBGE – www.ibge.gov.br

KRAYCHETE, Gabriel. **Economia dos Setores Populares: entre a realidade e a utopia**. Salvador: UCSal. 1999.

LIMA, J. R. O. **Economia popular e solidária e desenvolvimento local solidário: análise dos processos educativos e de economia política inerente à incubação de iniciativas econômicas populares solidárias.** Comunicação apresentada no I Seminário do Fórum de Pesquisa da Linha 3 – Educação, Gestão e Desenvolvimento Local Sustentável do PPGEduc/UNEB - Salvador-BA. 2012, maio.

RIBEIRO, Marinalva L. A prática educativa de professores: representações de estudantes no contexto da formação. In: CUNHA, Maria Isabel da; SANDRA, Regina Soares; RIBEIRO, Marinalva L. (Orgs.). **Docência universitária: profissionalização e práticas educativas.** Feira de Santana: UEFS Editora, 2009.232p.

CAPÍTULO II

POVO PURUBORÁ DA ALDEIA APEROI, RO: SABERES, EXISTÊNCIA E RESISTÊNCIA¹

Edson Caetano

Universidade Federal de Mato Grosso

Anatália Daiane de Oliveira Ramos

Universidade Federal de Mato Grosso

Edson Caetano

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor do Instituto de Educação (IE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Mestre em Educação pela UNICAMP. Graduado em Ciências Sociais pela PUCCAMP. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE).

E-mail: *caetanoedson@hotmail.com*.

Anatália Daiane de Oliveira Ramos

Pedagoga e mestra em Psicologia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Doutoranda em Educação pela UFMT. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa de Educação na Amazônia (GPEA). Participante do GEPTE. Bolsista CAPES.

E-mail: *anataliadaiane@hotmail.com*.

¹ O presente texto conta com o apoio da bolsa de demanda social da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio do Edital Universal (2014-2017). Ressaltamos que o presente texto foi originalmente apresentado e publicado nos Anais do II Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento Local (II CIEPS) da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). Para o presente capítulo ele sofreu algumas inserções e alterações.

Introdução

Este texto se debruça sobre uma pesquisa de doutorado em andamento com o povo indígena Puruborá da aldeia Aperi, no município de Seringueiras, Estado de Rondônia, que está inserida no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE), do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), Linha Movimentos Sociais, Política e Educação Popular.

Segundo Caetano (2011, p. 3), o GEPTE foi criado em 2010 situado no campo “[...] que prioriza as reflexões sobre o trabalho enquanto categoria eminentemente humana, entendendo que o homem se humaniza através do trabalho e das relações sociais construídas a partir deste”.

Partindo do trabalho como elemento central, o GEPTE desenvolve estudos e pesquisas com povos e comunidades tradicionais, especialmente os da baixada cuiabana, face os moradores dos povos e comunidades expressarem uma lógica de produzir a existência ancorada em saberes e conhecimentos ancestrais e que, em alguma medida, se contrapõe ao modo de produção capitalista.

Compartilhamos das aspirações expressas por Tiriba e Fischer (2015, p. 423):

Queremos (re)conhecer saberes tecidos em relações entre economia e cultura nas comunidades e povos tradicionais. Realizar, portanto, inventários e análises dos processos de produção e transmissão desses saberes da experiência de produzir a vida em comunidade. Para isso, descrever como se dá a organização da própria vida. Queremos aprender *com* os povos e comunidades tradicionais como estabelecem relações econômico-culturais e que conhecimentos e valores permeiam tais relações. Com eles compreender, então, outras formas de encontro dos seres humanos com a natureza [...].

Por isso, o estudo em andamento tem como objetivo investigar a produção da existência do povo indígena Puruborá e os saberes resgatados, construídos e transmitidos durante essa produção. Para tanto, concebemos o trabalho como elemento central de nossa análise, trabalho esse que

acontece nas moradias, nos terreiros das casas, na mata, nos pastos, nas roças, nas hortas, nas idas ao rio Manoel Correia, nas festas, nas assembleias e em outros espaços desse povo e que garante a sua existência, no âmbito material e imaterial.

Nossas reflexões estão alicerçadas no materialismo histórico dialético, enquanto postura, método e práxis, pois “[...] permite uma apreensão radical (que vai à raiz) da realidade” (FRIGOTTO, 1989, p. 73). Ou, como afirma Kosík (2002), é um método que busca chegar a essência, indo para além da expressão fenomênica da realidade (aparência), inclusive negando-a num primeiro momento.

No processo de investigação valemo-nos de elementos da pesquisa participante e instrumentos de pesquisa, como por exemplo, a análise documental, observação participante registrada por meio de diário de campo, de fotografias e de vídeos, entrevistas e oficinas. Consideramos como documentos as leis, regulamentos, normas, pareceres, estatísticas, cartas, memorandos, diários e registros escritos (individuais e/ou coletivos) pessoais, autobiografias, jornais, revistas, discursos, livros, arquivos escolares e atas das assembleias do povo Puruborá que acontecem anualmente.

As observações estão acontecendo em todas as visitas na aldeia Aperi, nas casas e em outros lugares que os e as Puruborá permitirem a nossa presença. O registro das observações está se dando em diário de campo desde o primeiro contato para a presente investigação. Estamos utilizando a entrevista semiestruturada e, por isso, usando um roteiro de perguntas para os e as Puruborá adultos e anciãos e outro para as e os jovens Puruborá. As entrevistas estão sendo gravadas e transcritas, mediante o consentimento das e dos participantes.

As oficinas estão sendo planejadas e executadas pela pesquisadora, orientadas por um roteiro. Os e as participantes das oficinas são os Puruborá e suas companheiras, as Puruborá e seus companheiros e outras pessoas que estejam presentes no dia e que desejam participar. As oficinas se constituem em momentos de roda de conversa e de atividades direcionadas pela pesquisadora.

Destacamos ainda que nossa investigação está seguindo os princípios recomendados para aquelas que envolvem seres humanos expressos nas Resoluções 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e, por isso, após o povo Puruborá aceitar e autorizar a realização de nossa pesquisa, nosso projeto foi encaminhado ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UFMT, aprovado em 20/06/2016, e a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), aprovado em 01/08/2016. Só após essas aprovações é que iniciamos nosso trabalho de campo.

A análise dos dados se efetiva por meio da triangulação dos dados, articulando-os com o aporte teórico e os objetivos da pesquisa. Nossa intenção é após a conclusão da pesquisa, retornar ao povo para dialogar e apresentar as conclusões da pesquisa aos e às participantes.

Até o presente momento realizamos dez entrevistas com Puruborá maiores de 18 anos e duas oficinas com as pessoas da comunidade. A partir desses dados, traremos alguns dados preliminares e algumas reflexões e análises neste texto, que está dividido em quatro partes.

A primeira parte é a presente introdução, a segunda traz uma breve reflexão sobre a produção da existência e os saberes. A terceira compartilha nossas reflexões e análises a partir dos dados construídos junto e com as e os Puruborá da aldeia Aperi e, por fim, trazemos as considerações possíveis neste momento.

Produção da existência e saberes: reflexões iniciais

Entendemos a produção da existência a partir do trabalho e esse como o agir do ser humano sobre a natureza, sendo um processo em que o ser humano, mediante sua ação, transforma a natureza e ao transformá-la, modifica sua própria natureza (MARX, 2013). Por isso, é ele o elemento fundante do ser humano (ANTUNES, 2013; ENGELS, 2013; MARX, 2013).

Para existirmos como seres vivos, precisamos comer, beber, morar, vestir e “algumas coisas mais” (MARX; ENGELS, 2007, p. 33). Tais elementos dizem respeito a dimensão material da vida. Entretanto, segundo Ciavatta (2002, p. 121), o “[...] trabalho tem uma dimensão ontológica, fundamental, criadora de vida, cultura, conhecimento, e uma dimensão histórica em

tenção permanente na vida social”. Neste sentido, a produção da existência abrange não apenas a dimensão material da vida, mas também a imaterial. Nas palavras de Palenzuela (1995, p. 3):

La centralidad del trabajo en la vida social no sólo está sustentada en la universalidad de la actividad productora de bienes y servicios para la subsistencia material de cualquier forma de organización social, sino también en la enorme eficacia que, a los efectos de la reproducción social, cobra el conjunto de construcciones ideáticas, que sobre el trabajo han elaborado las distintas tradiciones ideológicas.

Entretanto, o modo de produção capitalista configurou o trabalho como mercadoria (MARX, 2010), implicando o estranhamento de homens e mulheres (ANTUNES, 2013) e impossibilitando a humanização e o pleno desenvolvimento do ser humano, uma vez que as relações de trabalho sob seus princípios são exaustivas, problemáticas, conflituosas, competitivas, de exploração de trabalhadoras e trabalhadores etc.

Assim, o modo de produção capitalista de forma velada obriga o proletariado a alienar a sua força de trabalho, a não perceberem que são exploradas nesse processo, a trabalharem exaustivamente para manter e perpetuar esse sistema, a realizarem atividades repetitivas e sem sentido para elas etc. Contudo, corroboramos as ideias de Ranieri (2010, p.14), ao afirmar que apesar do trabalho se submeter às exigências do capital, ele “[...] é e será sempre, um elemento cujo papel mediador é ineliminável da sociedade e, portanto, da socialidade humana”.

A partir das características elencadas por Diegues *et al.* (2000, p. 18), percebemos que o modo de produção da existência dos povos e comunidades tradicionais, baseados em suas culturas e saberes, se diferenciam e se distanciam daqueles presentes no modo de produção capitalista, uma vez que o trabalho ainda não se tornou mercadoria; existe uma dependência do mercado, mas essa não é plena; existem “[...] formas particulares de manejo dos recursos naturais que não visam diretamente o lucro mas a reprodução cultural e social [...]”; percebem e representam o mundo natural ancorado na associação com a natureza e na dependência

de seus ciclos; preservam os recursos naturais; existe uma solidariedade familiar; e possuem uma relação diferenciada com o território, implicando conflitos entre os povos e comunidades tradicionais e outros seres humanos.

Outras características que se contrapõem ao modo de produção capitalista são a utilização de medidas e estratégias de lidar com a terra e de produção mais ecológicas; a preservação da natureza e a produção sem agrotóxicos, combate às toxinas no cultivo e defesa da agroecologia. Desta forma, é contra a lógica hegemônica do modo de produção capitalista que a produção dos povos e comunidades tradicionais se coloca, uma vez que organizam e baseiam o trabalho na propriedade e posse coletiva dos meios de produção e dos frutos do trabalho, na cooperação e reciprocidade entre as pessoas e na organização coletiva e autogestionária – instalação de mecanismos de decisão coletiva na produção, conforme evidenciado na Comunidade São Benedito Remanescente dos Quilombos (COSTA, 2017); na Comunidade Tradicional Capão Verde (NEVES, 2012) e no povo indígena Chiquitano (SILVA, 2015).

Assim, mais do que a produção da vida no âmbito material, a produção da existência abrange a produção de saberes sobre a terra, sobre a relação entre o ser humano e os demais seres vivos, sobre os alimentos etc. São saberes construídos no cotidiano a partir da realidade concreta e da produção da vida de mulheres e homens e que se juntam a outros já existentes e que foram transmitidos de geração a geração.

Estes saberes são produzidos coletivamente pelos povos e comunidades tradicionais e têm sido sistematizados e utilizados enquanto instrumento que assegure seu modo de produção de vida e, quiçá, contribuir na superação da atual sociedade. Desta forma, esses saberes não são neutros e possuem sentido político: a superação dessa sociedade e a construção de uma nova, em que haja solidariedade, igualdade e liberdade para todas as mulheres e homens e relações de respeito entre o ser humano e os demais seres vivos.

Povo que “se transforma em onça”²: existência e resistência das e dos indígenas Puruborá

O povo Puruborá é um povo indígena do estado de Rondônia, contatado em 1909 por Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, o qual demarcou o território Puruborá, na região do rio Manoel Correia, afluente do rio São Miguel, afixando estacas de madeira no chão (BARBOZA, 2012).

Após o contato, esse povo foi quase dizimado por diversos motivos, entre os quais destacamos: as doenças (epidemias de sarampo, gripe etc.); a morte de vários Puruborá recrutados para trabalhar como extratores de látex nos dois ciclos da borracha do estado de Rondônia (CATHEU, 2002), sendo que o primeiro aconteceu entre os anos de 1877 a 1910 e o segundo aconteceu em decorrência da Segunda Guerra Mundial e encerrou com o fim da guerra (OLIVEIRA, 2007); a proibição de seus saberes, sua cultura, suas tradições, seus costumes, seus mitos e sua língua e obrigatoriedade de adoção de outros por meio da opressão vivenciada nos seringais da região (MONTANHA, 2014); a ocupação de seu território tradicional pelos seringueiros (CATHEU, 2002) e as três expulsões de seu território tradicional a que foram submetidos (BARBOZA, 2012).

Destacamos que, segundo Barboza (2012), a primeira expulsão se deu logo após a demarcação feita por Marechal Rondon, entre 1910 até 1940 por meio da invasão das terras desse povo pela companhia Massud e Kalil, a segunda aconteceu durante a delimitação da Reserva Biológica (REBIO) do Guaporé, em 1982 e a terceira aconteceu com o processo de delimitação da Terra Indígena Uru Eu Wau Wau na década de 1990.

A terceira expulsão ocorreu justificada na acusação pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) das e dos Puruborá não serem indígenas, por conta da miscigenação com brancos, negros, quilombolas e bolivianos que foram obrigados a se submeterem, ancoradas nas políticas de ocupação, colonização e expansão do Estado de Rondônia (MONTANHA, 2014).

² Segundo Montanha (2014, p. 30), o significado do nome Puruborá é “[...] aquele que se transforma em onça” para curar.

Segundo essa autora, a última expulsão também contribuiu para a dispersão do povo Puruborá pelos Estados de Rondônia e de Mato Grosso. Por isso, atualmente o povo Puruborá encontra-se disperso por várias cidades de Rondônia, entre elas: Costa Marques, Seringueiras, São Francisco do Guaporé, São Miguel do Guaporé, Ji-Paraná, Ariquemes, Porto Velho e Guajará-Mirim; e ainda para fora do estado de Rondônia, no distrito de Guariba, município de Colniza em Mato Grosso.

A dispersão do povo Puruborá não nos remete apenas a negação dos direitos legalmente conquistados pelos povos indígenas no país, mas remete-nos também, ao fato de que o território Puruborá era o espaço que permitia a produção da existência desse povo indígena. Assim, após ser expropriado de seu território, também foi expropriado do direito de viver coletivamente, de manter sua cultura, sua identidade, seus valores, sua cosmologia, sua relação diferenciada e respeitosa com a natureza e a transmissão de seus saberes ancestrais para as gerações mais novas.

Apesar disso, Dona Emília, matriarca do povo Puruborá, após a terceira expulsão do território Puruborá na década de 1990, como forma de resistência, adquiriu com a ajuda de seu companheiro uma parte de terra pertencente ao seu próprio território (Figura 1). Na década de 2000, com a ajuda do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), esse povo indígena “ressurgiu”³ e inicia um processo de luta a favor do reconhecimento identitário, a revitalização da cultura, a (re)demarcação do seu território e a concretização dos seus direitos indígenas.

3 Entendido a partir da apropriação do conceito de ressurgido definido por Amorim (2010): “sair do anonimato”, “dar-se a conhecer”, “apresentar-se” e “levantar-se” como indígenas ao órgão oficial e à sociedade local, após um período sem o fazer.

Figura 1 – Casa e terreiro de dona Emília



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora Ramos.

Diferentes registros divergem acerca do total de pessoas que se autorreconhecem como indígenas Puruborá: 200 (CATHEU, 2002); 400 (COMIN, 2007); entre 200 a 1000 (VELDEN, 2016) e outros. Considerando a necessidade de delimitação do *locus* de pesquisa, a quantidade de indígenas Puruborá e o comprometimento de querermos dar visibilidade para a história e existência do povo Puruborá, nosso campo empírico diz respeito aos habitantes da aldeia Aperi em Seringueiras – Rondônia -, única aldeia do povo e que é formada por um conjunto de propriedades rurais particulares localizadas nas margens da BR 429⁴, entre elas o “pedaço de terra” adquirido por Dona Emília, tida como referência para as e os Puruborá, especialmente, devido sua resistência em permanecer no seu território. Inclusive, a pedido da anciã, Dona Emília foi enterrada no cemitério do povo Puruborá localizado na aldeia.

A aldeia Aperi possui 30 pessoas, distribuídas em oito famílias, sendo que intencionamos envolver todas elas em nossa pesquisa. Um

4 Além das casas, das roças, da mata e do rio, a aldeia Aperi possui um campo de futebol e o cemitério do povo.

de nossos “achados” de pesquisa é o fato de que ao esquematizarmos os dados genealógicos das e dos habitantes da aldeia, percebemos que todas as pessoas estão ligadas diretamente a Dona Emília (filho e filhas, netos e netas, sobrinho e sobrinha).

As moradias da aldeia Aperiói não são ocas, malocas ou outras construções consideradas tradicionais, que ainda persistem em vários povos indígenas do Brasil. As casas são normalmente construídas de madeira (Figuras 2 e 3). Elas possuem piso de cerâmica ou “queimado” e são cobertas por eternit, madeira e/ou telhas de barro, não sendo forradas. As casas normalmente possuem quartos, sala, cozinha, área e banheiro e são margeadas por muitas plantas – arbóreas, ornamentais, frutíferas, floríferas, artesanais e medicinais.

Figuras 2 e 3 – Duas das casas da aldeia Aperiói





Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora Ramos.

O povo Puruborá mantém a prática da caça e da pesca, no rio Manoel Correia, localizado na fundiária da aldeia, e em outros espaços. Percebemos que as famílias da aldeia Aperi criam animais como por exemplo, galinhas e porcos para o consumo familiar e gatos e cachorros, como animais de estimação. Algumas famílias também cultivam roças – especialmente milho, feijão, inhame, café –, que são utilizadas para o consumo e outras exclusivamente para a venda como é o caso do inhame. Todas as famílias possuem hortas nos terreiros de suas casas.

Algumas famílias produzem determinados alimentos nas terras que estão sob sua posse atualmente. Entretanto, as e os indígenas compram óleo, arroz, feijão, fubá, açúcar, sal, macarrão, bolacha, manteiga e farinha, e alguns itens de higiene e limpeza, como amaciante, água sanitária, desinfetante, papel higiênico e sabonete (com exceção de sabão em pó, pedra e líquido que as Puruborá fazem) nas cidades próximas, especialmente, Seringueiras e São Francisco do Guaporé.

Alguns moradores da aldeia trabalham com a criação de gado para a retirada de leite, que é vendido para um laticínio da região. Outras vivenciam o trabalho assalariado, fazem diárias para os fazendeiros da

região, confeccionam artesanato, “mexe” com costura – esses dois trabalhos são realizados predominantemente pelas mulheres.

Assim como Menezes (2016), percebemos um protagonismo feminino na aldeia Aperi, como por exemplo, o fato de Dona Emília ser a matriarca do povo e resistente à expulsão de seu território, e Hozana ser a cacique. Esse protagonismo pode estar relacionado ao fato de a maioria das pessoas adultas Puruborá residentes na aldeia Aperi serem mulheres.

A aldeia conta com a presença da Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental Ywará Puruborá, que atende de 1º ao 5º ano ligada a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC) do município de São Francisco do Guaporé (Figura 4), e com atendimento da saúde indígena institucionalizada por meio da Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI) e da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). A aldeia não tem um posto de saúde, que segundo Garnelo (2012), é a unidade mais simples da estrutura de saúde indígena no país. Apesar de existir o atendimento institucionalizado de saúde, no cotidiano da aldeia persiste a prática de utilização de ervas e plantas medicinais para gripes, dores, queimaduras, entre outros.

Figura 4 – Escola Indígena Estadual de Ensino Fundamental Ywará Puruborá



Fonte: Acervo pessoal da pesquisadora Ramos.

Embora alguns e algumas Puruborá sejam considerados falantes e/ou sabedores da Língua Puruborá, que é uma língua isolada e quase extinta dentro do tronco Tupi (MONSERRAT, 2005), os mesmos são falantes da Língua Portuguesa, utilizando-a nas relações entre si e entre as outras pessoas fora da aldeia.

Percebemos uma relação direta e/ou indireta de agentes externos com as pessoas da aldeia Aperoi, entre eles, o CIMI, o Conselho de Missão entre Povos Indígenas (COMIN), a SESAI, a SEDUC, a Fundação Universidade Federal de Rondônia (UNIR), pesquisadores e pesquisadoras de diferentes áreas do conhecimento científico e de distintas universidades públicas brasileiras. Nesse texto não nos aprofundaremos nessas questões e, por isso, escolhemos apenas citar a presença desses agentes na existência da aldeia.

Identificamos que para as e os Puruborá não há o reconhecimento da identidade indígena sem o reconhecimento do seu território tradicional, já que possuir o território remete a revitalização da identidade e da cultura Puruborá e a possibilidade de reagrupamento de todo povo, logo, a produção da existência de acordo com princípios que julgam importantes, tais como a solidariedade, a união etc. (MONTANHA, 2014; OLIVEIRA, 2015).

Neste sentido, de acordo com Montanha (2014, p. 19), o povo Puruborá evidencia “[...] a luta pela redemarcação do território tradicional como uma das reivindicações mais relevantes, pois somente com a demarcação e proteção do território indígena a etnia Puruborá poderá garantir a sobrevivência material e cultural enquanto povo”. Por isso, essa é a principal pauta de discussão nas assembleias anuais desse povo indígena e de luta em todos os espaços em que elas e eles estão, particularmente nos eventos e debates acerca dos direitos indígenas ocorridos, local, regional, nacional e internacionalmente.

Percebemos que as e os Puruborá da aldeia Aperoi expressam desejo e anseio de terem seu território (re)demarcado – que será reflorestado por elas e eles –, bem como, ter toda a população Puruborá junta, trabalhando, plantando, aprendendo e existindo. Esse devir se manifesta cotidianamente nas conversas entre as pessoas da aldeia.

A partir de nossas idas a campo, vivências, conversas, entrevistas e oficinas já realizadas, identificamos alguns elementos que se contrapõem ao modo de produção capitalista, entre eles, o trabalho coletivo, a detenção de meios de produção por parte das e dos Puruborá, a não exploração do trabalho de outrem, a organização e realização do trabalho de acordo com a necessidade das e dos habitantes da comunidades etc.

Entretanto, não podemos idealizar e desconsiderar a existência de contradições e conflitos na aldeia, especialmente, devido à presença do trabalho assalariado, da incorporação da pecuária e da venda de leite para um laticínio da região, das diárias feitas para alguns fazendeiros vizinhos, entre outros.

Percebemos que esse povo indígena está fazendo o movimento de revitalização da sua cultura ancestral, em que, por meio de ações coletivas, está realizando a observação e registro – inclusive incorporando a escrita como um elemento importante nesse processo – dos conhecimentos e vivências anteriores aos processos de expulsão do território Puruborá, e que estão sendo transmitidos no cotidiano da aldeia Aperi por meio da escola do povo, das conversas, das assembleias e de outros momentos e espaços.

A existência do povo Puruborá na aldeia, seu modo de vida, seus valores, seus saberes, sua solidariedade, sua comensalidade, sua relação respeitosa com a natureza, entre outros, evidencia sua resistência frente ao modo de produção capitalista. As lutas e resistência desse povo indígena nos permite entender o significado e a relação com a onça, animal comum na Amazônia, conhecida pela sua força e resistência.

Neste texto, entendemos como resistência, a postura de mulheres e homens buscarem manter suas identidades, culturas, saberes etc. mesmo diante de um processo de negação, proibição e morte. Assim, nossa compreensão coaduna com a explicação dada por André (1988, p. 36), pois para ela resistência é “[...] um conjunto de práticas, exercidas por grupos subordinados, que se expressam sob a forma de oposição, numa tentativa de barrar a dominação, de não perder sua identidade e seus costumes”. A autora destaca ainda que a resistência aparece mediante os comportamentos contraditórios e ambíguos e as situações conflituosas, que estão presentes na nossa sociedade.

Neste sentido, o povo Puruborá é um povo indígena resistente e isso é perceptível quando uma de nossas entrevistadas afirma que “a gente sempre soube, né, desde criança a gente sabia que a gente era indígena” (Entrevista, 13/10/2017)⁵ ou como nos revelou a cacique Puruborá Hozana durante nossa pesquisa de mestrado “[...] desde quando me entendi por gente, eu sabia que eu era índia, porque minha mãe e meu pai falava, né? E eu quando tive meus filhos eu falava pra eles também” (Entrevista, 04/09/2014).

Dialeticamente, também entendemos como resistência o processo de negação das identidades, culturas, saberes etc. utilizado por mulheres e homens, ao longo de décadas, como uma estratégia de sobrevivência devido ao preconceito e aos constantes massacres contra elas e eles, como é o caso dos povos indígenas (CIMI, 2014).

É o que aconteceu com esse povo, que apesar de negar a sua identidade indígena, já que como veremos no relato de Hozana “não podia falar que era índio”, ela sempre esteve presente, e, por isso, as e os Puruborá estão em luta para acessar seus direitos legalmente garantidos.

Nós não tinha assim como ir buscar, a gente não sabia o meio de buscar essa legalização, assim, da gente ser indígena, porque minha mãe ela contava assim, que a gente não podia falar que era índio, porque eles matavam. A gente já nasceu sabendo dessas coisas, né? A gente sabia que era índio, mas não podia dizer. Aí do momento que a gente passou a saber que podia dizer que era índio, aí pronto, minha filha, aí eu fui buscar meus direitos, já que é direito, tá na Constituição, né? E a gente vai buscar. Que eu falo assim: “eu não quero nada do que é de ninguém, eu só quero que é meu de direito”. (Entrevista, 04/09/2014).

Assim, como indicado por Ferreira (2007, p. 18), entendemos a resistência como “[...] uma forma de luta de classes, que exige pouca ou nenhuma coordenação, e que se viabiliza por uma série de ‘técnicas’: sabotagem, dissimulação, furto e etc.” Desta forma, o povo Puruborá

⁵ Apesar de termos autorização para revelar os nomes das e dos participantes da nossa pesquisa, considerando que ela ainda está em desenvolvimento, decidimos não revelar a identidade das e dos participantes nesse texto.

persiste em ser e existir de maneira resistente e no decorrer de sua história, manifestou e ainda manifesta sua resistência cotidianamente: se organiza e reivindica os seus direitos indígenas – (re)demarcação do território, reconhecimento identitário, revitalização da cultura, educação escolar e saúde institucionalizada específicas, diferenciadas e que atendam as suas necessidades.

Compreendemos enquanto manifestações de resistência desse povo indígena por um lado, a aquisição de pedaços de terra localizadas em seu território tradicional enquanto os órgãos competentes não concluem os estudos e o demarquem oficialmente e, por outro, a construção da escola indígena do povo, localizada na aldeia, embora a SEDUC tivesse afirmado anteriormente que somente a construiria após a demarcação do território Puruborá.

Considerações Finais

No presente texto nos debruçamos sobre reflexões oriundas da nossa pesquisa junto ao povo Puruborá da aldeia Aperoi em Seringueiras, sendo vinculada ao GEPTE/PPGE/UFMT. O GEPTE tem desempenhado um papel importante junto aos povos e comunidades tradicionais, especialmente os da baixada cuiabana, realizando pesquisas comprometidas com esses povos e comunidades.

Julgamos o materialismo histórico dialético como o método importante para a concretização de nossa pesquisa, pois além de buscar ir além da realidade aparente e dos fenômenos apresentados, é um método que considera as contradições existentes entre os seres humanos, as condições materiais de existência e as relações estabelecidas cotidianamente. O utilizamos ainda enquanto postura e práxis.

Percebemos que o povo Puruborá vem construindo sua existência por meio da resistência – material e imaterial – frente ao modo de ocupação e colonização do Estado de Rondônia, modo esse ancorado na expansão e desenvolvimento capitalista.

Embora o povo Puruborá tenha sido quase dizimado após o contato – ocorrido em 1909 e alvo de tentativa de “desestruturação” do seu modo

de vida, organização social e ambiental –, este povo indígena tem existido e resistido, uma vez que estão na luta pela demarcação oficial do seu território – considerando que foi expulso por três vezes do seu território –, pelo reconhecimento identitário – já que foi desconsiderado como indígena na década de 1990 pela FUNAI, devido à miscigenação –, pela revitalização de sua cultura – pois foi expropriado e proibido de manter sua cultura, sua identidade, seus valores, sua cosmologia, sua transmissão de saberes ancestrais para as novas gerações – e garantia dos seus direitos legalmente conquistados – como uma educação escolar e uma saúde institucionalizada diferenciadas e que atendam suas necessidades.

Assim, além da resistência, a existência do povo Puruborá na aldeia Aperi nos remete aos saberes que as e os Puruborá ainda mantêm e estão resgatando junto aos anciãos vivos do grupo. São saberes transmitidos pela observação e pela oralidade – e pela escrita – sobre a língua Puruborá, sobre caçar, pescar, criar alguns animais, cuidar da casa, das plantas, dos animais e da mata, fazer artesanato, produzir a tinta de jenipapo para as pinturas tradicionais, fazer remédios utilizando ervas e plantas medicinais etc. Sua existência remete-nos também aos saberes do contato e pós ele e da resistência frente a um processo esmagador da diversidade e das culturas.

São saberes coletivamente construídos, que cada dia mais têm sido sistematizados e utilizados pelas e pelos habitantes da aldeia, a partir da apropriação da escrita, e que estão servindo de instrumento para o povo Puruborá perpetuar seu modo de produção da existência e, quiçá, contribuir na superação da atual sociedade. Enfim, são saberes da existência e resistência Puruborá.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Siloé Soares de. **Os Kalankó, Karuazu, Kaoipanká e Katokinn: resistência e ressurgência indígena no Alto Sertão alagoano**. Porto Alegre, 2010, 431f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. O repensar da didática a partir do estudo da dominação e resistência no cotidiano escolar. **R. Fac. Educ.**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 35-41, jan./jun. 1988.

ANTUNES, Ricardo. Apresentação. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels (volume 1). 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p. 7-10.

BARBOZA, José Joaci. Puruborá: narrativas de um povo ressurgido na Amazônia. In: **XI Encontro Nacional de História Oral**, Rio de Janeiro, 2012, **Instituto de Filosofia e Ciências Sociais/Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro**. Disponível em: http://www.encontro2012.historiaoral.org.br/resources/anais/3/1339991713_ARQUIVO_PuruboraNarrativasdeumPovoRessurgidonaAmazonia.pdf. Acesso em: 08 ago. 2013.

CAETANO, Edson. Considerações sobre o binômio trabalho e educação: um olhar pantaneiro. **Trabalho necessário**, ano 9, n. 13, edição especial, p. 1-17, 2011. Disponível em: <http://www.uff.br/trabalhonecessario/images/TN13UFMT.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2016.

CATHEU, Gil de. **Puruborá**: mais um povo ressurgido em Rondônia. Conselho Indigenista Missionário de Rondônia (CIMI-RO), 2002. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/en/noticias?id=4615>. Acesso em: 16 mar. 2014.

CIAVATTA, Maria. Mediações do mundo do trabalho: a fotografia como fonte histórica. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval; SANFELICE, José Luís. (Org.) **Capitalismo, trabalho e educação**. Campinas, SP: Autores Associados, HISTEDBR, 2002. p. 119-142.

CONSELHO DE MISSÃO ENTRE POVOS INDÍGENAS (COMIN). **Povo Puruborá-RO se organiza para resgatar sua identidade e reconquistar suas terras tradicionais**. 2007. Disponível em: <http://comin.org.br/noticias/noticia/id/90>. Acesso em: 22 jul. 2015.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO (CIMI). **Por uma educação descolonial e libertadora**: manifesto sobre a educação escolar indígena no Brasil. Brasília: CIMI, 2014.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2013.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE (CNS). Resolução 510, de 07 de abril de 2016. Disponível em: <http://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2016/Reso510.pdf>. Acesso em: 5 set. 2016.

COSTA, Janaina Santana da. **Espaços de Esperança**: a produção associada da vida na Comunidade São Benedito Remanescente dos Quilombos – Poconé-MT. Cuiabá, MT, 2017, 217f. Tese (Doutorado em Educação)– Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2017.

DIEGUES, Antonio Carlos; ARRUDA, Rinaldo Sergio Vieira; SILVA, Viviane Capezuto Ferreira da; FIGOLS, Francisca Aida Barboza; ANDRADE, Daniela. **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal; São Paulo: USP, 2000.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). **A dialética do trabalho**: escritos de Marx e Engels (volume 1). 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013. p.13-29.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. Ordem e Anarquia na Sociologia: percepções da mudança social e luta política. In: FERREIRA, Andrey Cordeiro. **Tutela e Resistência Indígena**: Etnografia e história das relações de poder entre os Terena e o Estado brasileiro. Rio de Janeiro, 2007, 420f. Tese (Doutorado em Antropologia Social do Museu Nacional) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. p. 16-55.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, Ivani (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. São Paulo: Cortez, 1989. p. 69-90.

GARNELO, Luiza. Política de Saúde Indígena no Brasil: notas sobre as tendências atuais do processo de implantação do subsistema de atenção à saúde. In: GARNELO, Luiza; PONTES, Ana Lúcia (Orgs.). **Saúde Indígena: uma introdução ao tema**. Brasília: MEC-SECADI, 2012. p. 18-58.

KOSÍK, Karel. Dialética da totalidade concreta. In: KOSÍK, Karel. **Dialética do concreto**. Tradução Célia Neves e Alderico Toríbio. 7 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002. p. 13-64.

MARX, Karl. Caderno I, [I] Salário. In: MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 23-38.

MARX, Karl. O processo de trabalho e o processo de valorização. In: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política – Livro I: o processo de produção do capital**. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. p. 255-275.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Feuerbach e história – rascunhos e anotações: do fim de novembro de 1845 a meados de abril de 1846. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846)**. Tradução Rubens Enderle, Nélcio Schneider, Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 29-81.

MENEZES, Tarsila dos Reis. **“O passado, o presente e o futuro nas plantas Puruborá (Rondônia)”**. São Carlos, SP, 2016, 237f. **Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)** – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, 2016.

MONSERRAT, Ruth Maria Fonini. Notícia sobre a Língua Puruborá. In: RODRIGUES, Aryon Dall’Igna; CABRAL, Ana Suelly Arruda Câmara (Orgs.). **Novos estudos sobre línguas indígenas**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. p. 9-22.

MONTANHA, Gisele de Oliveira. **Mitos do povo Puruborá**. Ji-Paraná, RO, 2014, 37f. Monografia (Graduação em Licenciatura em Educação Básica Intercultural) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Ji-Paraná, RO, 2014.

NEVES, Camila Emanuella Pereira. **A produção associada em Capão Verde: entre bananas, saberes e utopias.** Cuiabá, MT, 2012, 181f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2012.

OLIVEIRA, Anátalia Daiane de. **Escolarização indígena e identidade Puruborá:** contribuições da escola para um povo ressurgido/resistente na Amazônia. Porto Velho, 2015, 232f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2015.

OLIVEIRA, Ovídio Amélio de. **História:** Desenvolvimento e Colonização do Estado de Rondônia. 6 ed. Porto Velho: Dinâmica Editora e Distribuidora Ltda, 2007.

PALENZUELA, Pablo. Las culturas del trabajo: una aproximación antropológica. **Sociologia del Trabajo**, nueva época, n. 24, p. 3-28, primavera de 1995.

RANIERI, Jesus. Apresentação. In: MARX, Karl (1818-1883). **Manuscritos econômicos-filosóficos.** Tradução Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 11-17.

SILVA, Marília de Almeida. **Por uma cultura latino-américa da produção livre e associada:** o povo Chiquitano e a experiência indígena no Brasil. Cuiabá, MT, 2015, 186f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, MT, 2015.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Espaços/tempos milenares dos povos e comunidades tradicionais: notas de pesquisa sobre economia, cultura e produção de saberes. **Revista de Educação Pública**, Cuiabá, v. 24, n. 56, p. 405-428, maio/ago. 2015. Disponível em: <http://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/educacaopublica/article/view/2440/1706>. Acesso em: 06 jul. 2017.

VELDEN, Felipe Vander. Serão eles o que a gente foi? Karitiana, Puruborá e dois povos indígenas isolados em Rondônia. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 8, n. 2, p. 105-120, dez. 2016. <http://periodicos.unb.br/index.php/ling/article/view/26664/18869>. Acesso em: 19/8/2017

CAPÍTULO III

AGROECOLOGIA, PRODUÇÃO ASSOCIADA E JUVENTUDE CAMPONESA: EM TERRAS DO AGRONEGÓCIO, QUEM PRODUZ AGROECOLÓGICA E ASSOCIADAMENTE SE PREOCUPA COM A VIDA, A NATUREZA E O FUTURO¹

Edson Caetano

Universidade Federal de Mato Grosso

Eva Emília Freire do Nascimento Azevedo

Universidade Federal de Mato Grosso

Edson Caetano

Doutor em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e professor do Instituto de Educação (IE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Mestre em Educação pela UNICAMP. Graduado em Ciências Sociais pela PUCCAMP. Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Trabalho e Educação (GEPTE).

E-mail: *caetanoedson@hotmail.com*.

Eva Emília Freire do Nascimento Azevedo

Assistente Social e Mestra em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Doutoranda em Educação da UFMT. Professora do Departamento de Serviço Social na UFMT. Participante do GEPTE.

E-mail: *evemilia@yahoo.com.br*.

¹ Texto apresentado originalmente no II Congresso Internacional de Economia Popular e Solidária e Desenvolvimento – CIEPS, realizado em Feira de Santana- BA, no período de 23 a 25 de maio de 2018.

Introdução

A Revolução Verde, iniciada a partir da década de 1950 inaugurou no nosso país – e internacionalmente – uma nova fase da agricultura. Sob o pretense discurso de solucionar a fome no mundo, um pacote de inovações passou a ser utilizado, com o emprego de tecnologias de controle da natureza com vistas a aumentar a produtividade agrícola (PEREIRA, 2012).

Em nome do desenvolvimento, baseado no lema: Ordem e Progresso, os empreendimentos produtivos no campo foram se desenvolvendo, passando o Agronegócio a ser seu maior destaque. Ele tem sido divulgado e difundido como vital a nossa economia; necessário para garantia da alimentação dos brasileiros e brasileiras e como espaço para garantia de emprego no campo. Todavia, na realidade ele não é tão “tech, pop e tudo”² quanto parece, pois, a maior parte do que o Agronegócio produz se destina a exportação, enquanto que 70% da nossa alimentação vem da agricultura familiar. A mecanização do campo por sua vez, tem diminuído os postos de trabalho e o seu impacto sobre a natureza é cada vez mais devastador.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como objetivo refletir e discutir –ainda que brevemente– acerca da relação existente entre a agroecologia, a produção associada e a juventude camponesa. Juventude essa, que tem se empenhado no sentido da difusão de uma outra perspectiva de existência, qual seja, a da possibilidade de se produzir em parceria com a natureza, se preocupando com ela, com a vida, estabelecendo relações de trabalho diferentes e antagônicas das que são constitutivas do modo de produção capitalista, e na busca de construção de um outro tipo de sociedade em contraposição ao modelo hegemônico do neoliberalismo.

Tomando como base o materialismo histórico dialético, trata-se de um estudo bibliográfico, utilizando-se de autores que têm se debruçado e discutido essas temáticas em nosso país. Visando proporcionar uma melhor compreensão acerca da reflexão efetivada, dividimos o presente texto em duas partes. Na primeira parte, abordamos os aspectos constitutivos do capitalismo e as respectivas estratégias para assegurar a maximização do lucro, com ênfase no Agronegócio brasileiro. Na segunda parte, nos

2 Campanha Institucional “Agro - a indústria-riqueza do Brasil”, veiculada pela TV Globo.

ocupamos da reflexão acerca das possíveis implicações decorrentes da adoção da Agroecologia e da Produção Associada pela Juventude Camponesa, que tem se tornado uma possibilidade para que jovens não apenas produzam sua existência material, mas também possam analisar a conjuntura existente, questionar o modelo hegemônico de produção e de organização do processo de trabalho, das relações sociais e do ser humano com a natureza, numa perspectiva crítica, política e transformadora.

Por fim, são tecidas algumas considerações possíveis nesse momento, na intenção de contribuir para o debate dessa realidade, tão relevante no nosso contexto contemporâneo.

O modo de produção capitalista e seus “modos de produzir lucro”

O modo de produção capitalista fez e faz com que tudo se transforme em mercadoria. A terra, a natureza, a água, por exemplo, têm sido alvos do capital, que sobrepuja todos os recursos possíveis, no intuito de alcançar cada vez mais a sua finalidade, o lucro (KRENAK, 2016)³.

Com a alimentação não acontece diferente, pois cada vez mais têm sido desenvolvidos estudos e tecnologias para que se produza em maior escala, em menor tempo, com a intencionalidade de expandir as exportações para os mercados internacionais, não importando as consequências dessa produção para a natureza, para a biodiversidade, para a saúde, para a vida, para o presente e para o futuro. Conforme Costa (2017, p.13),

No Brasil, a ação do Estado, em consonância com os determinantes do processo de acumulação capitalista em âmbito mundial, implementou uma orientação à agricultura baseada nas monoculturas, nas tecnologias químicas e mecânicas, na mobilização intensiva do solo, em práticas e processos produtivos incompatíveis com a conservação dos recursos naturais e com as realidades tropicais e subtropicais.

3 Em Conferência intitulada “Estado, Capital e Territórios Tradicionais”, realizada no “IV Colóquio Internacional Povos e Comunidades Tradicionais: Estado, Capital e Territórios Tradicionais: dinâmicas territoriais em disputa”. Montes Claros: Unimontes, 2016

Costa (2017) afirma que, em razão do avanço exponencial dos interesses do capital, temos hoje um cenário marcado pela devastação: da Mata Atlântica que conta com apenas 8% de sua extensão original; de 20% do cerrado e, graças à expansão da fronteira agrícola, já foram atingidos mais de 20% das nossas florestas amazônicas. Tal destruição traz em seu bojo, consequências nefastas aos seres vivos – inclusive no que diz respeito aos seres humanos – e que não são desconhecidas, como poderia ser alegado em tempos mais remotos.

Voltando um pouco na história, nota-se que, em meados do século XX a questão da fome se constituiu em uma pauta que conduziu vários países do mundo, inclusive o Brasil, a adoção de uma nova forma de se produzir alimentos, a chamada Revolução Verde, que de acordo com Pereira (2012, p. 685),

[...] foi concebida como um pacote tecnológico – insumos químicos, sementes de laboratório, irrigação, mecanização, grandes extensões de terra – conjugado ao difusionismo tecnológico, bem como a uma base ideológica de valorização do progresso. Esse processo vinha sendo gestado desde o século XIX, e, no século XX, passou a se caracterizar como uma ruptura com a história da agricultura.

Embora tenha havido um certo aumento da produtividade na década de 1960, grandes foram os impactos sociais e ambientais, especialmente a supressão das variedades antigas e a “[...] perda irrecuperável de material genético e de alternativas alimentícias” (PEREIRA, 2012, p. 685). Com isso, a presunção humana de que tudo se pode controlar, criar e clonar, nos tornou reféns de nós mesmos, ou melhor, reféns daqueles que possuem os recursos necessários para, a qualquer custo, obter mais lucro.

Engels (2013), ao discutir a influência do ser humano sobre a natureza afirma que nela, nada acontece de forma isolada, ao contrário, tudo está intrinsecamente articulado, afetando-se mutuamente. Por isso, o mesmo, adverte,

[...] não nos deixemos dominar pelo entusiasmo em face de nossas vitórias sobre a natureza. Após cada uma dessas

vitórias, a natureza adota sua vingança. É verdade que as primeiras consequências dessas vitórias são previstas por nós, mas em segundo e em terceiro lugar aparecem consequências muito diversas, totalmente imprevisas e que, com frequência, anulam as primeiras (ENGELS, 2013, p. 25).

Logo, muitas das mudanças que têm ocorrido em nosso planeta, são decorrentes das práticas humanas que desconsideram o fato de as riquezas naturais não serem inesgotáveis e que essas intervenções, no afã de obter mais lucro, tem gerado consequências danosas à nossa existência e dos demais seres vivos. Conforme observa Costa (2017), tomando por base outros autores, na década de 1970 verificou-se a concentração de organoclorados no leite materno; resíduos de agrotóxico nos laticínios, nos embutidos e a presença de um herbicida (utilizado na guerra do Vietnã pelos Estados Unidos) nas laranjas – produto que teve seu uso condenado pelos efeitos nocivos, a saber: carcinogênico, mutagênico e teratogênico -.

A própria página do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Presidência da República)⁴ publicou no ano de 2017, uma reportagem, apresentando dados sobre o consumo de agrotóxicos por parte dos brasileiros. Tomando por referência uma reportagem da Revista Problemas Brasileiros, o site do governo federal destaca que,

Especialistas ouvidos pela reportagem afirmam que “não à toa, o Brasil continua a liderar o *ranking* mundial do consumo de agrotóxicos, indústria que movimenta mais de US\$ 2 bilhões ao ano. O país consome, em média, 7 litros per capita de veneno a cada ano, o que resulta em mais de 70 mil intoxicações agudas e crônicas em igual período, segundo dados do Dossiê da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco)⁵.

Conforme Pignati *et al* (2014, p. 4670), a utilização de agrotóxicos através da pulverização (seja por avião, trator ou equipamento de uso manual), “[...] leva à poluição dos alimentos, das águas, do ar, das chuvas,

4 Disponível em <http://www4.planalto.gov.br/consea/comunicacao/noticias/2017/abril/brasileiros-consomem-7-litros-de-agrotoxicos-por-ano-revela-pesquisa>. Acesso em: maio de 2018.

5 Extraído da reportagem - site referido na nota anterior.

do leite materno, do sangue e urina dos trabalhadores, população do entorno e dos animais, ou seja, contamina toda a biota, tanto na zona rural quanto urbana”. Tais informações revelam o impacto da utilização desses “venenos” na agricultura sobre as nossas existências.

No pacote da Revolução Verde, tem-se ainda a mecanização do campo que, por sua vez, contribuiu para o aumento do êxodo rural, sendo os camponeses – e também os outros povos e comunidades tradicionais – empurrados para uma vida que não eram as suas, fora de suas terras, ou como refere Pereira (2012), para a marginalidade.

É **relevante** destacar que, no Agronegócio as mercadorias são produzidas para serem transnacionadas no mercado internacional – se transformam em *commodities* –, prática que se aperfeiçoou a partir da Revolução Verde, conforme Delgado (2012). No Brasil, em 2017⁶,

Liderados pela soja em grãos, sete produtos do agronegócio figuraram entre os dez principais bens exportados pelo Brasil em 2017. Juntos, a soja, carne de frango e bovina, açúcar em bruto, celulose, café e farelo de soja foram responsáveis por 26,8% de um total de US\$ 217,74 bilhões embarcados pelo país para o exterior no ano passado. [...] a soja foi o grande destaque na pauta exportadora brasileira em 2017 e a China continuou sendo o maior mercado para a oleaginosa nacional. As vendas para o gigante asiático geraram receita no montante de US\$ 25,718 bilhões, com uma alta de 34,1% em relação ao ano de 2016. [...] O trio dos principais produtos embarcados para a China no ano passado contou com a participação do minério de ferro (exportações no total de US\$ 19,199 bilhões e participação de 8,8% nas vendas totais aos chineses) e do petróleo em bruto (com vendas no montante de US\$ 16,625 bilhões, correspondentes a um percentual de 7,6% nas exportações para o mercado chinês) (Notícias Agrícolas).

O Açúcar, a carne de frango, a celulose, a carne bovina, o farelo de soja e o café em grãos também tiveram somas significativas no que tange a exportação brasileira, pois “[...] geraram receitas de US\$ 77,4 bilhões

⁶ Disponível em <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/205377-agronegocio-tem-sete-entre-os-dez-principais-produtos-exportados-pelo-brasil-em-2017.html#.WtqYF4jwblU> Acesso em: maio de 2018.

no ano passado, 15% mais do que em 2016. Apenas esses produtos foram responsáveis por 36% das receitas totais do país com as exportações”⁷, segundo reportagem de Mauro Zafalon na Folha de São Paulo.

Se o capital transforma tudo em mercadoria conforme já vimos, faz isso também em relação às sementes, que atualmente pertencem a pouquíssimas empresas transnacionais: Monsanto, DuPont Pioneer, Syngenta, Bayer e Dow. Segundo Altieri (2012), essas empresas determinam a uniformização de plantas e esse processo tem resultado na instabilidade e na suscetibilidade a pragas e doenças, pois ao uniformizar uma grande área de plantio, os mecanismos de defesa naturais próprios da diversidade deixam de existir.

Esse é então um dos motivos do aumento do uso de agrotóxico (veneno) nas plantações, mas que não as atingem apenas, pois nesse cenário devastador, são degradadas a terra, a água, o ar, a fauna, a flora e nós mesmos. Todavia, um movimento contra hegemônico tem se consolidado em contraposição ao avanço do Agronegócio: a Agroecologia. A Agroecologia a partir do seu caráter agregador, tem aproximado a Juventude Camponesa que, de forma crítica e reflexiva, tem questionado o modo de produção capitalista, com base em outros princípios, conforme discutido a seguir.

A agroecologia, a produção associada e a juventude camponesa: possibilidades de uma outra relação, uma outra perspectiva

Numa direção oposta à lógica do Agronegócio encontra-se a Agroecologia, fundamentada em técnicas e saberes tradicionais, numa perspectiva de respeito à diversidade, ao solo, à água, a segurança alimentar, dentre outros. Como contraposição à Revolução Verde, a Agroecologia se popularizou no Brasil a partir da década de 1980, mas nos anos 2000 tomou mais força, através da sua interlocução com os Movimentos Sociais Populares do campo, particularmente, aqueles ligados a Via Campesina (GUHUR; TONÁ, 2012).

⁷ Disponível em <https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/agronegocio/205377-agronegocio-tem-sete-entre-os-dez-principais-produtos-exportados-pelo-brasil-em-2017.html#.WtqYF4jwbIU> Acesso em: maio de 2018.

A Agroecologia atua de forma integral, “[...] incorporando as dimensões culturais, sociais, econômicas, biofísicas e técnicas”. Assim, o plantar exige planejamento, balanço “apropriado dos solos, cultivos, nutrientes, luz solar, unidade e dos sinergismos entre os organismos existentes. Quando este balanço e condições ótimas prevalecem, as plantas cultivadas se tornam mais resistentes para tolerar o estresse e a adversidade” (COSTA, 2017, p. 38).

Conforme Silva (2017), a Agroecologia integra ciência, prática e movimento, o que faz com que ela não seja somente uma forma de produzir um determinado alimento, mas se constitua enquanto possibilidade de construção e disseminação de conhecimento e saberes ancestrais, milenares e ou populares. Isso significa o ser humano se reconhecer enquanto parte da natureza e que, na sua interação com ela e com os demais seres vivos, são estabelecidos e desempenhados papéis político, crítico e reflexivo.

Esse processo reflexivo inclusive, nos leva a concordar com Guhur e Toná (2012, p. 63) quando apontam a separação e o antagonismo que o capitalismo provocou entre a cidade e o campo, bem como, entre o homem e a terra. Segundo os autores, restaurar o metabolismo existe entre esses

[...] exige uma ordem social qualitativamente orientada, que só pode ser alcançada na sociedade dos **indivíduos livremente associados**, que, como sujeitos históricos autônomos, esteja no pleno controle do processo produtivo, esse conscientemente subordinado à satisfação das necessidades humanas, e não a uma riqueza fetichizada (grifos nossos).

Na sociedade dos indivíduos livremente associados, ou como aqui nomeamos, na “produção associada” – ou ainda, no trabalho associado –, são estabelecidas outras relações econômico-sociais e culturais, nas quais homens e mulheres possuem coletivamente os meios de produção, em que a organização do trabalho se dá de forma autogestionada e as regras e normas são criadas e recriadas por seus próprios integrantes, baseados em outros princípios e valores, que não aqueles predominantes no modo de produção capitalista (TIRIBA; FISCHER, 2012).

De acordo com Tiriba (2008), o processo de trabalho é uma instância de produção de conhecimentos, espaço de articulação de saberes e de apropriação em sua totalidade. Contudo, à medida que os trabalhadores e trabalhadoras passaram a não deter mais os meios de produção, acabaram perdendo as condições necessárias para compreender a realidade que circunda o mundo do trabalho. Nesse sentido,

[...] no sistema do capital, a propriedade privada confere ao capitalista o “direito” de comprar a força de trabalho e estabelecer um plano de trabalho para que os trabalhadores coletivos possam produzir com o máximo de produtividade possível. [...] Embora o processo do trabalho seja em si educativo, no capitalismo, ao se configurar como trabalho alienado, tem contribuído para a desarticulação e desapropriação dos saberes da experiência e, por conseguinte, para a desqualificação do trabalhador (TIRIBA, 2008, p. 72).

De outro lado, com base nas concepções da via camponesa e dos trabalhadores rurais sem terra, Guhur e Toná (2012, p. 64) afirmam que, a agroecologia busca “construir uma sociedade de produtores livremente associados para a sustentação de toda a vida [...], sociedade na qual o objetivo final deixa de ser o lucro, passando a ser a emancipação humana”.

Marx (1864), ao analisar a história da Inglaterra no século XIX identificou a existência de um forte movimento cooperativo, realizado nas fábricas cooperativas onde era possível a produção em larga escala, conforme a ciência; com a inexistência de uma classe que explorava a força de trabalho da outra, com a não monopolização dos meios de trabalho. Naquele momento, ele previa que o trabalho assalariado seria algo transitório e inferior, que estava destinado a desaparecer “[...] diante do trabalho associado que cumpre a sua tarefa, com gosto, entusiasmo e alegria” (s/p.).

Embora a previsão de Marx ainda não tenha se concretizado, é possível perceber nas experiências de trabalho associado que, à medida em que ele se concretiza e se multiplica, se manifesta nos trabalhadores e trabalhadoras uma outra reação, afinal, não estão submetidos a padrões rígidos de cobrança, de jornada de trabalho, da exclusividade e conhecimento apenas de uma função, podem livremente escolher as

atividades que mais lhe apeteçam, em um processo em que reconhecem a sua importância individual, no contexto do coletivo.

A produção associada não é algo recente, pois desde tempos remotos, é possível encontrar essas experiências na organização do processo de trabalho e na produção da existência humana. Todavia, na década de 1980, a partir das mudanças decorrentes do processo de reestruturação produtiva, tendo como algumas consequências, a elevação do desemprego e flexibilização das relações de trabalho, homens e mulheres tem se organizado coletivamente, e atuado na contramão dos ditames de produção no modo capitalista (TIRIBA, 2006).

Nesse sentido, podemos dizer que a Agroecologia apresenta diversas características que coadunam com a Produção Associada. Por isso se diz que a agroecologia não é apenas uma forma de produzir, mas também é uma “[...] estratégia de luta e de enfrentamento ao agronegócio e ao sistema capitalista de exploração dos trabalhadores e da depredação da natureza” (GUHUR; TONÁ, 2012, p. 63).

Por se inclusiva – já que ao invés de separar, agrega não somente o ser humano, mas também os saberes, as famílias, as gerações –, nota-se que nos espaços de produção agroecológica se fazem presentes a transmissão dos saberes, através das práticas coletivas, onde crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos interagem, transformando/respeitando a natureza, a si mesmos, e ainda, conhecendo todas as etapas e processos da produção – vale salientar que em todo esse processo, os conflitos e contradições não são ausentes.

Especialmente no que diz respeito a juventude camponesa, verifica-se que nos últimos anos ela tem sido cada vez mais presente nas experiências de produção **Agroecológica e da Produção Associada** – o que confere a mesma, maior visibilidade e importância –.

Em um breve retrospecto, pode-se constatar, a partir dos anos 2000 que a juventude camponesa passou a ser acionada para se organizar nos movimentos sociais do campo, quando houve

[...] um intenso processo organizativo dos jovens tanto nos movimentos sindicais – como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag) e a Federação

Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar (Fetraf) – quanto nos movimentos que fazem parte da Via Campesina Brasil – como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA), o Movimento de Mulheres Camponesas (MMC) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). [...] A maioria dos movimentos sociais formalizou, por volta do ano 2000, alguma instância organizativa. Portanto, a presença cada vez mais massiva de organizações de juventude aponta para um fenômeno em movimento (CASTRO, 2012, p. 440).

Na década de 1990, por sua vez, a juventude se constituiu enquanto temática crescente para estudiosos e pesquisadores, como ainda, a receber atenção da mídia, da opinião pública, de atores políticos e instituições. Todavia a ênfase era dada ao público jovem no contexto urbano e especialmente, aos “problemas sociais” que os envolviam (ABRAMO, 1997).

A juventude camponesa ou rural – como Castro (2009) se refere –, ainda era pouco conhecida, invisibilizada, fora da atenção prioritária das políticas públicas, carregada de estigmas – dentre esses, o de desinteressada pelo campo. Todavia, “[...] esse *jovem rural* se apresenta longe do isolamento, dialoga com o mundo globalizado e reafirma sua identidade como *trabalhador, camponês, agricultor familiar*, acionando diversas estratégias de disputa por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos. [...]” (CASTRO, 2009, p.183).

Por isso, normalmente as reflexões dedicadas a juventude camponesa, em sua grande maioria, se debruçam sobre as questões relacionadas ao êxodo rural, já que o número de jovens que saem do campo para a cidade tem aumentado nos últimos anos, seja pela busca por emprego, ou ainda, interessados pelo modo de vida urbano, como refere Castro (2009). Essa autora, ao analisar tal realidade, aponta ainda uma outra questão: as relações hierárquicas nas famílias e a autonomia dos e das jovens e diz,

[...] *ser jovem* carrega a marca da pouca confiabilidade na hierarquia das relações familiares, ainda que assuma posição de destaque nos discursos sobre a continuidade

do assentamento e movimentos sociais, por exemplo. [...] A relação pais e filhos expõe a autoridade paterna como constitutiva da imagem “dominante” do *jovem* (CASTRO, 2009, p. 188).

Por isso, é discurso comum a afirmação no sentido de que a juventude camponesa se depara com uma dupla situação: de um lado, a expectativa de seu interesse pela vida no campo e sucessão familiar, e de outro, a pouca confiabilidade nesse público – o que em grande medida, torna-se um dilema para essa população. Nota-se que, embora exista uma expectativa acerca da sucessão familiar, trata-se de algo apenas para o futuro, pois se sobrepõe à ideia de que o/a jovem está passando por uma transição para a vida adulta e assim são tidos como

[...] pessoas em formação, incompletos, sem vivência, sem experiência, indivíduos, ou grupo de indivíduos que precisam ser regulados, encaminhados. Isto tem implicações desde a dificuldade de se conseguir o primeiro emprego, até a deslegitimação da sua participação em espaços de decisão (CASTRO, 2009, p. 188).

Ao escrever sobre a caracterização da juventude no campo, Castro (2012, p. 440) observa que “esses jovens se apresentam longe do isolamento, dialogam com o mundo globalizado e reafirmam sua identidade como trabalhadores, pequenos produtores familiares lutando por terra e por seus direitos como trabalhadores e cidadãos”, demandando entre suas reivindicações: crédito para produzir, bem como, escola pública com conteúdo que dialogue com a sua realidade camponesa.

Com a popularização da Agroecologia, a juventude camponesa tem se aproximado, se identificado e encontrando nela não apenas uma forma de produzir alimento, mas também de garantia das suas próprias existências. Em um cenário mais recente, algumas pesquisas realizadas no Brasil, tem dado ênfase na relação entre juventude camponesa e agroecologia, evidenciando a influência dessa relação nos seus projetos de vida; nos processos formativos nessa temática, e ainda, às práticas organizativas e participação política nos territórios (SILVA, 2017).

É possível identificar nos discursos de parte significativa da juventude camponesa, a importância do campo para as suas vidas, fazendo referência à sua relação com a natureza, do lugar de liberdade, da fartura, do compartilhamento – embora também expressem o desejo que lhes fossem garantidas ali, melhores condições de saúde, educação, lazer, transporte, acesso às tecnologias e ao trabalho, dentre eles, o associado.

Fischer, Pereira e Tiriba (2013, p.72), apresentam análises acerca da juventude e trabalho associado e dizem que, quando se fala nele

[...] tem-se como referência a cultura da autogestão, em que as relações de convivência se dão de maneira distinta da lógica do capital. Num galpão, por exemplo, em que as máquinas e demais instrumentos de trabalho pertencem aos jovens trabalhadores (ou estão em vias de pertencer), são eles que definem como vai se dar o processo de produção, qual o ritmo e a intensidade do trabalho, o que e para quem se vai produzir, por quanto será vendido o produto e com que critérios vão distribuir os excedentes.

No caso da produção associada e agroecológica é possível perceber a juventude participando dos processos, que envolvem as definições sobre o plantar – com a troca dos saberes da experiência, definição do uso do solo, do acompanhamento cotidiano do que é plantado, relação respeitosa com a terra, a natureza e os demais seres vivos –; o colher, o comercializar – no estabelecimento das quantidades, dos preços, dos locais e dos grupos para a venda e da organização do processo de trabalho – autogestão, repartição equitativa do resultado da comercialização, etc. - e das relações sociais – solidariedade que extrapola o âmbito da produção, relações de gênero mais igualitárias, etc. Isso acontece numa relação de não exploração de uns sobre os outros, onde todos possuem os meios de produção e discutem entre si as melhores estratégias com vistas a alcançar os interesses coletivos. Existe ainda uma relação respeitosa com aqueles e aquelas que consomem seus produtos, já que o acesso à comida de qualidade, sem utilização de veneno, a preços justos e produzidos sem explorar a natureza, no seu sentido mais literal, são objetivos da agroecologia.

Verifica-se ainda que, por serem gestores do próprio trabalho, gerem também seu tempo, por isso se organizam de modo a realizar outras atividades com suas famílias, de lazer e estudos. A acessibilidade tecnológica em diversas localidades camponesas tem sido utilizada a favor do conhecimento, da troca de experiências, da desconstrução da ideia da cidade enquanto possibilidade de melhoria de vida, da valorização do campo – ainda que com suas inúmeras dificuldades e contradições.

Conforme Hillesheim, Neves e Silva (2009 *apud* SILVA, 2017), a juventude é a principal personagem do campo, pois é a expressão do diverso, com sua forte característica de contestação e de transformação. Por isso, pode-se dizer que a relação da juventude com a agroecologia, se apresenta também como uma possibilidade de maior autonomia dentro da unidade familiar, da produção de alimentos saudáveis, do fortalecimento das organizações e coletividades e da produção associada. Essas são estratégias para enfrentamento do capitalismo e suas mazelas, na busca de construir modos de vida mais sustentáveis, com outra perspectiva acerca do trabalho e reconstrução de outras relações entre os seres humanos, a natureza e os demais seres vivos (SILVA, 2017).

Nesse sentido, a relação da Agroecologia, da produção associada e da Juventude não tem um fim em si mesma, pois assegura não apenas condições para garantia de certa autonomia, mas também, de outra perspectiva de vida, questionando os ditames de organização do processo de trabalho, das relações sociais e das relações entre o ser humano e a natureza constitutivos do modo de produção capitalista e seus interesses/objetivos, influenciando na percepção quanto à sua atividade política – ou seja, ao momento presente. Está também relacionada ao passado, através da sua vinculação direta aos povos, comunidades tradicionais e aos saberes da experiência transmitidos entre as gerações. Por fim, também se relaciona ao futuro – ao lançar um outro olhar, dedicado ao questionamento da ordem vigente, do trabalho de sensibilização dos sujeitos e numa perspectiva de constituição de um outro tipo de sociedade.

Considerações Finais

Conforme exposto nesse trabalho, vivemos hoje um contexto em que ao mesmo tempo em que são desenvolvidas tecnologias, conhecimentos, degrada-se a natureza – da qual fazemos parte –, sua biodiversidade, extraindo dela todos os recursos possíveis em favor da obtenção do lucro para poucos, adentrando num círculo vicioso, cada vez mais perverso e com previsões ainda mais catastróficas.

O agronegócio pressupõe a concentração da terra, a mecanização do campo – influenciando diretamente nas condições de vida e de trabalho de homens e mulheres camponesas –, a monocultura, a utilização de agrotóxicos, numa outra relação entre os seres humanos – força de trabalho e consumidores – e a natureza – fonte de riqueza para o lucro.

De outro lado tem-se uma outra perspectiva, contrahegemônica, voltada ao “cuidado cuidadoso” com o outro; com a terra, respeitando seus ciclos; com as sementes crioulas; considerando a importância da biodiversidade, permitindo assim, o questionamento ao modelo vigente em que os bens e as riquezas naturais transformam-se em mercadoria, onde a comida se transformou em negócio, onde a maximização do capital deve ser assegurada a qualquer custo.

Assim, na produção agroecológica – cada vez mais, difundida no Brasil – a juventude camponesa tem se feito presente, compreendendo os seus princípios, estabelecendo uma outra relação com a natureza, desenvolvendo atividades que não estão relacionadas apenas a garantir condições para sua existência, mas principalmente de resistência e construção/proposição de devir.

Em diversos contextos é possível perceber práticas conjuntas de Agroecologia e Produção Associada, onde a juventude tem tido a possibilidade de experimentar uma outra perspectiva de trabalho, com “gosto, satisfação e alegria”. Obviamente isso não se dá em um cenário ausente de conflitos e contradições, muitos desses decorrentes dos conflitos vividos pela juventude camponesa em relação ao “ficar ou sair do campo”; outros no interior de suas próprias famílias em relação a autonomia, ao uso de agrotóxicos; a falta de acesso a políticas educacionais que respeitem a realidade camponesa, integrando trabalho e educação.

Ainda assim, em que pese todas as adversidades, as reflexões nessa área apontam que existe em cada experiência da agroecologia, produção associada e juventude camponesa, a intencionalidade de uma outra sociabilidade, na qual o trabalho possa ser liberdade e não aprisionamento “de corpos e mentes”, que os frutos desse alimentem não apenas o físico, mas também as almas de homens e mulheres, através do estabelecimento de outros princípios, valores e perspectivas, perpetuando os saberes da experiência, questionando a ordem e o modo de produção vigente e se preocupando portanto, com o presente, com o passado e com o futuro da existência humana.

REFERÊNCIAS

ABRAMO, Helena W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. Número especial: Juventude e Contemporaneidade. São Paulo: ANPED, (5-6), p. 25-36. 1997. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE05_6/RBDE05_6_05_HELENA_WENDEL_ABRAMO.pdf. Acesso em: 20 ago. 2018.

ALTIERI, M. **Agroecologia**: Bases científicas para uma agricultura sustentável. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

CASTRO, Elisa Guaraná. Juventude Rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niños y Juventud**. Manizales, v. 7, n. 1, p. 179 – 208, 2009. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1692-715X2009000100008. Acesso em: 20 ago. 2018.

_____. Juventude do campo. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

COSTA, Manoel Baltasar Baptista. **Agroecologia no Brasil**: história, princípios e práticas. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

DELGADO, Nelson Giordano. Commodities agrícolas. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ENGELS, Friedrich. **Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem**. In: A Dialética do trabalho/Ricardo Antunes (org.). São Paulo: Expressão Popular, 2013.

FISCHER, Maria Clara B; PEREIRA, Anny; TIRIBA, Lia. Juventude, Associativismo e Economia Solidária: “não é por centavos, é por direitos”. **Mercado de trabalho**. IPEA, n. 55, p. 69 – 76, 2013. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/mercadodetrabalho/bmt55_econ03_juventude.pdf. Acesso em: 22 de ago. de 2017.

GUHUR, Dominique M. P.; TONÁ, Nilciney. Agroecologia. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

KRENAK, A. Conferência “Estado, Capital e Territórios Tradicionais”. In: **POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS: contribuições para outro desenvolvimento**. Montes Claros: Unimontes, 2016.

MARX, Karl. **Mensagem Inaugural da Associação Internacional dos Trabalhadores**. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1864/10/27.htm>. Acesso em: 11 set. 2018.

PEREIRA, Mônica C. de Britto. Revolução Verde. In: CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PIGNATI, Wanderlei; OLIVEIRA, Noemi Pereira Oliveira; SILVA, Ageo Mário Cândido. **Vigilância aos agrotóxicos: quantificação do uso e**

previsão de impactos na saúde-trabalho-ambiente para os municípios brasileiros. *Ciência & Saúde Coletiva* [online]. 2014, vol.19, n.12, p. 4669 - 4678. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232014001204669&script=sci_abstract. Acesso em: 05 de jun. 2018.

SILVA, Jose Nunes. **Juventudes Rurais e Agroecologia: um diálogo imprescindível.** In *Redes - Santa Cruz do Sul: Universidade de Santa Cruz do Sul*, v. 22, n. 2, maio-agosto, 2017. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/redes/article/viewFile/9348/pdf>. Acesso em 12 de março de 2018.

SOARES, Sandra M.; SOARES, Simone G.; SOARES, Ana P. M.; SOARES, Patricia Aparecida. **Educação e Trabalho Associado: um desafio vivenciado pela juventude camponesa do Assentamento Roseli Nunes.** In: *Seminário de Educação*. Cuiabá, 2017. Disponível em: <http://eventosacademicos.ufmt.br/index.php/semiedu/semiedu2017/paper/viewFile/2528/1179>Acesso em: 25 ago. 2018.

TIRIBA, Lia. Cultura do trabalho, autogestão e formação de trabalhadores associados na produção: questões de pesquisa. **PERSPECTIVA.** Florianópolis, v. 26, n. 1, p. 89 - 94, jan/jun. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175795x.2008v26n1p69/9566>. Acesso em: 05 set. 2018.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. *Produção Associada e Autogestão.* CALDART, Roseli Saete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo; FRIGOTTO, Gaudêncio (Orgs.). **Dicionário da Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

TIRIBA, Lia; FISCHER, Maria Clara Bueno. Formação de jovens trabalhadores associados na produção da vida: questões para debate. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho.** São Paulo, v. 14, n. 1, p. 13 - 29, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172011000100003. Acesso em: 05 set. 2018.

CAPÍTULO IV

ECONOMIA SOCIAL E SOLIDÁRIA, COMÉRCIO JUSTO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E COOPERATIVAS DE ALIMENTOS

Annahid Burnett

Universidade Estadual da Paraíba

Annahid Burnett

Pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba – PNP/PPGDR/UEPB. Doutorado em Ciências Sociais; Mestrado em Sociologia; Licenciatura em Sociologia. Autora do livro VOZES FEMININAS (org) EDUFPE, 2019. Autora do Livro A “SAGA” DA ALGARROBA. Ed. NEA, 2018. Autora do Livro VOZES DA SULANCA. Ed. NEA, 2016. Tradutora do Livro SOCIOLOGIA AMBIENTAL do professor John Hannigan da Universidade de Toronto. VOZES, 2009.

E-mail: *aburnett8@gmail.com*

Introdução

De acordo com Elena Lasida, catedrática de Ética e Finanças e pesquisadora do Grupo de Pesquisa Finanças e Bem Comum, em Paris, o termo economia solidária é utilizado para designar práticas bem diferentes, como por exemplo, o comércio justo, a finança ética, o microcrédito, o turismo

solidário, a agricultura sustentável, os serviços de proximidade, diferentes formas de empreendedorismo coletivo, entre outros. Esta grande diversidade torna difícil a definição e a delimitação do conceito. Além disso, a economia solidária é frequentemente associada à economia social (LASIDA, 2008).

A economia social define as atividades econômicas realizadas por particulares, porém seguindo um interesse coletivo, também designado de “terceiro setor” (Défourny, 1999, 2001), para se diferenciar do setor público e do setor privado que procura maximizar os lucros. Portanto, a economia social engloba as empresas e organizações com meios de produção e gestão particulares com fins coletivos, associativos, sem finalidades centradas no lucro, com formas jurídicas específicas, como as cooperativas e as associações (LASIDA, 2008; GUÉLIN, 1988; LAVILLE, 2010; MILLER, 2002).

O objetivo desta pesquisa é fazer uma reflexão sobre os conceitos e práticas em economia social e solidária, comércio justo, desenvolvimento sustentável e cooperativas de alimentos dentro da realidade contemporânea. Como metodologia fizemos uma revisão da literatura pertinente aos campos desta discussão. Concluímos que estes conceitos estão todos embricados nas práticas dos espaços que escolhem esta linha de pensamento, como é o caso da cooperativa de alimentos a qual estudamos neste trabalho.

Contexto histórico e social

A economia social surgiu dentro do contexto histórico social e intelectual do cooperativismo revolucionário (Oliveira, 2008; Singer, 1999; 2000) denominado por Marx (2008; 2013) de socialismo utópico para diferenciar do socialismo científico. Em reação ao advento da Revolução Industrial no século XVIII, Saint-Simon promoveu a ideia de uma empresa a serviço da coletividade, se opondo à propriedade privada dos meios de produção que permite a exploração do trabalhador. No século XIX Charles Fourier está na origem da cooperativa de alojamento e consumo. Já Proudhon, o pai do anarquismo, cria a ideia do banco do povo. E, Charles Gide cria a primeira Federação Nacional das Cooperativas de Consumo.

Essas experiências conduziram a formas institucionais particulares com *status* jurídicos específicos:

- As cooperativas – baseadas na propriedade e gestão coletivas.
- As mutualidades – sociedades de solidariedade nas áreas da saúde, previdência, aposentadoria e seguro contra os revezes da vida.
- As associações – toda forma de livre associação entre pessoas visando uma atividade econômica sem fins lucrativos.

A noção de economia solidária é bem mais recente do que a de economia social e seus contornos bem mais imprecisos, mesmo que se associe muitas vezes os termos em uma só expressão – economia social e solidária. No entanto, o conceito de economia solidária é amplamente reivindicado pelo movimento “altermundialista” que emergiu do Fórum Social Mundial a partir de 2001. A pesquisa sobre uma “outra mundialização” está ligada a uma “outra economia”, tanto no interior do mercado como em uma economia paralela. A economia solidária define esta outra economia a serviço do interesse coletivo e de utilidade social, com objetivos bem mais variados que os criados pela economia social. Ou seja, solidariedade em relação as gerações futuras, o que conduz à inclusão da dimensão ambiental aos objetivos, solidariedade entre pessoas de idade e sexo diferentes, solidariedade entre territórios, entre excluídos, etc. Estas solidariedades múltiplas vão se traduzir pelas práticas dentro de domínios bem diferentes: produção, consumo, finanças, comércio, serviços, desenvolvimento local, setor cultural e outras áreas ligadas a estas (LASIDA, 2008).

A economia solidária e o desenvolvimento sustentável

A aplicação de qualquer solução técnica implica na escolha pela sociedade que integra a dimensão econômica, política e social. Neste sentido, a economia solidária aparece totalmente imbricada ao desenvolvimento sustentável. Além do mais, o desenvolvimento sustentável é fundado no princípio da solidariedade, ou seja, a solidariedade no tempo, das gerações futuras e a solidariedade no espaço, em âmbito planetário. Portanto, não se pode reduzir a solidariedade ao assistencialismo. A solidariedade mobilizada através do desenvolvimento sustentável e da economia solidária, visa mais uma parceria, o desenvolvimento das potencialidades de uma aliança em torno de um projeto comum para um futuro melhor. Por conseguinte, o

desenvolvimento sustentável e a economia solidária têm o mesmo objetivo, o de pensar um modo de desenvolvimento integral, ou seja, que integra todos os seres humanos, os presentes e os que estão por vir, mas também as totalidades das capacidades humanas (LASIDA, 2008).

Os desafios do desenvolvimento no século XXI são complexos e a comunidade internacional tem focado a atenção nas possibilidades de modelos de desenvolvimento mais integrados. O conceito de desenvolvimento sustentável, centrado no crescimento da economia e na proteção social e ambiental e no clássico modelo de liberalismo centrado no *welfare state* e na empresa, carece de uma perspectiva de desenvolvimento integrado. Atualmente cinco dimensões chave precisam ser direcionadas simultaneamente: o desenvolvimento econômico, a proteção social, a proteção ambiental, a igualdade de gêneros e o empoderamento sociopolítico. Portanto, o campo da Economia Social e Solidária parece ter grande potencial neste sentido (UTTING, 2013; BULLARD, 2012; JACKSON, 2011).

A Economia Social e Solidária é uma estratégia viável para lidar com problemas contemporâneos conhecidos nos países industriais e em desenvolvimento. A Economia Social e Solidária é contextualizada dentro do pano de fundo de desenvolvimento recente: A liberalização do mercado de produtos e capitais em nível mundial, a industrialização continuada e o aumento global da divisão do trabalho. O cerne da questão é de como as populações locais podem alcançar certos objetivos e satisfazer necessidades usando técnicas características da economia social e solidária e, então, conseguir um espaço social e econômico próprio em relação a mercados anônimos, atores globais e elites nacionais e internacionais. Dentro desse espaço auto governável, sugere-se que um caminho possa ser construído para a transição em direção à sustentabilidade local, social e ambiental (COLLETE, 2008; WALLIMANN, 2014).

Para alcançar o desenvolvimento sustentável, o tradicional paradigma econômico precisa ser ajustado para direcionar os custos sociais e ambientais de produção e consumo que foram considerados como externalidades. Desse modo, a economia social e solidária é vista como um caminho, por causa de sua posição histórica em permitir conexões entre missões sociais e econômicas e, devido ao seu enraizamento nas práticas globais do mundo real, desafiando a hegemonia do neoliberalismo orientado pelo mercado. Entretanto, as

organizações de economia social e solidária enfrentam múltiplos desafios em se integrarem dentro da macroeconomia, competindo com negócios convencionais pela partilha do mercado e do trabalho, enquanto tem alvos multidimensionais e múltiplos obstáculos de base. A visão da principal corrente de pensamento da economia social e solidária é necessária para a aceitação pública e também para as políticas de suporte governamentais que iriam facilitar as operações (KAJIAN, 2016; JAYASOORIA, 2013; KAWANO, 2013).

Os argumentos desenvolvidos demonstram claramente que as cooperativas e uma ampla economia social e solidária podem fazer contribuições substanciais ou talvez única para o cumprimento das dimensões econômicas do futuro do desenvolvimento sustentável. Seria um grande erro negligenciar o potencial de tal poder deste movimento tão amplo e global. Entretanto, seria um equívoco tomar as cooperativas como uma solução miraculosa para cada problema na terra. As cooperativas, na maioria dos casos, não são a única solução, nem em todo caso, a melhor solução. O desenvolvimento sustentável necessita de um Estado bem governado, um setor privado forte e responsável, uma sociedade civil influente e inclusiva, uma parceria global apoiadora e uma economia vibrante incluindo as cooperativas. Cada uma destas razões contribui com vantagens para o trabalho coletivo: A dualidade entre associação e negócio, como também os papéis econômico e social (BIRCHAL, 2003; SCHWETTMANN, 2014).

O *Fair Trade* ou Comércio Justo, a Economia Solidária e o Desenvolvimento Sustentável

O movimento do *fair trade* começou durante os anos de 1960 na Europa e nos Estados Unidos. O objetivo era o de combater as condições de trocas injustas, a dependência dos países do Sul, numa tentativa de assistir esses países a se desenvolverem. Apesar de a liberalização ter anunciado “crescimento para todos”, o fato é que os benefícios desse crescimento são distribuídos de maneira altamente desigual, em detrimento aos países do Sul. A globalização reproduz as relações de dominação dos sistemas colonial e imperial do passado. Para o consumidor, o comércio justo contribuiu com o desenvolvimento de um consumo ético e resultou num desejo de uma parte da população em construir relações de troca com valores diferentes

daqueles que prevalecem nas trocas internacionais convencionais. A rede de trocas do comércio justo levou ao desenvolvimento do consumo ético e da consciência do consumidor. O comércio justo é fundado no estabelecimento de relações de troca baseadas na solidariedade, da relação mais direta possível entre consumidor e produtor e pagamento de preços justos para os produtores (BISSAILLON & GENDRON & TURCOTTE, 2005).

O *fair trade* procura estabelecer o respeito pelos produtores e pela preservação do ambiente. Os consumidores do comércio justo procuram um produto socialmente justo, eliminando o atravessador, o intermediário, um produto fornecido diretamente pelas pessoas que o produzem na fonte. O comércio justo procura eliminar dessa forma, as injustiças sociais, as desigualdades praticadas entre os negócios, nas trocas entre o Norte e o Sul, resultando em práticas comerciais justas. Tem como objetivo melhorar a qualidade de vida dos fornecedores do Sul, dos marginalizados, criando um canal para negociar seus produtos artesanais e agrícolas junto aos consumidores dos países mais desenvolvidos que desejam ser solidários; constituir uma rede de consumidores em busca de um produto que foge às regras da exploração tradicional do comércio internacional procurando contribuir com as mudanças nas políticas públicas. No entanto, estas práticas já estão sendo disseminadas nas negociações Sul – Sul também, seguindo a tendência do consumo local, para diminuir as emissões de gases de efeito estufa. Uma certificação foi desenvolvida para etiquetar esses produtos e permitir os consumidores de identificar os produtos e retomar a dimensão humana e cultural da troca (LAVILLE, 2010).

O comércio justo é um tipo particular de relacionamento entre consumidores éticos e produtores de baixa renda através do comércio internacional. Portanto, o *fair trade* é uma parceria de troca baseada no diálogo, na transparência e no respeito buscando maior igualdade no comércio internacional e contribui com o desenvolvimento sustentável porque oferece melhores condições de troca e assegura os direitos dos produtores e trabalhadores. As empresas do comércio justo, apoiadas pelos consumidores, são engajadas ativamente em apoiar os produtores, expandir a consciência e fazer campanhas para as mudanças nas regras e práticas do comércio internacional convencional (BOTO; LA PECCERELLA, 2008).

O *fair trade* serve a dois objetivos: prover oportunidades reais para o desenvolvimento de produtores de pequena escala e trabalhadores em países em desenvolvimento e; tem um impacto positivo no comércio global e empresas privadas, o que os encoraja a se tornarem mais justos e inclusivo socialmente e apoiadores do desenvolvimento sustentável. Para os pequenos produtores e trabalhadores, construir a capacidade de participar do mercado em pé de igualdade, torna o negócio capaz de dividir os benefícios da troca mais amplamente, passando o valor da troca mais adiante para a cadeia de suprimentos. Isto amplia a participação nos mercados e nas formulações de políticas públicas. Consumo e produção sustentável requer a proteção de políticas e o ambiente de mercado que promova inclusão social e bem-estar econômico. Políticas sustentáveis de comércio, justiça e proteção para os produtores mais vulneráveis, incentivos para mudar o comportamento do consumo podem facilitar mais resultados sustentáveis e premiar os que trabalham no mercado com um grau maior de sustentabilidade (PEÑA, 2015).

O Caso da Cooperativa de Alimentos Park Slope em Brooklyn, NY

Figura 1: A Cooperativa de Alimentos de Park Slope em Brooklyn, NY, fundada em 1973.



https://members.foodcoop.com/content/wp-content/uploads/2016/01/coop_500.png.
Acesso em 16/8/2017.

A Park Slope Food Coop, localizada no coração do setor do Parque chamado Slope, no bairro de Brooklyn, na cidade de Nova Iorque, foi fundada em 1973 por um pequeno grupo de vizinhos comprometidos, os quais queriam que uma comida mais saudável e de preço mais acessível fosse oferecida a todos que quisessem. A PSFC tem mais de 17 mil membros dos quais, a maioria trabalha uma vez a cada quatro semanas em troca de 20 a 40% de desconto nas compras de comida. Somente os sócios podem comprar na PSFC e o título de sócio, de membro da cooperativa está aberto a todos.

Figura 2: Fachada da Cooperativa de Alimentos Park Slope em Brooklyn, NY, com o movimento de compras dos sócios durante o dia.



https://members.foodcoop.com/content/wp-content/uploads/2016/01/coop_500.png.
Acesso em 16/8/2017.

A PSFC oferece uma ampla variedade de produtos, incluindo produtos cultivados convencionalmente e também orgânicos; carne orgânica de pastos naturais; galinhas e frangos orgânicos como também *kosher* (produtos para os judeus religiosos que precisam seguir certos preceitos religiosos); chocolate e café de comércio justo; peixe selvagem ou de fazendas sustentáveis; suplementos e vitaminas; queijo importado

e artesanal; pastelaria e pão frescos; condimentos a granel; suprimentos ambientalmente seguros e limpos e, muito mais. Tudo isto e mais uma ampla seleção de itens padrão de supermercados, faz da cooperativa uma destinação de uma só parada. A PSFC dispõe também de uma sala para as crianças dos sócios, enquanto eles fazem compras.

A Cooperativa de Alimentos Park Slope funciona também em horário noturno, facilitando a vida de seus sócios:

- De segunda a sexta-feira: 8h às 22h
- Aos sábados: 6h às 22h
- Aos domingos: 6h às 20h

Figura 3: Fachada da Cooperativa de Alimentos durante horário noturno.



https://members.foodcoop.com/content/wp-content/uploads/2016/01/coop_500.png.
Acesso em 16/8/017.

Figura 4: Celebidades como Adrien Grenier também são sócias da Cooperativa.



https://members.foodcoop.com/content/wp-content/uploads/2016/01/coop_500.png.
Acesso em 16/8/2017.

A Cooperativa Park Slope é uma loja de alimentação de propriedade dos sócios e por eles operada – uma alternativa para o negócio comercial orientado pelo lucro. Os sócios contribuem com seu trabalho: trabalhando juntos constroem confiança através da cooperação e do trabalho em equipe permitindo manter os preços os mais baixos possíveis dentro dos valores e princípios da cooperativa. Somente os sócios podem comprar e dividir as responsabilidades e benefícios, numa tentativa de ser vizinhos e empregadores mais éticos e responsáveis. Portanto, a cooperativa agencia seus próprios sócios e não a indústria.

Figura 5: Outras celebridades como Peter Sarsgaard e Maggie Gyllenhaal apoiam e também são sócios da PSFC.



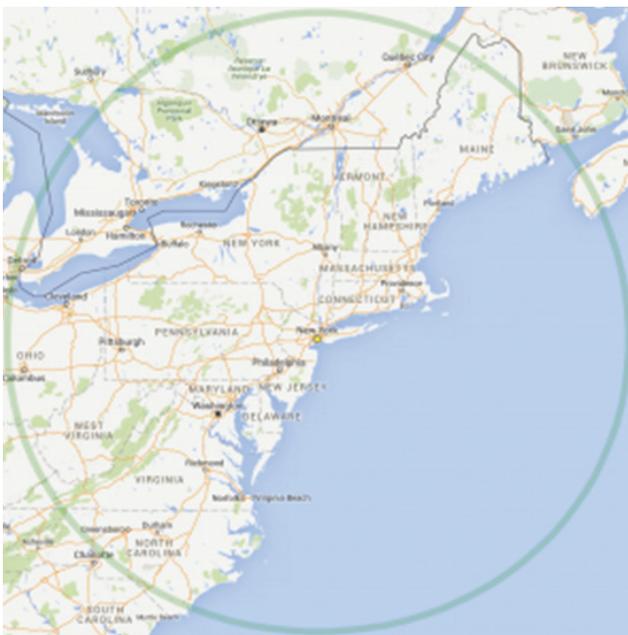
https://members.foodcoop.com/content/wp-content/uploads/2016/01/coop_500.png.
Acesso em 16/8/2017.

A missão da PSFC também inclui apoio ao movimento de cooperativismo. A PSFC oferece uma gama de produtos com ênfase na produção orgânica, minimamente industrializados, processados, ou seja, investe numa alimentação mais saudável, procurando evitar produtos dependentes da exploração alheia. Por conseguinte, é missão da PSFC apoiar a agricultura sustentável e a produção de alimentos não tóxicos.

Portanto, o respeito ao meio ambiente e o foco na redução do impacto do nosso estilo de vida no planeta que dividimos com outras espécies e futuras gerações está no cerne da missão da cooperativa. Outro enfoque importante é o da preferência por produtos locais de produtores que respeitam a dinâmica da terra, da reciclagem, tentando liderar pelo exemplo, educando os sócios e outras pessoas sobre saúde e nutrição,

cooperação e meio ambiente. A PSFC tem uma filosofia comprometida com a diversidade e a equidade, em oposição a qualquer tipo de discriminação, numa tentativa de torna-la acessível a todos e respeitando as opiniões, necessidades e preocupações de cada sócio, maximizando a participação em todos os níveis, desde a formulação das políticas internas à gestão da loja.

Figura 6: O diâmetro da produção local em torno da Cooperativa localizada em Nova Iorque.



https://members.foodcoop.com/content/wp-content/uploads/2016/01/coop_500.png.
Acesso em 16/08/2017.

A política sobre produtos da cooperativa maximiza o aprovisionamento de alimentos e cosméticos que sejam produzidos organicamente na região, sem crueldade e numa visão ambiental benigna. A PSFC não vende produtos com ingredientes de radiação, nem geneticamente modificados, por isso a cooperativa trabalha em cooperação com o comitê ambiental para identificar produtos.

A PSFC também faz um grande esforço no sentido de oferecer o máximo de produtos a granel, incentivando e educando os sócios a trazerem suas próprias sacolas e pacotes para as compras na loja. Para se tornar sócio da Cooperativa Park Slope o candidato deve pagar uma taxa de 25 dólares americanos não reembolsáveis e fazer uma contribuição de 100 dólares em investimento à Cooperativa que é reembolsável em caso de cancelamento do título de sócio, mas somente se o sócio requisitar reembolso. Se o sócio receber algum tipo de benefício social, a taxa é de cinco dólares e o investimento de dez dólares. O sócio tem a obrigação de trabalhar duas horas e quarenta e cinco minutos a cada quatro semanas e dessa forma, cada sócio trabalha em torno de 13 vezes anualmente.

Considerações finais

Os estudos de caso são importantes não somente dentro da economia social e solidária, mas também dentro da macroeconomia, para exemplo de como a economia pode se conduzir ao bem-estar social e ambiental. Em resumo, as políticas públicas devem ser formuladas para apoiar a economia social e solidária, porém em longo termo, mudanças estruturais na macroeconomia devem ser implantadas para nivelar o campo. Um equilíbrio entre as abordagens e pesquisas futuras para mapear o movimento, vai maximizar o potencial em direção ao desenvolvimento sustentável.

A noção de desenvolvimento econômico local e sustentável tem relação com um processo de desenvolvimento participativo que envolve o privado, a sociedade civil e o público, engajados em estratégias para criar emprego, renda e capacidade produtiva baseando uma atividade numa localidade específica e fazendo uso dos recursos locais. Desenvolvimento Econômico e Sustentável Local e Economia Social e Solidária são vistos como complementos que procuram pela participação do governo, de parcerias, do empoderamento e da inclusão econômica e social.

Verificamos através do estudo de caso sobre a Park Slope Food Coop, que o sucesso da Economia Social e Solidária depende em grande parte dos consumidores. Os consumidores devem ser engajados, prestigiar

os serviços da cooperativa, se envolverem nos projetos e nas decisões, divulgarem as ideias, como fazem os famosos e as celebridades dos países desenvolvidos, para que se torne realmente um caso de sucesso. No Brasil o consumo ainda é tão dependente quanto sua economia. As classes mais abastadas precisam ostentar um relógio suíço, uma bolsa da Louis Vuitton, um computador da Apple, cheirar a perfume francês, ter um carro importado do ano e tomar uísque escocês (mesmo entre os que se dizem intelectualizados). Os produtos locais ainda são vistos como imprestáveis e sem valor e os produtores como incapazes, resquícios de uma cultura colonizada. A economia solidária no Brasil, na maioria dos casos, ainda tem uma abordagem assistencialista. Portanto, esta mentalidade de cunho colonialista, a qual denominamos de “complexo de colonizado”, não é a adequada ao desenvolvimento da Economia dita Social e Solidária. Ainda temos muito a percorrer neste sentido.

REFERÊNCIAS

BIRCHAL, Johnston. **Rediscovering the cooperative advantage – Poverty reduction through self-help**. Geneva: ILO, 2003.

BISAILLON, Véronique; GENDRON, Corinne; TURCOTTE, Marie-France. **Fair Trade and Solidarity Economy: The challenges ahead**. Fair Trade Workshop, Alliance for a Responsible, Plural and United World Chair of Social Responsibility and Sustainable Development, School of Management Sciences, University of Quebec, Montreal, 2005.

BOTO, Isolina; LA PECCERELLA, Camila. **Does Fair Trade contribute to sustainable development?** Brussels: Brussels Rural Development Briefings, 2008.

BULLARD, Nicola. **Beyond the Green Economy: System change, not climate change?** Development, Vol. 55, No.1, pp. 54-62, 2012.

COLLETE, Christine. **Economie Social et solidaire**. Paris: Dunod, 2008.

DEFOURNY, J. DEVELTERE, P.; FONTENEAU, B. **L'économie sociale au Nord et au Sud**. Liège: De Boeck, 1999.

DEFOURNY, Jacques; BORZAGA, Carlo. **The emergence of Social Enterprise**. London: Routledge, 2001.

GUÉLIN, André. **L'invention de l'économie sociale**. Paris: Economica, 1988.

JACKSON, Tim. **Prosperity Without Growth: Economics for a Finite Planet**. Earthscan, London: Earthscan, 2011.

JAYSOORIA, D. **Developments in Solidarity Economy in Asia**. Kuala Lumpur: Asian Solidarity Economy Council, 2013.

KAJIAN, Siri Kertas. **Social and Solidarity Economy for Sustainable Development in Malaysia: Concepts, Contexts and Case Studies**. UKM Ethnic Studies Paper Series, Institut Kajian Etnik, KITA. Bangi, 2016.

KAWANO, E. **Social Solidarity Economy: Toward convergence across continental divides**. <http://www.unrisd.org/unrisd/website/newsview.nsf>, 2013.

LASIDA, Elena. **L'économie solidaire: une manière nouvelle de penser l'économie. L'Encyclopédie du Développement Durable**. Paris: Éditions des Récollets, n° 63, Mars, 2008.

LAVILLE, Jean-Louis. **The Solidarity Economy: An International Movement**. RCCS Annual Review (online), 2, 2010, 3-41. URL: <http://rccsar.revues.org>.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômicos-Filosóficos**. São Paulo: Martin Claret, 2013.

MARX, Karl. **Miséria da Filosofia**. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MILLER, Ethan. **Solidarity Economics: Strategies for Building New Economies from the Bottom-Up and the Inside-Out**. Greene, Maine: May 2002, www.geo.coop.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. **Economia Solidária: Entrevista com Paul Singer**. USP: Estudos Avançados 22 (62), 2008.

PEÑA, Marike. **Sustainable Development Goals and Fair Trade: The case for partnership.** US: UN General Assembly, 2015.

SCHWETTMANN, Jürgen. **The Role of Cooperatives in Sustainable Development for all: Contributions, Challenges and Strategies.** Paredel: ILO, 2014.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas.** São Paulo: Contexto, 1999.

SINGER, Paul. Economia Solidária: Um modo de produção e distribuição. In: SINGER, P. & SOUZA, A. (orgs). **A Economia Solidária no Brasil; a autogestão como resposta ao desemprego.** São Paulo: Contexto, 2000.

UTTING, Peter. **Social and Solidarity Economy: A Pathway to Socially Sustainable Development (int)** United Nations Research Institute for Social Development, 2013.

WALLIMANN, Isidor. **Social and solidarity economy for sustainable development: its premises – and the Social Economy example of practice.** International Review of Sociology, 2014.
<https://www.foodcoop.com/>. Acesso em 16/8/2017.

CAPÍTULO V

GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS DO CAMPUS I DA UNEB: ARTICULANDO PESQUISA, GESTÃO AMBIENTAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Darluce da Silva Oliveira
Universidade do Estado da Bahia

Isabelle Pedreira Déjardin
Universidade do Estado da Bahia

Darluce da Silva Oliveira

Professora adjunta da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), atuando na Graduação e Pós-Graduação. Graduada em Ciências Biológicas pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), especialista em Metodologia do Ensino Superior (Universidade de Pernambuco), Mestre em Educação (UNEB-Québec), Doutora em Educação com ênfase em Educação Ambiental (Universidade de Salamanca-Espanha). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas do Ambiente, Ecocidadania e Sustentabilidade (GEPAES). Atuando nos seguintes temas: desenvolvimento sustentável, qualidade de vida, educação ambiental nos espaços formais e não-formais, prática educativa, meio ambiente, gestão de resíduos sólidos.

dsoliveira@yahoo.com.br

Isabelle Pedreira Déjardin

Pós-doutoranda em Difusão do Conhecimento pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Graduada em Ciências Sociais (UFBA), especialista em Administração de Serviços (UFBA),

Mestre em Estudos do Desenvolvimento pela Universidade de Genebra (UNIGE), Doutora em Difusão do Conhecimento (DMMDC-UFBA). Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas do Ambiente, Ecocidadania e Sustentabilidade (GEPAES). Atuando nos seguintes temas: educação, escola, formação, cidadania, meio ambiente, educação ambiental, economia solidária e epistemologia da sustentabilidade.

belledejardin@hotmail.com

Introdução

A ineficiência da gestão de resíduos sólidos se apresenta como um problema socioambiental e econômico crescente para as sociedades e, conseqüentemente, para as universidades brasileiras. O compromisso e a responsabilidade da universidade com a gestão de resíduos representam um imenso desafio contemporâneo para as comunidades universitárias e seu entorno. Nesse contexto tem origem este artigo, resultante da pesquisa sobre o projeto “Caracterização, Avaliação e Gestão de Resíduos Sólidos do Campus I da UNEB”, desenvolvido pelo departamento de Ciências Humanas – DCH I da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), ora implementado pelo Núcleo de Pesquisa e Extensão (NUPE) e pelo Grupo de Estudo e Pesquisa do Ambiente, Ecocidadania e Sustentabilidade (GEPAES) do qual somos integrantes enquanto professoras e pesquisadoras universitárias.

Através de estudos, pesquisas e ações que vêm sendo desenvolvidas pelo referido projeto, conhecido popularmente como Recicla UNEB, percebemos a necessidade de sensibilizar a comunidade universitária para a problemática e os desafios com a geração excessiva de resíduos e sua disposição final ambientalmente adequada, no âmbito do Campus I da UNEB. Analisando a gestão de resíduos como um dos principais problemas com os quais se deparam as administrações municipais brasileiras e também as universidades, é possível afirmar que, ao longo de décadas, este processo foi sendo realizado sem atender aos mínimos requisitos ambientais exigidos em relação aos resíduos, os quais, ainda, em grande medida, são depositados nos ‘lixões’, em amontoados geralmente localizados em áreas afastadas das cidades ou no entorno das universidades.

A partir também da crescente urbanização experimentada pelas cidades, da expansão e crescimento de cursos, departamentos e setores da universidade, tal forma de ‘gerenciamento’ inadequado dos resíduos sólidos passou a ser questionada. Mais recentemente, a emergência da questão ambiental vem cumprindo um importante papel ao chamar a atenção dos governos e da sociedade; seja criticando o atual padrão de consumo exagerado, o desperdício e a quantidade excessiva de lixo produzida; seja propondo a implantação de medidas capazes de garantir o gerenciamento adequado, isso através das etapas de coleta seletiva, redução, reutilização e reciclagem deste material. Tais ações exigem uma mudança de postura das pessoas e ensejam, sobremaneira, a abertura de oportunidades de inclusão social e econômica para um contingente da população organizada em entidades de caráter associativo que busca, nos resíduos sólidos, uma fonte viável de renda e subsistência.

Considerando que o Campus I da UNEB produz uma quantidade significativa de papéis e papelão, é notório observar que o gerenciamento necessita ser melhor estruturado e sistematizado para a minimização do produto na fonte geradora, possibilitando que se mantenha a continuidade do processo da coleta seletiva com investimento nas práticas ambientais. Diante disso, o objetivo deste texto é analisar o sistema de geração e gerenciamento de resíduos sólidos do Campus I da UNEB, através de metodologia qualitativa e quantitativa na identificação e caracterização do material gerado, considerando as práticas ambientais e as políticas públicas da universidade.

Gestão de Resíduos Sólidos nas Universidades: Considerações Iniciais

A gestão de resíduos sólidos na universidade exige soluções complexas, na qual a busca de alternativas lógicas deve primar pelo planejamento e decisões sobre o que deve ser feito, a depender de cada contexto e realidade. Como bem apontam Juliatto, Calvo e Cardoso (2011), as Instituições de Ensino Superior (IES) passaram a introduzir a temática ambiental em seus esquemas de gestão a partir apenas dos anos sessenta, onde iriam surgir algumas experiências iniciais nos Estados Unidos. Importante recordar que os primeiros movimentos sociais de cunho

ambiental eclodiriam no mundo a partir desse período, especificamente entre as décadas de 1960 e 1990. E justamente entre as Conferências de Estocolmo, em 1972, e a do Rio de Janeiro – a Rio 92 ou Eco-92, em 1992, configurou-se a emergência de envolvimento das universidades na Declaração de Talloires, na França, em outubro de 1990, “na qual reitores e vice-reitores de universidades de várias regiões do mundo tornaram público seu interesse sobre a escala e a velocidade sem precedentes da poluição e da degradação ambiental” (JULIATTO; CALVO; CARDOSO, 2011, p. 181).

No Brasil, a primeira IES brasileira que implantou um Sistema de Gestão Ambiental (SGA) conforme a ISO 14001 foi a Universidade do Rio dos Sinos, no Rio Grande do Sul (RS), através do projeto Verde Campus. Em seguida, outras IES do Sul, Sudeste e demais regiões do país passariam a aderir a programas de gestão ambiental e de resíduos em seus diferentes Campi.

Neste cenário, a melhoria do desempenho ambiental na administração pública é considerada um tema chave, uma vez que em seus diversos setores são importantes agentes econômicos, consumidores de bens e serviços, e também geram, no exercício de suas funções e atividades, significativos impactos ambientais. A contribuição e o exemplo que os governos podem dar para que se promova a mudança dos atuais padrões de consumo da sociedade, a adoção de processos de produção mais limpas, assim como a não indiferença a problemática dos resíduos sólidos é relevante e não deve ser desprezada. A promoção do entendimento e a internalização das questões ambientais no dia-a-dia das atividades das pessoas deve ser estimulada, e aos governos atribui-se papel estratégico na indicação dos novos referenciais, sendo fundamental o comprometimento por parte da alta administração das instituições governamentais (JULIATTO; CALVO; CARDOSO, 2011, p. 172).

Em meio aos avanços e dificuldades apresentadas pelas IES brasileiras no que diz respeito ao gerenciamento de resíduos, é imprescindível pensar nesse processo de forma sistêmica, integrada e multidisciplinar, ou seja, exigindo conhecimentos em diferentes áreas, como também o envolvimento e a responsabilidade dos gestores nas

mais diferentes instâncias políticas, sociais, ambientais e financeiras no âmbito universitário. Conforme Venturi e Pereira (2015), que analisaram o gerenciamento de resíduos em uma universidade pública localizada na região metropolitana de São Paulo, as universidades têm obrigação legal, moral e ética de agir de forma responsável com o meio ambiente, sendo determinadas a implementar técnicas de gestão de resíduos que visem a prevenção, minimização, tratamento e destinação final adequada dos resíduos nelas gerados.

De acordo com a Norma Brasileira de Referência NBR 10004, que classifica e organiza os resíduos sólidos (ABNT, 2004), os mesmos são definidos a partir da atividade de origem industrial, doméstica, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e varrição. Assim, segundo a NBR 10004 (revisada em 2004), são classificados como Resíduos Classe I os Perigosos, os Resíduos Classe II A como Não perigosos e não-inertes e os Resíduos Classe II B como Não perigosos e inertes. No Brasil, o Decreto Federal 5.940/2006 determina que as instituições públicas federais implementem a coleta seletiva de seus resíduos na unidade de origem, e as diretrizes da Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS) estão presentes na Lei 12.305, que foi sancionada em 02 de agosto de 2010 (BRASIL, 2010), prevendo os seguintes pontos:

Art. 6º: São princípios da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - a prevenção e a precaução;

II - o poluidor-pagador e o protetor-recebedor;

III - a visão sistêmica, na gestão dos resíduos sólidos, que considere as variáveis ambiental, social, cultural, econômica, tecnológica e de saúde pública;

IV - o desenvolvimento sustentável;

V - a ecoeficiência, mediante a compatibilização entre o fornecimento, a preços competitivos, de bens e serviços qualificados que satisfaçam as necessidades humanas e tragam qualidade de vida e a redução do impacto ambiental e do consumo de recursos naturais a um nível, no mínimo, equivalente à capacidade de sustentação estimada do planeta;

VI - a cooperação entre as diferentes esferas do poder público, o setor empresarial e demais segmentos da sociedade;

VII - a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

VIII - o reconhecimento do resíduo sólido reutilizável e reciclável como um bem econômico e de valor social, gerador de trabalho e renda e promotor de cidadania;

IX - o respeito às diversidades locais e regionais;

X - o direito da sociedade à informação e ao controle social;

XI - a razoabilidade e a proporcionalidade.

Art. 7º São objetivos da Política Nacional de Resíduos Sólidos:

I - proteção da saúde pública e da qualidade ambiental;

II - não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;

III - estímulo à adoção de padrões sustentáveis de produção e consumo de bens e serviços;

IV - adoção, desenvolvimento e aprimoramento de tecnologias limpas como forma de minimizar impactos ambientais;

V - redução do volume e da periculosidade dos resíduos perigosos;

VI - incentivo à indústria da reciclagem, tendo em vista fomentar o uso de matérias-primas e insumos derivados de materiais recicláveis e reciclados;

VII - gestão integrada de resíduos sólidos;

VIII - articulação entre as diferentes esferas do poder público, e destas com o setor empresarial, com vistas à cooperação técnica e financeira para a gestão integrada de resíduos sólidos;

IX - capacitação técnica continuada na área de resíduos sólidos;

X - regularidade, continuidade, funcionalidade e universalização da prestação dos serviços públicos de limpeza urbana e de manejo de resíduos sólidos, com adoção de mecanismos gerenciais e econômicos que assegurem a recuperação dos custos dos serviços prestados, como forma de garantir sua sustentabilidade operacional e financeira, observada a Lei nº 11.445, de 2007;

XI - prioridade, nas aquisições e contratações governamentais, para:

a) produtos reciclados e recicláveis;

b) bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis;

XII - integração dos catadores de materiais reutilizáveis e recicláveis nas ações que envolvam a responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

XIII - estímulo à implementação da avaliação do ciclo de vida do produto;

XIV - incentivo ao desenvolvimento de sistemas de gestão ambiental e empresarial voltados para a melhoria dos processos produtivos e ao reaproveitamento dos resíduos sólidos, incluídos a recuperação e o aproveitamento energético;

XV - estímulo à rotulagem ambiental e ao consumo sustentável.

a) a abordagem preventiva, orientada para diminuir o volume e o impacto causado pelos resíduos;

b) a abordagem corretiva, direcionada para trazer de volta ao ciclo produtivo de matérias-primas, substâncias e produtos extraídos dos resíduos depois que eles já foram gerados, visto que a reutilização e a reciclagem são formas de reaproveitar os resíduos;

c) a abordagem técnica, que visa a alterar as características de um resíduo, neutralizando seus efeitos nocivos;

e) e a abordagem passiva, orientada para conter os efeitos dos resíduos, mantendo-os sobre controle, em locais que devem ser monitorados.

Nesse contexto, podemos inferir, desde já, que essas etapas de hierarquia do gerenciamento de resíduos (prevenção, reaproveitamento, tratamento e disposição final) não estão sendo satisfatoriamente operacionalizadas no âmbito das universidades públicas brasileiras. Para corroborar essa afirmação, De Conto (2010) nos traz experiências diversas de nove universidades na gestão de seus resíduos, tendo se tornado um livro referencial para que outras IES do país implantem um sistema de gerenciamento de resíduos ou possam otimizar os sistemas de gestão já

existentes. Os resultados sobre esses estudos, segundo De Conto (2010), nos permitem identificar que apenas 5,7% dos trabalhos apresentados em diferentes eventos sobre resíduos enfocam a questão da prevenção no Brasil. Nessa perspectiva, fica evidenciada a escassez de estudos em pleno século XXI na área da prevenção, o que certamente contribuiria para a minimização nas diferentes fontes geradoras. Também Venturi e Pereira (2015) recordam a dificuldade no decorrer da pesquisa empreendida quando da busca de modelos de gestão de resíduos em instituições brasileiras, denotando, assim, a carência de modelos que pudessem ser tomados como estudo de caso.

Nesse sentido, não podemos negligenciar a importância da educação ambiental no ambiente universitário, devido à complexidade e heterogeneidade da matriz de atividades, nos quais são gerados não apenas resíduos sólidos urbanos, mas também resíduos industriais e de serviços de saúde (FERREIRA et al., 2015). Estes autores fizeram uma pesquisa sobre a gestão de resíduos da Universidade de Brasília (UNB), no ano de 2013, afirmando que a mesma possui a infraestrutura, a população, os problemas e a complexidade de uma cidade; nesse caso, para uma gestão eficiente de resíduos sólidos, os autores destacam que é preciso exercitar o princípio da responsabilidade compartilhada por toda a comunidade acadêmica e usuária do campus.

Assim, garante-se o cumprimento da legislação ambiental vigente, a disponibilidade das tecnologias disponíveis para acondicionamento, armazenamento, transporte, tratamento e destino final de resíduos, bem como os processos educativos e a análise comportamental nas instituições (DE CONTO, 2010). Diante desse cenário apresentado, adentramos na análise dos resultados encontrados a partir da caracterização, avaliação e gestão dos resíduos sólidos no Campus I da UNEB, foco de investigação da presente pesquisa.

Resultados e Discussão: Caracterização, Avaliação e Gestão de Resíduos Sólidos do Campus I da UNEB

Um primeiro e importante aspecto a ser considerado no que tange ao gerenciamento de resíduos no Campus I da UNEB é que existe uma lacuna por parte da universidade no seu planejamento global,

especialmente no que se refere à proposta de gerenciamento de resíduos, uma vez que, o projeto arquitetônico da instituição não prevê espaço para acondicionamento dos resíduos oriundos das próprias atividades de ensino, pesquisa e extensão no âmbito da universidade. Então, perguntamo-nos: a dimensão ambiental é contemplada no plano estratégico da instituição? Como fica o compromisso da universidade com o meio ambiente ao elaborar o seu Plano Pluri Anual (PPA)?

Vale salientar que a área interna da UNEB, seja pela sua dimensão física, população fixa e flutuante que abriga; por desenvolver as mais variadas ações de ensino, pesquisa e extensão; pela instalação e funcionamento de biblioteca, setores diversos, departamentos, colegiados, cantinas, laboratórios, auditórios, gráfica, editora, dentre outros, acarreta o consumo excessivo de água e energia, bem como diferentes tipos de materiais e a produção em larga escala de resíduos – principalmente de papel e papelão –, que devem ser reaproveitados para receber um tratamento ecologicamente adequado.

Foi a partir desse contexto que se formou o GEPAES, com o objetivo de atender às demandas ambientais locais, sendo constituído desde 2008 por pesquisadores/as e professores/as da UNEB, cadastrado desde então na base de dados do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em 2010, o grupo elaborou o projeto “Caracterização, Avaliação e Gestão de Resíduos Sólidos do Campus I da UNEB”, no sentido de implantar uma proposta de gerenciamento de resíduos que atenda às necessidades da universidade, de modo a contribuir com o processo de coleta seletiva do referido Campus.

Levando em consideração que o ambiente da universidade deve ser um espaço de aprendizado, conhecimento, cultura, arte, espiritualidade e vida, pensamos nessa territorialidade institucional como um *locus* de construção e reconstrução de saberes, sentidos e fazeres. Assim, percorremos esse caminhar atentando para os aspectos da dinâmica de continuada formação e auto-formação para todos/as os/as atores/ atrizes da comunidade universitária. Desse modo, nos aproximamos da complexidade e significação dessa realidade. Consideramos também imprescindível o desenvolvimento desse projeto aliado a uma proposta de educação ambiental que vise à formação de cidadãos/ãs engajados/as

no âmbito da universidade, notadamente em nível socioambiental. Para tanto, perseguimos alguns objetivos específicos, no sentido de subsidiar a investigação e estabelecer as ações no Campus I da UNEB, durante todo o processo de desenvolvimento deste estudo:

- Observar o destino dado aos resíduos sólidos;
- Identificar os tipos de resíduos sólidos gerados no Campus I;
- Determinar a quantidade de resíduos sólidos gerados no Campus I;
- Sensibilizar a comunidade universitária sobre a problemática dos resíduos sólidos;
- Discutir com as comunidades formas de redução e seleção dos resíduos;
- Identificar ações, interesses e o conhecimento das comunidades, em nível de ensino, pesquisa e extensão sobre a problemática de resíduos sólidos;
- Coletar informações que subsidiem a proposta de gerenciamento de resíduos sólidos do Campus I;
- Consolidar as parcerias com cooperativas de catadores de material reciclável;
- Realizar seminários com a participação de instituições parceiras, tais como a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS).

Nessa perspectiva, desenvolvemos este estudo dentro de uma visão de complexidade e complementaridade (FERRANDO; IBÁÑEZ; ALVIRA, 2016), atentando para os aspectos ambientais do Campus I da UNEB. Com isso, nos referendamos em trabalhos que já vêm sendo desenvolvidos pelo grupo de funcionários/as da limpeza que realizam o processo de coleta dos resíduos sólidos nesse campus, através de uma empresa terceirizada.

Desde já, afirmamos que é possível contribuir para minimizar a geração de resíduos, ora fazendo a reciclagem e evitando o uso excessivo de papel e de copos descartáveis, utilizando canecas e *squeeze*; ora reutilizando papéis em frente e verso, verificando os prazos de validade dos materiais de consumo adquiridos e na aquisição dos produtos diversos, tais como lâmpadas fluorescentes, reagentes para laboratórios, medicamentos,

inseticidas; dentre outros procedimentos que podem contribuir efetivamente para evitar o excesso de resíduos, tanto na fonte geradora como no seu processo de disposição final.

Projeto Recicla UNEB

As ações implementadas pelo projeto Recicla UNEB vieram contribuir para o processo de gerenciamento de resíduos sólidos do Campus I da UNEB. Para atender o propósito do projeto, observamos inicial e detalhadamente os espaços do referido campus, no sentido de acompanhar o trabalho desenvolvido pelos/as funcionários/as que fazem a coleta dos resíduos nos vários setores da universidade. A metodologia utilizada foi exploratória, de caráter quali-quantitativo, cujas técnicas de pesquisa na coleta e análise das informações se organizaram da seguinte forma:

- 1º momento: pesquisa de campo – observação direta, mapeamento fotográfico e pesagem/diagnose (compreensão das ideias);
- 2º momento: aplicação de questionário misto com alunos/as, professores/as e funcionários/as e observação através da ficha de acompanhamento da coleta;
- 3º momento: análise dos resultados dos instrumentos aplicados.

Detalhadamente, na fase inicial da proposta, fizemos várias reuniões de estudo com os/as pesquisadores/as e funcionários/as da limpeza, elaboramos uma enquete e uma ficha de acompanhamento do processo de coleta, o que nos possibilitou uma diagnose. Consultamos a comunidade universitária sobre o interesse, experiência e viabilidade na implantação da coleta seletiva no contexto da universidade. Após essa consulta, na fase de implantação do projeto, perseguimos cinco etapas de ações, no período de 2010 a 2012:

1. Realizamos reuniões para apresentação do projeto aos diversos segmentos da comunidade universitária e com o setor responsável pela coleta do lixo no Campus I, a Pró-Reitoria de Infraestrutura (PROINFRA). Enviamos comunicação interna para os setores administrativos e acadêmicos do referido campus, informando os objetivos da proposta e convite para adesão à mesma;

2. Iniciamos a sensibilização e mobilização no Campus I da UNEB, divulgando os materiais informativos produzidos pela equipe do projeto;

3. Disponibilizamos conjuntos de contêineres em diversos espaços externos e internos do Campus I, bem como instalamos coletores para copos usados de café e água nas áreas internas;

4. Distribuímos canecas para todos os setores administrativos, objetivando a diminuição do uso de copos plásticos descartáveis;

5. Fizemos encontros temáticos com os/as funcionários/as da limpeza, a título de qualificação.

Dando continuidade ao projeto, realizamos outras ações no período de 2013 a 2015, tais como:

6. Realizamos um período de pesagem (de 2013 a 2014), utilizando o espaço de armazenamento, construído especificamente com esta finalidade;

7. Distribuímos camisas, luvas, filtro solar e bonés para os/as funcionários/as que fazem a coleta;

8. Disponibilizamos caixas plásticas, na cor azul, para acondicionamento de sobras de papéis secos e limpos, a fim de serem encaminhados às baias para coleta pelas cooperativas;

9. Realizamos um Seminário para a comunidade universitária, informando os resultados da pesquisa;

10. Participamos de Congressos e Simpósios para apresentação do projeto;

11. Fizemos visitas técnicas à Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), à Universidade de São Paulo (USP) e às seguintes cooperativas: *Cooperativa* de Coleta Seletiva, Processamento de Plástico e Proteção Ambiental (CAMAPET) e Cooperativa de Serviços de Reciclagem, Meio Ambiente e Promoção da Cidadania (RECICOOP).

No período de 2016 a 2018, executamos as seguintes ações:

12. Reuniões temáticas com os/as funcionários/as da limpeza, objetivando a qualificação dos/as mesmos/as;

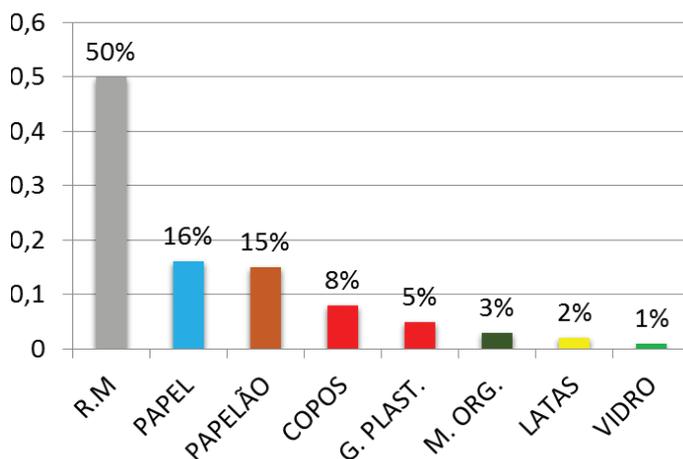
13. Participação em eventos para apresentação do projeto e de trabalhos científicos;

14. Lançamento da cartilha: A Gestão de Resíduos Sólidos do Campus I da UNEB;

15. Acompanhamento sistemático da coleta.

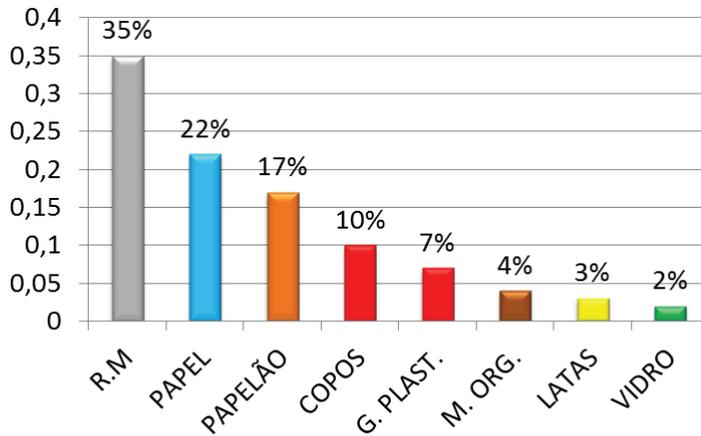
Os resultados encontrados nesta pesquisa, através da aplicação do questionário misto junto aos/ professores/as, estudantes e funcionários/as, do acompanhamento da coleta feito por monitores/as e voluntários/as com uma ficha de acompanhamento e pelas pesagens feitas, demonstram que a maior quantidade de resíduos está representada por Papéis (16%) e Papelão (15%), além dos Resíduos Misturados (50%), se comparados com Copos (8%), Garrafas Plásticas (5%), Materiais Orgânicos (3%), Latas (2%) e Vidros (1%), como se pode constatar no gráfico a seguir (Figura 1).

Figura 1 – Pesagem inicial



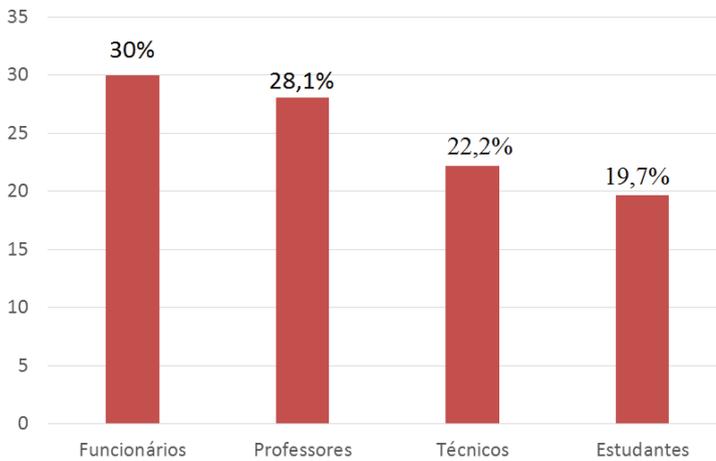
Fonte: resultados da pesquisa.

Figura 2 - Pesagem após coletores



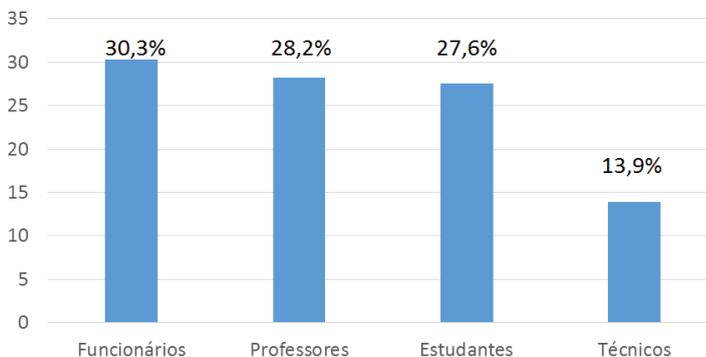
Fonte: Resultados da pesquisa.

Figura 3 - O gerenciamento necessita ser melhor estruturado e sistematizado para a minimização do produto na fonte geradora



Fonte: Resultados da pesquisa

Figura 4 –Necessidade de continuidade do processo da coleta seletiva com investimento nas práticas ambientais



Fonte: Resultados da pesquisa.

Diante dos resultados apresentados, pesquisadores/as, monitores/as, funcionários/as e gestores/as (já envolvidos/as) continuam as discussões periódicas de todas as ações do projeto visando à sua melhoria e proposição de novas ações. No intuito de proporcionar uma destinação correta para os resíduos sólidos do Campus I da UNEB, evitando que todo o material coletado seja encaminhado aos lixões e aterros sanitários, direcionamos a proposta de gerenciamento tomando como base o planejamento focado em três aspectos: destinação, desenvolvimento da logística e educação ambiental.

Em primeiro lugar, analisamos o mercado de reciclagem, buscando parcerias: primeiramente, com cooperativas e, depois, com o Programa Recicle Já Bahia, através do qual o material é encaminhado às cooperativas; em seguida, definimos a logística, ou seja, o planejamento do fluxo de resíduos dentro e além dos muros da universidade e, finalmente, o desenvolvimento das atividades permanentes de educação ambiental, através das oficinas de capacitação, palestras, workshops, seminários, dentre outras.

Figura 5 – Os três elos da coleta seletiva



Fonte: GONÇALVES (2003) apud DE CONTO (2010, p. 171).

Entendemos que a universidade – enquanto centro de reflexão e de produção de conhecimento – deve ter um papel significativo na conjugação do debate teórico com a ação prática. Além de outros recursos, a universidade deve utilizar a educação ambiental como ferramenta importante na sensibilização e mobilização de alunos/as, professores/as e funcionários/as para que estes/as exercitem, nas suas práticas cotidianas, o respeito às questões ambientais e também consigam, nos diversos campi universitários, articular parcerias visando à implementação de projetos capazes de equacionar os problemas ambientais presentes nestas áreas, tornando-se não somente testemunhos “da teoria na prática” mas, fundamentalmente, por utilizarem de reflexão na forma de relatórios, monografias, dissertações e teses.

É importante observar que, para implantação da coleta seletiva na UNEB enquanto instituição pública, necessário se faz mudanças comportamentais dos/as administradores/as, professores/as, estudantes, funcionários/as, colaboradores/as, fornecedores/as e terceirizados/as, incluindo a integração de diferentes áreas do conhecimento para que se adote uma política ambiental que objetive o cumprimento do seu papel

enquanto socializadora e produtora de conhecimento. Desse modo, é possível vislumbrar uma cadeia complexa de variáveis que se inter-relacionam nas atividades específicas de ensino, pesquisa e extensão.

Especificamente, a estruturação, a organização e o desenvolvimento do processo de gerenciamento de resíduos do Campus I são feitos pela PROINFRA, sendo coordenados por um gestor, um líder, um assessor e os funcionários que pertencem a uma empresa terceirizada que presta serviços no âmbito da limpeza e coleta dos resíduos, nos diversos setores da UNEB. O trabalho realizado pela Pró-Reitoria, como mencionado, antes da implantação e desenvolvimento do projeto Recicla UNEB, era feito da seguinte forma: os/as funcionários/as faziam o serviço de limpeza dos espaços e setores da universidade, coletavam os resíduos em sacos plásticos e os depositavam em um contêiner grande, disponibilizado pela Prefeitura Municipal de Salvador (PMS).

Vale frisar que esses resíduos eram coletados sem nenhuma separação, sendo que todos eram depositados nesse contêiner, para assim serem levados ao aterro sanitário em Canabrava, na cidade de Salvador, local para onde se destinavam. Com a implantação do projeto Recicla UNEB, essa metodologia de coleta foi modificada. Os/as funcionários/as continuaram a fazer a limpeza dos espaços, setores e os resíduos passaram a ser descartados da seguinte maneira: foram colocados conjuntos de contêineres nas áreas externas do Campus I e nas áreas internas de alguns departamentos, devidamente etiquetados e identificados por cores (verde, amarelo, azul, vermelho e marrom) para a colocação de cada tipo de resíduo.

Com foco nessa metodologia, o projeto disponibilizou caixas coletoras na cor azul, para acondicionamento de papéis (secos e limpos) em diversos setores do Campus I, especialmente àqueles que tinham muita demanda de sobras e restos de papéis inservíveis para o uso do setor. Como forma de coleta, disponibilizamos, ainda, coletores para acondicionamento de copos usados de café e água. Com isso, conseguimos iniciar o processo da coleta seletiva, separando uma parte dos resíduos para serem encaminhados às cooperativas.

Atualmente, a coleta dos resíduos tem sido feita pelo Programa do governo do Estado da Bahia - Recicle Já Bahia, a qual incorpora várias

cooperativas de catadores. A coleta é feita quinzenalmente pela cooperativa que foi designada pelo referido programa. O material segregado que fica nas baías que foram construídas especificamente para essa finalidade (armazenamento temporário dos resíduos) é coletado e colocado em um transporte vindo da Secretaria de Administração do Estado da Bahia (SAEB) a qual direciona os resíduos para as cooperativas, objetivando sua reciclagem. As cooperativas que recebem os resíduos trabalham com papel, papelão, plástico, metal e embalagens de produtos químicos.

Por outro lado, ainda não existem cooperativas no programa que reciclem vidro, lâmpadas fluorescentes e materiais tecnológicos. A orientação do projeto é que se encaminhe esse material para outros espaços que trabalham com esses resíduos. Vale informar que dispomos de pouca coleta de vidros e metais no âmbito da UNEB. Com o intuito de minimizar os resíduos na fonte geradora, conforme explicado, utilizamos alguns procedimentos práticos que podem contribuir para esse processo, como por exemplo: distribuimos copos e *squezzes* em todos os setores do Campus I, com o objetivo de diminuir o uso de copos plásticos descartáveis nas práticas rotineiras da universidade; para tanto, sugerimos ao setor de compras somente àquilo que será realmente necessário e, por último, elaboramos uma cartilha sobre o gerenciamento de resíduos sólidos do Campus I da UNEB, contendo orientações para a comunidade universitária sobre os atuais desafios, o compromisso e a responsabilidade da universidade com o gerenciamento dos seus resíduos.

Assim, o atual sistema de gerenciamento de resíduos é organizado de acordo com os seguintes princípios: a redução dos resíduos, o incentivo à reutilização, armazenamento, reciclagem e ao tratamento ecologicamente adequado.

As etapas de gerenciamento de resíduos sólidos do Campus I da UNEB encontram-se sistematizadas na Figura 6, a seguir.

Figura 6 – Etapas de gerenciamento de resíduos sólidos do Campus I da UNEB

É organizado de acordo com os seguintes princípios: a redução dos resíduos, o incentivo à reutilização, armazenamento, reciclagem e ao tratamento ecologicamente adequado.



Fonte: OLIVEIRA; GOMES SOBRINHO (2018, p. 5).

Em 2018, os/as profissionais envolvidos/as na limpeza e na coleta do Campus I da UNEB, continuam participando de reuniões temáticas, encontros, workshops e visitas técnicas, objetivando prioritariamente a qualificação dos/as mesmos/as para o entendimento sobre as questões

ambientais, de gerenciamento de resíduos, de coleta e de reciclagem, no sentido de prepará-los/as para o trabalho que realizam. Nesses momentos de qualificação, são envolvidos outros grupos e categorias profissionais diversas, tais como professores/as, pesquisadores/as, estudantes, monitores/as, estagiários/as e voluntários/as que participam do projeto.

Diante do que foi apresentado, o gerenciamento de resíduos sólidos do Campus I da UNEB enfrenta desafios e dificuldades que merecem ser destacados. Em primeiro lugar, a falta de uma política para manutenção, organização e cumprimento de leis trabalhistas das empresas terceirizadas, para que possam efetivamente sustentar a regularidade salarial dos/as trabalhadores/as que cuidam da limpeza; em segundo, a carência de recursos humanos, financeiros e de infraestrutura para o desenvolvimento e acompanhamento do projeto; em terceiro, a falta de envolvimento dos/das atores/atrizes da gestão com as questões socioambientais, evidenciando a ausência de políticas públicas que possibilitem uma melhor intervenção e participação no processo de gerenciamento dos resíduos. Por último, o descarte inadequado de resíduos de construção e demolição-RCD, como também, lâmpadas fluorescentes, lixo tecnológico (computadores, terminais e suprimentos de informática) que devem ter uma segregação, armazenamento e tratamento adequados.

Considerações Finais

Aplicando instrumento de observação direta através da ficha de acompanhamento da coleta do atual sistema de gerenciamento de resíduos, questionário, pesagem dos resíduos e mapeamento fotográfico, os resultados desse estudo demonstraram que a maior quantidade de resíduos gerada no Campus I da UNEB esteve representada por papéis e papelão. Nesse sentido, podemos inferir que o gerenciamento necessita ser melhor estruturado e sistematizado para a minimização do produto na fonte geradora, bem como a continuidade do processo da coleta seletiva com investimento nas práticas ambientais.

Observamos, no decorrer do processo de intervenção, que a contínua qualificação em educação ambiental no seio da universidade e

as políticas públicas voltadas às questões socioambientais precisam de um melhor direcionamento por parte dos gestores no âmbito da universidade, para que se possa efetivar um gerenciamento com perspectivas de sustentabilidade.

Acreditamos, ainda, que a proposta de gerenciamento de resíduos sólidos apresentada pelo projeto Recicla UNEB vem atender à demanda socioambiental da universidade, no sentido de minimizar e reduzir a produção de seus resíduos sólidos. Salientamos, com especial relevância, que as reflexões apresentadas e discutidas no decorrer das oficinas de capacitação, nos seminários, nas reuniões temáticas, workshops, dentre outras atividades desenvolvidas pelo projeto nestes últimos anos, servem de subsídios para avaliarmos a compatibilização das nossas ações enquanto pesquisadores/as, com os interesses coletivos dos funcionários/as, gestores/as, professores/as, estudantes e demais atores/atrizes envolvidos/as com os problemas ambientais gerados nos espaços da universidade.

Nessa direção, entendemos que lidar com resíduos sólidos em universidades públicas – caso da pesquisa empreendida e aqui apresentada – exige, de fato, um esforço integrado, contínuo e multiprofissional. Então, cabe ao grupo de pesquisadores/as, estagiários/as e monitores/as responsáveis pelo projeto, bem como à comunidade universitária, através de seus/as gestores/as, professores/as, estudantes, funcionários/as e demais agentes sociais, atentarem para a necessidade de um real compromisso e o efetivo envolvimento nas diferentes etapas de atividades relacionadas à gestão de resíduos na universidade, viabilizando novos horizontes de reflexão, ação e participação.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS - **ABNT**. NBR 10004. Resíduos sólidos - classificação. Rio de Janeiro: ABNT, 2004.

BRASIL. Política Nacional de Resíduos Sólidos. **Ministério do Meio Ambiente**, 2010. Disponível em: <www.mma.gov.br/politica-de-residuos-solidos> Acesso em: 12 dez. 2017.

DE CONTO, Suzana Maria. **Gestão de resíduos em universidades**. Caxias do Sul: EducS, 2010.

FERRANDO, Manuel García; IBÁÑEZ, Jesús; ALVIRA, Francisco. **El análisis de la realidad social: métodos y técnicas de investigación**. 4.ed. Espanha: Ed. Alianza, 2016.

FERRARI et al. Desafios à gestão de resíduos em IES pública: Estudo de Caso na Universidade de Brasília – Campus Darcy Ribeiro. **Revista Interdisciplinar de Pesquisa em Engenharia**. v. 1, n. 2, 2015. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/ripe/article/view/17721>> Acesso em: 10 set. 2018.

JULIATTO, Dante Luiz; CALVO, Milena Juarez; CARDOSO, Thaianna Elpidio. **Gestão integrada de resíduos sólidos para instituições públicas de ensino superior**. *Rev. GUAL*, v. 4, n. 3, p. 170-193, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://stat.ijie.incubadora.ufsc.br/index.php/gual/article/view/1262>> Acesso em: 10 set. 2018.

OLIVEIRA, Darluce da Silva; GOMES SOBRINHO, Lirandina (Orgs.). **A gestão de resíduos sólidos do Campus I da UNEB**. 1 ed. Salvador: UNEB, 2018.

UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEB. Projeto Caracterização, **Avaliação e Gestão de Resíduos Sólidos do Campus I da UNEB**. GEPAES (Grupo de Estudo e Pesquisa do Ambiente, Ecocidadania e Sustentabilidade). Salvador: 2009. (Digitalizado).

VENTURI, Lilian; PEREIRA, Raquel da Silva. Gestão de resíduos sólidos em universidade: um estudo a partir da política nacional de resíduos sólidos. **Revista Eletrônica de Administração (Online)**, v. 14, n. 1, p. 180-196, jan./jun. 2015. Disponível em: <[file:///C:/Users/Andre/Documents/Downloads/867-3104-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/Andre/Documents/Downloads/867-3104-1-PB%20(2).pdf)> Acesso em: 10 set. 2018.

CAPÍTULO VI

A PRODUÇÃO SOCIOESPACIAL DOS DIONIZIOS

Juliana Cristina Ribeiro da Silva
Universidade Federal do Mato Grosso do Sul

Juliana Cristina Ribeiro da Silva

Doutoranda em Ensino de Ciências pela Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Mestre em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho – RO. Bacharel e Licenciada em Geografia pela Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Análise Regional e Geografia Cultural.

E-mail: jujugeografando@gmail.com

Considerações iniciais

Furnas do Dionizio¹ é constituída em sua maioria por negros que residem em uma determinada região há mais de um século, fato este que nos chamou a atenção do ponto de vista científico. Para a realização deste, além do levantamento bibliográfico, as idas a campo foram imprescindíveis, onde, de acordo com Minayo *et al.* (1994), buscamos uma aproximação com seus

¹ Utilizamos em nossos trabalhos a grafia com Z após a verificação de um croqui de 1920, onde foi feita a primeira demarcação das terras.

moradores, sem nenhuma ideia pré-concebida da mesma. Em um segundo momento, de forma sucinta, discorre-se sobre a economia, costumes e hábitos. Como procedimento de campo para conhecer o processo histórico de reprodução da comunidade, procurou-se estabelecer diálogos com as pessoas do lugar, para se compreender os ritmos da produção socioespacial. Assim sendo, aspectos culturais são de suma importância.

Analizamos a cultura como algo que não pode existir sem o homem, pois é este o único ser capaz de tê-la e transformá-la. Por outro lado, a cultura é condicionante da existência do ser humano, sendo que é por meio dela que ele aprende a orientar-se ou mesmo enquadrar-se em certos padrões de comportamento próprios do ser humano, enfim, o que é passado de geração a geração. Laraia (2004, p. 45) elucida-nos que o homem é o resultado do meio cultural no qual foi socializado, onde, ele é um herdeiro de um longo processo acumulativo, que reflete o conhecimento e a experiência adquiridos pelas numerosas gerações que o antecederam.

Como metodologia, utilizamos a História Oral, baseada em Meihy (1996) e Meihy e Holanda (2011). Essas propostas metodológicas possibilitaram identificar e interpretar a relação do homem com o seu espaço, o seu lugar; proporcionando ainda preservarmos e trabalharmos com a fala completa do narrador a partir de suas experiências de vida, o que facilita para compreendermos as relações deste com o lugar. Assim como com o aporte teórico de Claval (2001), onde “uma das tarefas da Geografia Cultural é mostrar como os sistemas de valores se traduzem pelas articulações específicas do social”. Em outras palavras, a linguagem se destaca e tem papel essencial nessa articulação com o social, por isso a valorização, nos propomos a fazer uma concatenação dessa comunidade tão peculiar e de suma importância para os aspectos histórico-geográficos do Mato Grosso do Sul.

Idiosincrasias dos negros, dos Dionizios e da Geografia

Trata-se de uma comunidade negra rural, pertencente ao município de Jaraguari (MS), localizado a aproximadamente 43 km de Campo Grande (MS), ocupando uma área permanente desde o final do século XIX. Furnas do Dionizio desde a criação do município de Jaraguari, figura como um

povoado identificado pela ocupação da sede, das vilas e demais povoados dos distritos, como terra dos Dionizios, ou seja, uma região tida como terra de sua descendência, composta quase em sua totalidade por negros.

De acordo com Corrêa *et al.* (2003), uma área cultural pode constituir uma “região”, que forma uma unidade definível no espaço, caracterizada pela relativa homogeneidade interna com referência a certos critérios, por algum sistema de movimento interno coextensivo com ela, ou por interações entre elementos dentro de seus limites, o topônimo.

Na linguagem cotidiana do senso comum, segundo Gomes (1995, p. 53), a noção de região parece existir relacionada a dois princípios fundamentais: o de localização e o de extensão. Esta pode ser assim empregada como uma referência associada à localização e à extensão de certo fato ou fenômeno, ou ser ainda uma referência a limites mais ou menos habituais atribuídos à diversidade espacial. Já em Bezzi (s/d, p. 43) argumenta-se que o termo região contém um sentido político; possuindo essa característica como um constituinte inerente, relacionado a mecanismos de dominação, fruto sempre de uma situação de hegemonia.

Santos (1997, p. 51) elucida-nos que o espaço é formado por um conjunto indissociável solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá, onde o espaço “é hoje um sistema de objetos cada vez mais artificiais, povoados por sistemas de ações igualmente imbuídos de artificialidade, e cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes”.

Neste sentido, Costa (1989) afirma que o espaço possui limites cujo traçado não é constituído por linhas rígidas, mas zonas que destinam a delimitar o espaço de recursos necessários à reprodução biológica e cultural. O específico a reter, no nosso caso, diz respeito ao fato de que esse grupo projeta sobre o espaço as suas necessidades, a organização para o trabalho e a cultura em geral, e, também, as relações de poder que porventura se desenvolvam em seu interior.

A expressão “remanescente das comunidades de quilombos”, segundo a antropóloga Leite (2004) emerge na Assembleia Constituinte de 1988, tributária não somente dos pleitos por títulos fundiários, mas de

uma discussão mais ampla que foi travada nos movimentos negros e entre parlamentares envolvidos com a luta antirracista. Dentro de uma visão mais abrangente, e levando-se em consideração as origens históricas desses grupos, uma denominação também possível para estes agrupamentos identificados como “remanescentes de quilombos” seria a de “terras de preto” e “território negro” enfatizando a condição de “coletividades camponesas”, (Schmitt *et al.*, 2002).

Sobre o conceito de território, Haesbaert (2004, p. 40) agrupou a definição em três vertentes, onde: 1. política (referida às relações espaço-poder em geral) ou jurídica-política (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): a mais difundida, onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado; 2. cultural (muitas vezes culturais) ou simbólico-cultural: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido; 3. econômica (muitas vezes economicista): menos difundida, enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão “territorial” do trabalho, por exemplo.

Essas ocupações espaciais feitas pelos negros, de acordo com Almeida (2002), contemplaram as chamadas “terras de uso comum”, que segundo a autora correspondem a uma constelação de situações de apropriação de recursos naturais (solos, hídricos e florestais), utilizados segundo uma diversidade de formas e com inúmeras combinações diferenciadas entre uso e propriedade.

O conceito de quilombo, que foi estabelecido pelo Conselho Ultramarino Português de 1740, Almeida (2002) mostra que a definição se baseia em cima de cinco elementos: 1. a fuga; 2. uma quantidade mínima de fugidos; 3. o isolamento geográfico, em locais de difícil acesso e mais próximos de uma “natureza selvagem” que da chamada civilização; 4. moradia habitual, referida no termo “rancho”; 5. autoconsumo e capacidade de reprodução, simbolizados na imagem do pilão de arroz.

É notória essa autonomia em Furnas na sua produção, principalmente a agrícola, pois os elementos necessários para sua subsistência eram produzidos lá, exceto o sal, dados obtidos em diálogos através dos trabalhos de campo. Schmitt *et al.* (2002) argumentam que diversos trabalhos sobre comunidades negras com origens recentes diretamente relacionadas à escravidão têm demonstrado que a economia interna daqueles grupos está longe de representar um aspecto isolado em relação às economias regionais da Colônia, do Império e da República.

A observação dos processos de construção dos limites étnicos e sua persistência no caso das comunidades negras rurais, ou terras de preto, com a vantagem de ser uma expressão nativa, e não uma denominação importada historicamente e reutilizada permitem considerar que a afiliação étnica seja tanto uma questão de origem comum quanto de orientação das ações coletivas no sentido de destinos compartilhados. Em relação à etnicidade, observou-se que os moradores de Furnas não possuem nenhum vestígio da cultura religiosa africana, mas sim do catolicismo, ou seja, Dionizio, fundador de Furnas, não possuía mais vínculos com seus ancestrais africanos, ou, este não transmitiu a seus descendentes, perdendo assim as heranças religiosas.

Sabe-se que é comum encontrarmos hoje comunidades negras espalhadas pelo território nacional. Onde, normalmente são descendentes de escravos que se organizaram em quilombos e a partir daí começaram a trabalhar a terra em vários pontos do país, mas, nem sempre muito distantes dos locais onde historicamente eram considerados como mão de obra. Sobre a população negra, pode-se considerar que estes foram elementos de grande importância no povoamento do território brasileiro, sobre os quais, Moura (1989, p. 11) afirma que:

“(...) foi, apesar da condição de inferioridade econômica e social, a grande povoadora do nosso território. E não só povoou, mas criou comunidades rurais em todo o território nacional através de quilombos, fundando núcleos populacionais, muitos dos quais existem até hoje”

Furnas é um desses casos de comunidades que foram criadas essencialmente por negros, já houve algumas famílias de brancos residindo lá em decorrência de vendas de terras, mas, majoritariamente é composta por negros. Segundo Schmitt *et al.* (2002) este sentimento de pertencimento a um grupo e a uma terra é uma forma de expressão da “identidade étnica” e da “territorialidade”, constituídas sempre em relação aos outros grupos com os quais os quilombolas se confrontam e se relacionam.

Localiza-se em uma área em “forma de ferradura”, encravada na serra de Maracaju, ladeado de morros altos destacados da serra. Constitui-se de pequenos sítios e chácaras; é cortado por ribeirões e córregos perenes, que são o Ribeirão, Pombal, Lajeadozinho, Taboquinha, Boa Vista e Grota Pulador que acabam por desaguar no Rio Aquidauana.

A terra sempre foi vista pelos Dionizios como algo essencial para a sua existência, de onde sempre retiraram tudo aquilo que necessitavam para o seu sustento. Na condição de produtores, principalmente para os mais velhos, as práticas cotidianas limitavam-se a plantar, colher e, claro, comer; já para os mais jovens surgem outras necessidades, como por exemplo, aquisição de bens de consumo. Historicamente, a posse legal das terras assegurava-lhes a condição de sedentários, não sendo necessárias migrações em busca de empregos nas cidades. Santos (2003, p. 45) aborda uma questão pertinente para nós em relação à migração, quando diz que:

“Quando as regiões produzem mais para vender do que para consumir, elas têm necessidade cada vez maior de compras. A troca se faz através das cidades. Mas a massificação do capital empregado em certas regiões, as novas necessidades de provisões intermediárias e de serviços de toda ordem, a necessidade de estar em contato com um mercado de capitais desenvolvido e com níveis elevados de administração acarretam um verdadeiro curto-circuito das cidades locais e intermediárias da região, em favor da metrópole, qualquer que seja a sua distância”

A partir daí, podemos entender o fato de tantos jovens e até mesmo famílias inteiras migrarem para Campo Grande, a cidade mais próxima e coincidentemente a capital do Estado, em busca de uma “vida melhor”.

Ainda sobre esse processo de migração, também ocorreu nas comunidades negras do Vale do Ribeira, onde Queiroz (1983) já a partir da década de 1980 relata que “moças e rapazes deixam cedo o povoado, os primeiros partem muitas vezes para regiões distantes, atraídos pelos centros urbanos e por ocupações diferentes daquelas a que se dedicam os mais velhos”.

A migração torna-se uma saída, ou até mesmo uma alternativa de sobrevivência para muitos, em função da insuficiência das terras para todos os moradores. Apesar de ser evidente essa migração, a população da comunidade se mantém estável, pois a população de crianças e jovens é sempre notável em qualquer atividade que os reúna. Saem apenas àqueles que acham que a terra não é suficiente para o sustento de todos, aqueles que buscam um futuro em atividades diferentes das atividades agrárias e os que buscam estudos. Alguns trabalham em propriedades rurais próximas a Furnas ou cidades vizinhas, já outros se aventuram em cidades maiores, como é o caso de Campo Grande, o principal destino destes. Agora, um fato relevante é que muitos desses que migraram para estudar, gostariam de voltar a morar na comunidade, mas a questão “emprego” torna-se um fator determinante.

Figura 1: Foto da Comunidade dos Dionizios. Fonte: Google



A instauração de Dionizio e Luiza nas respectivas terras

Tivemos o privilégio de conhecer e dialogar com alguns moradores hoje já falecidos, netos diretos de Dionizio e Luiza, onde, de acordo com dona Sinh'Ana, que já não possuía mais lembranças dos avós, afirmava que sempre ouviu de seus pais e tios que Furnas foi fundada por volta de 1890²¹¹, por Dionizio Antônio Vieira, casado com Luiza Joana de Jesus, pais de nove filhos, sendo eles: Antonio Dionizio Martins, Maria Luiza da Silva, Abadio Dionizio, João Dionizio Martins, Jacinto Dionizio Martins, Valéria de Jesus, José Dionizio Martins, Manoel Dionizio Martins e Dorvina Luiza Martins, segundo dados coletados junto ao inventário de bens de Dionizio, no Cartório Ulysses Serra em Campo Grande, na época Mato Grosso, na década de 50.

Duas são as vertentes de explicação que relatam a origem de Dionizio: uma delas diz que ele era um ex-escravo liberto, que veio de Minas Gerais desbravando terras até habitar a região onde hoje a comunidade se localiza. A segunda é que ele veio para a então província de Mato Grosso na condição de escravo na companhia de José Antônio Pereira e família, fundador de Campo Grande e que depois de liberto, desbravou terras e fundou a comunidade. Essa segunda vertente é baseada no Arquivo Público Estadual de Mato Grosso do Sul (1993) que publicou uma coletânea de cartas de liberdade, revogações, hipotecas e escrituras de compra e venda de escravos do acervo de cartórios dos municípios de Corumbá, Miranda, Nioaque e Paranaíba.

A região onde se localiza Furnas do Dionizio estava circunscrita à Vila de Nossa Senhora do Carmo de Miranda. Pesquisadores do arquivo encontraram no Cartório do 1º Ofício de Miranda, 46 documentos relativos à escravidão, no período de 1877 a 1885, sendo 18 cartas de liberdade e 28 escrituras de compra e venda envolvendo 53 escravos. Dos 20 escravos cuja naturalidade os documentos registram, dois são africanos, nove são naturais do estado de Minas Gerais e nove de Mato Grosso. Os documentos indicam, portanto, uma movimentação de escravos de Minas Gerais para fazendas da província de Mato Grosso.

² Ana Batista dos Santos, conhecida como dona Sinh'Ana, moradora mais velha na época, com 81 anos, neta de Dionizio, afirmava que essa é a data aproximada da chegada de seus antepassados na região, em entrevista fornecida em 2004.

A versão de que Dionizio Antônio Vieira veio com o fundador de Campo Grande é a mais coerente por haver embasamentos documentários, ou seja, registros, pela proximidade da cidade, as datas serem próximas à da assinatura da Lei Áurea, assim como as características semelhantes com a cultura e culinária mineira que iremos abordar adiante.

A configuração do lugar: contrastes do ontem e do hoje

Aduz uma economia baseada na agricultura familiar para subsistência e comércio de derivados da cana, como rapadura de diversos sabores, melado de cana, açúcar mascavo, garapa, farinha de mandioca, beiju, polvilho doce, polvilho azedo, arroz, feijão, café, abacaxi, hortifrutigranjeiros, milho, farinha de milho, pecuária em pequena escala e derivados do leite.

Até pouco tempo atrás, a comunidade vivia numa típica economia de subsistência, onde o básico era produzido ali mesmo e o excedente vendido na capital. Sempre tinham suas roças de milho, arroz, feijão e cana, criavam galinhas e porcos para sua alimentação, assim como a pecuária em pequena escala. Segundo o senhor Sebastião Abadio,

“Antigamente aqui só tinha mato, só tinha assim aqueles lugá pequenininho limpado, o resto era só mato que tinha, não iexistia istrada, era só aqueles triero, triero de carro di boi, di entrá lá dentro das furnas pra pegá arroz, feijão e milho pra leva pra Campo Grande; nós preparava um carro aqui com trinta sacos de cereal de arroz, feijão e milho, fazia trinta bolsa, fazia aquelas toalhas de coró de vaca pra não moiá e saia com 12 bois, seis junta de boi, gastava treis dia pra chega lá em Campo Grande, então era treis dia; eu era pequeno nesse tempo, eu era candiero dos bois, eu ia à cavalo numa piticinha qui meu pai tinha, então quando chegava ali, ali perto do *Comper* que chamava, é a racha, ali tinha qui descarregá tudinho que agenti tinha um lotão ali e chegava ali naquela areia mantega qui batia assim qui o carro subia, então agente tinha qui descarregá tudinho, passa o carro aí tinha que bardiá aquilo nas costas pra lá, mas naquele tempo eu nem pegava numa bolsa daquela pra pega porque eu tinha

quando muito 12 anos, 10 anos³¹², eu lembro que era bem pequeno... sal, a única coisa que comprava naquele tempo era sal... só comprava puro sal, café era coído aqui, o açúcar era feito aqui memo”

Os alimentos eram produzidos localmente nas pequenas propriedades, onde as roças de feijão, arroz e milho eram predominantes. Comenta-se que a pesca era abundante nos córregos e a caça era um complemento na alimentação, hoje não tem mais peixe e muito menos caça. Segundo dona Sinh'Ana, “tudo era produzido ali mesmo, só ia na cidade ‘vendê’ o que sobrava das colheitas e ‘comprá’ sal, até o óleo pra lamparina ‘nóis’ fazia da mamona”. Pode-se verificar que praticamente todos os alimentos consumidos hoje são comprados, só se planta mandioca, milho e cana e alguns outros vegetais temporariamente.

As comidas típicas semelhantes às de Minas Gerais encontradas em Furnas são bolo de goma, bolos à base de milho, brovidade (ou brevidade), fubá de arroz, fubá de milho, pão de inhame e pão de cará. Antigamente se comia muita carne de caça de animais silvestres como cateto, queixada, anta, paca, entre outros, de onde se percebe também a semelhança com costumes mineiros. Em uma de nossas visitas, Maria Luzia Antonia da Silva nos falou que “há muito tempo atrás se fabricava aguardente, ou seja, pinga, para consumo próprio”, hoje isso não existe mais, conta a moradora, mostrando certo saudosismo. Na realidade verifica-se que este é um costume que se perdeu ao longo do tempo. Segundo relatos dos mais antigos, as plantações eram de “roça de toco”, ou seja, a terra não era arada, tudo era feito manualmente. Plantava-se além de arroz, feijão, cana e milho, citados anteriormente, milho de pipoca e banana.

Sobre a forma de plantio, verificou-se que o sistema de mutirão sempre foi presente, onde se ajudava na roça e depois era servido um almoço coletivo, segundo Maria Luiza Antonia da Silva, depois de “ajudar o compadre, era uma festa só”, mas também relata que isso é muito raro hoje em dia; festa no sentido de comemoração entre aqueles que trabalharam na roça, uma espécie de “agrado”, uma forma de pagamento da ajuda, mas,

3 Acredita-se que isso deva ter ocorrido por volta de 1936, levando-se em conta que na data da entrevista o senhor Sebastião contava com 80 anos, a entrevista foi realizada em julho de 2005.

muitos desses costumes também se perderam. Claval (2001) elucidam-nos que a cultura se transforma, também, sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem no seu seio.

Segundo Santos (2003, p. 138),

Na memória do homem da roça, os mutirões sempre envolveram a comunidade, na elaboração de práticas que revelam esforços individuais e comunitários para tornar a vida das populações repletas de estratégias, as quais indicam a complexidade do mundo rural

Nesse estudo realizado no Triângulo Mineiro por Santos (2003) é possível notar a semelhança cultural entre os Dionizios e os negros de Minas Gerais. Já em um outro estudo realizado no interior de São Paulo, Cândido (1972, p. 68), em relação ao mutirão, argumenta que:

(...) consiste essencialmente na reunião de vizinhos, convocados por um deles, a fim de ajudá-lo a efetuar determinado trabalho: derrubada, roçada, plantio, limpa, colheita, malhação, construção de casa, fiação etc. geralmente os vizinhos são convocados e o beneficiário lhes oferece alimento e uma festa, que encerra o trabalho. Mas não há remuneração direta de espécie alguma, a não ser a obrigação moral em que fica o beneficiário de corresponder aos chamados eventuais dos que o auxiliaram. Este chamado não falta, por que é praticamente impossível a um lavrador, que só dispõe de mão de obra doméstica, dar conta do ano agrícola sem cooperação vicinal.

Essa prática, que era comum tem se tornado escassa.

Sobre a estrutura socioespacial, a comunidade possui uma Associação de Pequenos Produtores Rurais, fundada em 23/03/1989, com aproximadamente 180 famílias associadas, possuindo uma máquina de beneficiar arroz que hoje se encontra desativada, trator, cooperativa de açúcar mascavo, além de maquinário para montar uma farinheira, tendo em vista que os galpões já estão em pé a mais de uma década. Possui duas escolas, uma municipal e uma estadual que hoje é em tempo integral e, dispõe ainda de um Posto de Saúde.

O catolicismo e o protestantismo são as religiões presentes ou predominantes na comunidade, dividindo-a em dois grupos. Segundo Cosgrove (2003), a atividade religiosa é apenas um aspecto de um processo que se estende a todas as esferas da vida cultural, a cultura hegemônica é um instrumento estruturado e estruturante do conhecimento e comunicação, senso comum e a base moral. Já Rosendahl (2003), fala sobre a dimensão política do sagrado, permitindo conhecer as múltiplas estratégias espaciais existentes entre religião e espaço. Com o protestantismo e o catolicismo dentro da comunidade, criam-se duas estruturas de poder distintas. Festas de origens católicas são comuns na comunidade, mas, com o crescimento do protestantismo, as festas “estão ficando desfalcadas” (ROSENDAHL, 2003). Um fator interessante relatado por Maria Luzia Antônia da Silva é que com a “entrada” do protestantismo na comunidade e com a conversão das pessoas, o hábito de cumprimentar os compadres chamar pelo gentílico, pedir a benção aos padrinhos e até mesmo ser convidado para batizar alguém tem se perdido, alegando que o batismo no catolicismo perde o “valor” após a conversão.

Essas atividades coletivas são aprendidas e passadas de geração em geração. Porém Brandão (1986, p. 15) argumenta que não estão paradas no tempo, pois:

“O mundo camponês cria e recria estilos, formas e sistemas próprios de saber, de viver e de fazer. De produzir frações de vida, da sua ordem social, e da representação da vida camponesa. [...] De geração em geração constroem e preservam sistemas complexos de crenças e cultos da religião e da filosofia popular: suas cosmologias de referência e o repertório do imaginário mítico e sociológico”.

Manfrinate e Sato (2015) elucidam que somente o trabalho e o aumento da renda familiar não são suficientes para garantir a autonomia das mulheres dessas comunidades, ele é um elemento importantíssimo, mas não é único”.

Nas últimas décadas a comunidade tem passado por transformações em sua estrutura sócio-econômico-cultural, mas, ainda de maneira preliminar é possível identificar a resistência em abandonar determinadas práticas culturais, onde grupos de jovens têm se reunido

para tentarem conhecer e manter vivos as histórias e lembranças dos mais velhos. O processo de resistência em abandonar determinadas práticas se dá por meio da valorização de tradições culturais, caracterizando-se pela retomada de danças, cantigas antigas e das histórias e “causos” contados pelos mais velhos. Como a comunidade não é uma ilha de isolamento na região, recebe influências do mundo exterior, o tradicional funde-se com o moderno, sendo que este já deu sinais de sua chegada.

Claval (2001) ressalta que a carga dada à memória verbal diminuiu com a escrita, e a cultura é vista como a soma dos comportamentos, dos saberes, das técnicas, dos conhecimentos e dos valores acumulados pelos indivíduos durante suas vidas e, em uma outra escala, pelo conjunto dos grupos de que fazem parte da herança transmitida de uma geração a outra e se transforma, também sob o efeito das iniciativas ou das inovações que florescem em seu interior. Pereira e Braga (2005) relatam que a identificação dos habitantes do meio rural às manifestações culturais, traduzem-se nas formas de comportamento, valores e símbolos que são a expressão da formação sócio-espacial de pequenos grupos, como é o caso de Furnas.

Processos econômicos mundiais e nacionais acabam influenciando as regiões, algumas mais e outras menos. Com isso, Santos (2003) esgrime que “um lugar pode, a um dado momento, ou por uma mais ou menos longa extensão de tempo, ficar a salvo da influência, em quantidade e qualidade diversas, de variáveis correspondentes a uma nova fase histórica”, e isso se torna uma realidade dentro do espaço sul-mato-grossense, onde há vários subespaços que mantêm suas especificidades, sendo Furnas um desses.

Johnson *et al.* (2000) alegam que os processos culturais estão intimamente vinculados com as relações sociais, especialmente com as relações e as formações de classe, com as divisões sexuais, com a estruturação racial das relações sociais e com as opressões da idade. A cultura envolve poder, contribuindo para produzir assimetrias nas capacidades dos indivíduos e dos grupos sociais para definir e satisfazer suas necessidades.

A ressignificação cultural realizada hoje em Furnas tem gerado novas relações, com algumas divisões em “grupos sociais”, essa soma de saberes, conhecimentos, técnicas entre outros, transmitido de uma geração a outra, acaba se transformando. Um indicativo dessa transformação foi a

chegada da luz elétrica, que transformou hábitos e costumes do cotidiano, introduzindo benefícios materiais e integração com a cultura ocidental dominante que acaba por ser localmente também dominante.

Segundo Bihl (1998, p. 178), a cultura relacionada à racionalidade, acaba por reduzir a relação do homem com o mundo à simples adaptação realista da realidade: “ela procura conferir-lhe o máximo de eficácia, sem se preocupar com a necessidade de tornar o mundo imaginariamente habitável e desejável”.

Baseado nessa busca do “resgate cultural” acertar com as mudanças acima sugeridas, Bihl (1998) relata que tal procura enlouquecida se dá em todas as direções e a qualquer preço do sentido perdido, como se fosse uma espécie de “política compensatória”, já que as pessoas têm abandonado a si próprias para dar sentido à sua existência e o sentido que quiserem, a partir daí, resulta-se em uma verdadeira “feira dos sentidos”. Nessa “feira dos sentidos”, muitas pessoas têm perdido sua identidade original em decorrência do sistema capitalista, como por exemplo, o caso de indígenas que alteraram sua maneira de fabricar objetos de usos para se adequarem ao mercado europeu, para maior aceitação.

Segundo Canclini (2000), o trabalho do artista e o do artesão se aproxima quando cada um vivencia a ordem simbólica específica em que se nutre, sendo redefinida pela lógica do mercado. A influência do sistema capitalista tem gerado transformações consideráveis na comunidade, tais como o consumismo, o ideal do bem-estar material, ou seja, as relações de controle colocadas em ação pela reprodução do capital.

Atividades paralelas e alternativas para maior circulação de capital têm sido criadas, como torneios de futebol, onde as pessoas comercializam bebidas, refeições, salgados, doces, entre outros, restaurante que funciona nos fins de semana, assim como caminhadas e trilhas ecológicas, e, na sua V edição, o Festival Anual da Rapadura.

Dentro desse contexto, a partir da década de 1960 e 1970, com a modernização e a expansão do capitalismo urbano-industrial, mudanças estruturais alcançaram a comunidade, em um momento de fragilização pela fragmentação entre os descendentes, acentuando-se a hierarquização entre os mais “fortes”, os mais “tranquilizados”, os “remediados” e os “fracos”.

Nessa época, inicia-se o arrendamento de terras, que por tantos anos afastou a comunidade da terra, interferindo no processo de socialização, na preparação para o trabalho, na transmissão de conhecimentos, enfim, condensou numa pulsão desagregativa, com profundas consequências culturais, econômicas, políticas e sociais para a comunidade. Paralelamente, vê-se nesse período um processo de migração dos jovens em busca do sonho da cidade, onde várias famílias venderam suas terras e foram para a cidade.

Em relação às mulheres e suas atividades cotidianas, além dos afazeres domésticos, muitas ajudam na roça, tendo ali um complemento da renda familiar, pois nem todas possuem emprego formal nas escolas do estado e da prefeitura.

Atualmente a força de trabalho feminino se insere no mundo de forma global e eficaz. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) hoje as mulheres correspondem em nosso país a 51,4%. Esses dados variam muito do contexto rural para o contexto urbano, onde majoritariamente as mulheres na área urbana possuem índices de escolaridade e de emprego formal maiores. Já para as mulheres das áreas rurais, a autonomia econômica e do trabalho formal é uma realidade distante, fato que faz com que muitas moças migrem para a cidade em busca de estudos e empregos.

Figura 2: Foto da Comunidade dos Dionizios. Fonte: Google



Considerações finais

Quando pensamos em realizar este trabalho, sabíamos que a riqueza evidente dos fatos, dos elementos da vida dos negros dos Dionizios, permitiria fazer muitas descobertas acerca do modo de vida dos seus membros.

Realizou-se a pesquisa no sentido de compreender como se deu a constituição da comunidade que perdura há mais de 100 anos e seus meios de reprodução. Constatou-se que a comunidade veio se reproduzindo segundo os ritmos de seu tempo, produzindo para a subsistência com eventuais sobras para o mercado, utilizando-se da mão de obra familiar sem abrir mão do auxílio comunitário, adotando novas tecnologias na produção sem eliminar as tradicionais, além do fato importante de que atualmente a agricultura para subsistência tem sido reduzida.

Buscou-se de certa forma entender as transformações ocorridas na comunidade dos Dionizios, entre a produção de subsistência, nas décadas de 1930 a 1980, e a produção direcionada ao mercado após essa última década, onde todos os alimentos eram produzidos lá e hoje são comprados.

Quando se fala sobre a comunidade em si, nossa intenção é uma caracterização geral e em relação à história, queremos apenas registrar as hipóteses da vinda de Dionizio para a região de Furnas, mas, por uma questão documental defendemos a ideia de que ele veio com o fundador de Campo Grande e após a assinatura da Lei Áurea desbravou as terras onde hoje se localiza a comunidade.

Faz-se algumas abordagens com relação à cultura da comunidade, seus costumes, hábitos alimentares, danças. Pôde-se verificar que muitas práticas culturais e sociais entre os Dionizio ainda se mantêm vivas, como o sistema do mutirão, a fabricação de rapadura e farinha para consumo próprio.

Os mais jovens de uma forma ou de outra têm buscado conhecer a cultura dos seus antepassados e tentam mantê-la viva através das danças. Muito nos intrigou o fato da energia elétrica ter chegado à comunidade há pouco mais de 10 anos e tantos hábitos terem se modificado, o que também merecia um estudo mais aprofundado.

Por outro lado, entendemos que a cultura tem seu caráter dinâmico, sendo passível de sofrer transformações, mas é em torno da cultura que os indivíduos formam uma identidade de grupo, de comunidade. Vimos que a sua cultura, ainda que convivendo com outras culturas, tende a reproduzir-se no lugar, mesmo sendo adaptada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. W. B. de. Os quilombos e as novas etnias. In: O'DWYER, E. C. (org). **Quilombos: identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

BEZZI, Meri Lourdes. **Região: desafios e embates contemporâneos**. s/d. Disponível em: <http://www.sei.ba.gov/publicacoes/publicacoes_sei/bahia_analise/sep/pdf/sep_67/meri_lourdes_bezzi.pdf>, acesso em 16/09/2006.

BIHR, Alain. **Da grande noite à alternativa**. São Paulo: Boitempo, 1998.

BRANDÃO, C. R. **Plantar, colher, comer**. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. São Paulo: Saraiva, 1999.

CANCLINI, Nestor García. **Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da Modernidade**. São Paulo: EDUSP, 2000.

CANDIDO, Antonio. O caipira e a sua cultura. In: FERNANDES, Florestan. **Comunidade e sociedade no Brasil: leituras básicas de introdução ao estudo macro-sociológico do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1972.

CLAVAL, Paul. **A Geografia Cultural**. Santa Catarina: Editora da UFSC, 2001.

CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSGROVE, Denis E. Em direção a uma geografia cultural radical: problemas da teoria. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

COSTA, Wanderley Messias da. **O Estado e as políticas territoriais no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1989.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. O conceito de região e sua discussão. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORREA, Roberto Lobato (orgs.). **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **PNAD – Pesquisa Nacional de Domicílio**. 2013. Disponível em: <<https://ww2.ibge.gov.br>>. Acesso em 10/08/2018.

JOHNSON, Richard; ESCOSTEGUY, Ana Carolina; SCHUMAR, Norma. **O que é, afinal, estudos culturais?** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

LARAIA, Roque de Barros. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LEITE, Ilka Boaventura **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. Disponível em: <<http://www.nead.org.br/artigodomes/imprime.php?id=21>>. Acesso em 24/08/04.

MANFRINATE, R; SATO, M. O trabalho das mulheres pantaneiras e a avaliação ecossistêmica do Millenium: uma ressignificação por meio da Educação Ambiental. **Revista Eletrônica do PPGEA/FURG RS**, v. 32, n. 1, 2015. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/article/view/5073>>. Acesso em 20/08/2018.

MATO GROSSO DO SUL. **Arquivo Público**. Como se de ventre livre nascido fosse. Campo Grande, 1993.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

_____; HOLANDA, F. **História oral**: como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2011.

MINAYO, Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MOURA, C. **História do negro brasileiro**. São Paulo: Ática, 1989.

PEREIRA, M. H.; BRAGA, R. O rural e o urbano no município de Monte Santo – BA: relações entre o sagrado e o profano. In: Simpósio Nacional de Geografia Agrária, 3 e Simpósio Internacional de Geografia Agrária, 2., 2005, Presidente Prudente. **Anais...** Presidente Prudente: UNESP, 2005, p. 01-05.

QUEIROZ, R. S. **Caipiras negros no Vale do Ribeira**: um estudo sobre antropologia econômica. São Paulo: FFLCH/USP, 1983.

ROSENDAHL, Zeny. Espaço, cultura e religião: dimensão de análise. In: CORRÊA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny (org.). **Introdução à Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1997.

SANTOS, Milton. **Espaço e dominação**: uma abordagem marxista. In: Economia Espacial. São Paulo: EDUSP, 2003.

SANTOS, Rosselvelt José. A dimensão cultural das paisagens rurais do cerrado mineiro. In: ALMEIDA, M. G. de; RATTTS, A. JP. (orgs.). **Geografia**: leituras culturais. Goiânia: Alternativa, 2003.

SCHMITT, A; TURATTI, M. C. M; CARVALHO, M. C. P. de. A atuação do conceito de quilombo: identidade e território nas definições teóricas. **Ambiente e Sociedade**, ano V, nº 10, 2002.

SILVA, Armando Correia da. **O espaço fora do lugar**. São Paulo: Hucitec, 1978.

CAPÍTULO VII

AS POSSIBILIDADES DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA INCLUSÃO DE PESSOAS CEGAS E COM BAIXA VISÃO NO MUNDO DO TRABALHO

Robenilson Nascimento dos Santos
Universidade Federal da Bahia

Robenilson Nascimento dos Santos

Programa de Pós-Graduação em Difusão do Conhecimento
da Universidade Federal da Bahia - UFBA

E-mail: *robenilson@gmail.com*

Considerações Iniciais

A tessitura reflexiva assumida nesse texto aponta para as possibilidades da economia solidária na geração de trabalho e renda para pessoas com deficiência visual. Lança-se um olhar em perspectiva, isto é, de sujeito do próprio discurso, relacionando os princípios deste modelo de organização do trabalho com o atual debate que propugna pela inclusão social de indivíduos cegos e com baixa visão. Atenta-se para as experiências compartilhadas por atores nos empreendimentos populares e solidários que na urdidura cotidiana promovem ações, pavimentam caminhos em direção a este ideal.

O perspectivizar situacional da abordagem refere-se a experiência de imersão contextual no processo de mobilização que culminou na constituição da Cooperativa de Trabalhadores Cegos - **COOPERTRAC**¹, comprometendo assim o discurso com o sentido do lugar, o que segundo Galleffi (2001), significa uma posição epistemológica, cujo ponto focal do questionamento é o ser-do-homem-no-mundo-com. Afirma o autor:

[...] e aqui, é o próprio ser-do-homem-no-mundo-com que se torna o ponto focal do questionamento, mesmo se isto ainda possa parecer a muitos como coisa ultrapassada e inútil. Dizer, portanto, que o ponto focal visa o questionamento do ser-do-homem-no-mundo-com, significa, de algum modo, que o observador é aquele que cria um universo pelo fazer do discernimento [...] (GALLEFFI, 2001, p. 83-84).

Essa perspectiva de visar, compreender e interpretar também é definida por Galleffi (2001), como o campo do próprio e apropriado; atitude reflexiva em que a consciência perceptiva ao se projetar, em abertura para o aberto, expressa um dizer crítico e rigoroso acerca de um determinado fenômeno, o que nas palavras de Rezende (1990) significa a busca de sentido, sentidos e mais sentidos. Entendimento corroborado por Santos (2018) quando escreve:

O próprio e o apropriado é essa singularidade que se constitui a partir da relação com o mundo. É uma construção identitária, um florescer em potência que não nasce de si mesmo, mas da interação com os outros em uma trajetória de aprendizagem. O que constitui cada indivíduo como próprio, foi apropriado com tudo aquilo que se apresenta no acontecer da existência [...] (SANTOS, 2018, p.42).

O estabelecimento de relação entre a economia solidária e as possibilidades de efetiva inserção de pessoas com deficiência visual em atividades geradoras de trabalho e renda, fundamenta-se no experienciado na COOPERTRAC, solo vivencial de onde emerge o nosso dizer reflexivo. Note-se que nos remetemos à experiência vivida, isto é, à construção

1 Santos (2017), discorre sobre a trajetória desse empreendimento popular e solidário, ver referências.

coletiva e dialógica, constituidora de projetos tendo como centro o bem-estar de cada pessoa e da comunidade, experiência vivida que tem a ver com interações cotidianas, permeadas por conflitos, afetos, tensões etc.

Ao situar o discurso, a esfera da propriedade não implica numa atitude solipsista, ao contrário, comprometo-me com o perceber compreensivo de meus pares, mulheres e homens cegos, com os quais compartilhei experiências no projeto COOPERTRAC.

Além dessas considerações iniciais e finais, o texto encontra-se organizado em dois momentos: primeiramente, é apresentada uma breve síntese do debate contemporâneo que tematiza a inclusão social de pessoas com deficiência, com particular ênfase no mercado de trabalho, destacando aspectos relativos à legislação, sem, contudo, aprofundar a discussão, tendo em vista os propósitos desse artigo. Em seguida, concentra-se esforço na demonstração das possibilidades da Economia Solidária como via de acesso das pessoas cegas e com baixa visão a atividades geradoras de renda, tendo como referência a experiência vivida na COOPERTRAC.

O Debate Contemporâneo sobre a Inclusão das Pessoas com Deficiência: breves considerações

A inserção das pessoas com deficiência nos diversos segmentos da sociedade é um tema amplamente debatido em âmbito mundial, impulsionado por um movimento que propugna por uma sociedade inclusiva. Discussão que ganha visibilidade a partir das últimas três décadas, com a elaboração e publicação de inúmeros documentos produzidos por importantes organizações internacionais, cuja abordagem enfoca a criação de contextos sociais favoráveis à participação plena de sujeitos com deficiência, de maneira que possam usufruir com igualdade e equiparação de oportunidades dos espaços educativos, mercado de trabalho, cultura, lazer, comunicação, informação, dentre outros, influenciando governos de diversos países na elaboração de políticas públicas. Observa Santos (2018), a frequência como essas questões são abordadas nos espaços midiáticos, além de figurarem como pauta de seminários, congressos, simpósios, dentre outros eventos de caráter científico. Ressalta o autor:

[...] mesmo os estudiosos de grande experiência e notoriedade na área, decerto, teriam dificuldade em se manter atualizados diante de tão volumosa produção (dissertações, teses, livros, artigos) anualmente evidenciada no país acerca da temática. Isso sem incluir leis, decretos, diretrizes, notas técnicas e outros documentos orientadores, que são frequentemente publicados pelo poder público. [...] (SANTOS, 2018, p. 104).

Fundamentado nos princípios do convívio na diversidade, respeito e valorização das diferenças, o movimento por uma sociedade inclusiva remete os indivíduos ao comprometimento ético no estabelecimento de quaisquer que sejam as relações. Comprometimento que se efetiva através de atitudes e práticas que promovam em todos os ambientes um espaço propício ao pleno desenvolvimento das potencialidades de todos os membros pertencentes à coletividade, de maneira a superar preconceitos e discriminações. É neste espectro reflexivo que se insere a abordagem acerca da realidade das pessoas com deficiência no contexto contemporâneo, profundamente marcado por contradições e tensões, cenário no qual a negação da diferença ainda permeia o imaginário social.

Ao propor mudanças nas concepções, atitudes e práticas sociais, o ideário inclusivista sugere uma relação bilateral na qual não apenas as pessoas com deficiência estejam preparadas para inserir-se nos diversos setores da sociedade; é necessário, sobretudo, que os espaços sociais sejam pensados e construídos, considerando a diversidade, a celebração do convívio com o outro. É neste sentido que se pode falar em escola inclusiva, biblioteca inclusiva, ambiente de trabalho inclusivo, lazer inclusivo. Um processo de transformação descrito por Ross:

No modelo social da deficiência, esta é uma condição imposta pela ordem social sobre as pessoas, por isso, a sociedade eliminaria suas barreiras físicas, programáticas e atitudinais, a fim de que possam ter acesso aos serviços e bens necessários ao seu desenvolvimento pessoal, educacional e profissional. A sociedade precisa adaptar-se às necessidades de seus membros. Nesse sentido, a inclusão é considerada como o processo através do qual a sociedade se adapta para incluir e capacitar as pessoas até então marginalizadas,

permitindo-lhes a participação social ativa de todos. [...] no processo inclusivo, a modificação da sociedade se põe como pré-requisito para a participação social dessas pessoas e a consequente preparação. Observe-se que a modificação de determinadas estruturas e de formas de organização são tidas como pré-requisitos a um processo concreto de participação social, humanização e cidadania. Não há pois, uma inclusão social “pronta e acabada”. Não se trata de estabelecer uma adesão cega a um discurso que incorra em superficialidades, na apologia do efêmero ou da amnésia (1999, p. 20 21).

Nos anos 1990, o movimento mundial pró-inclusão de pessoas com deficiência, partindo do legado produzido pelas lutas de décadas anteriores, pouco a pouco, foi sendo difundido através da imprensa, pelo trabalho desenvolvido por organizações não governamentais e eventos científicos realizados por instituições de ensino superior. Conforme já afirmado, ganha expressividade com a publicação de inúmeros documentos de âmbito internacional, destacam-se a Declaração de Johntiem (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) mencionadas em textos oficiais e produções acadêmicas.

Os reflexos do movimento pró-inclusão repercutiram principalmente no ordenamento jurídico em países signatários das Convenções Internacionais sobre os direitos dos indivíduos com deficiência. No Brasil, a Constituição de 1988, ao contemplar a questão, em diversos artigos, abre caminhos, propiciando a elaboração de leis complementares dispondo sobre o acesso e permanência das pessoas com deficiência nos diversos espaços do convívio social: educação, cultura, lazer, mercado de trabalho, dentre outros.

A inserção no mercado de trabalho é um grande desafio, se não for o principal, enfrentado pelas pessoas com deficiência visual. Apesar da legislação brasileira dispor sobre a questão garantindo o acesso, a exemplo, da própria Constituição Federal, Lei 8112/90, Lei 8213/91, além de outros instrumentos jurídicos, ainda é comum a resistência por parte de empregadores na contratação de profissionais cegos e com baixa visão, mesmo que o candidato à vaga de emprego possua qualificação. Nota-se portanto uma resistência radicada na desinformação e no preconceito.

As leis 8112/90 e 8213/91, prescrevem, respectivamente:

Art. 5 Às pessoas, portadoras de deficiência é assegurado o direito de se inscrever em concurso público para provimento de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a deficiência de que são portadoras; para tais pessoas serão reservadas até 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas no concurso. (BRASIL, 1990).

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados estão obrigadas a preencher de dois a cinco por cento dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas na seguinte proporção: Até 200 empregados 2%; Até 201 a 500 empregados 3%; De 501 a 1.000 empregados 4%; De 1.001 em diante 5%. (BRASIL, 1991).

O avanço observado nesses dispositivos é na medida que possibilita a formulação de políticas públicas abrangendo tanto o setor público quanto o privado, seja através de incentivo às empresas, para contratação associado a uma exemplar fiscalização com intuito de verificar se a lei está sendo cumprida; seja por meio da estimulação no acesso ao mercado de trabalho via concurso público considerando o disposto na lei.

Em julho de 2015 foi promulgada a lei nº 13.146 (Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência/Estatuto da Pessoa com Deficiência). No Título II Dos Direitos Fundamentais, o Capítulo VI do Direito ao Trabalho, Artigo 34 ao 38, esse dispositivo assegura à Pessoa com Deficiência acesso e permanência ao trabalho com equiparação de oportunidades, prevendo as condições necessárias para o exercício pleno de suas potencialidades.

Em que pese o indiscutível avanço da legislação no que tange a inclusão no mercado de trabalho, no caso específico das pessoas com deficiência visual, o fato é que, ainda não se percebe o impacto desses dispositivos na absorção dessa mão de obra, no setor privado, principalmente para os indivíduos que possuem cegueira total. Em geral a disponibilidade de vaga é direcionada a candidatos com baixa visão. Ademais, o preconceito resulta no pouco interesse das empresas frente à possibilidade de contratação desses trabalhadores, em razão de crenças discriminatórias que questionam a capacidade e qualificação profissional desses sujeitos. Um fenômeno elucidado por Pastore ao escrever:

É claro que o trabalho é importante para o sustento e para o desenvolvimento individual e social. Mas não há razão para ver tanto impedimento, pois a grande parte dos portadores de deficiência consegue trabalhar, mediante a remoção de barreiras. Há muitas atividades que eles podem realizar, transcendendo as suas limitações. A ideia de inutilidade é exagerada e erroneamente generalizada nas construções das imagens dos portadores de deficiência. Isso tem a ver muito mais com a formação das concepções, do que a realidade das limitações. É um problema mais social do que individual. (PASTORE, 2000, p. 20)

Lancillotti relacionando esse debate com a dinâmica social contemporânea, reflete:

Observamos que a absorção desses trabalhadores é muito restritiva e, em grande parte, é justificada pelo seu baixo grau de escolaridade. Seriam todos empregados se fossem mais escolarizados? Bem sabemos que o critério da escolaridade, na maioria dos casos, nada mais é que uma escusa para dispensar, ou não explorar a força de trabalho daqueles que são desnecessários. É uma justificativa que escamoteia o fato de que o capital necessita de menos trabalhadores para manter a esfera produtiva (LANCILLOTTI, 2003, p. 101).

Partimos da compreensão que a acessibilidade ou inclusão das pessoas com deficiência nos diversos setores da sociedade deve ser refletida e analisada, tendo como referência a realidade concreta na qual se encontram inseridas, de modo a considerar o contexto contemporâneo, isto é, o modelo vigente de organização social, cuja lógica se fundamenta em princípios negadores das diferenças, pois processos excludentes não afetam apenas as pessoas com deficiência, sendo um elemento constitutivo de uma sociedade, norteadas pelo projeto de globalização neoliberal, orientada pela lógica do capital.

É fundamental que haja, por parte do poder público, a elaboração e implementação de políticas com intervenções sistemáticas junto à iniciativa privada e a setores do próprio Estado, que favoreçam o ingresso de pessoas

com deficiência no mercado de trabalho. Políticas que considerando as potencialidades e as possibilidades desse segmento garantam efetividade de um direito previsto na legislação, não deixando apenas a critério e conveniência do mercado, permitir o acesso a esses indivíduos à vida produtiva. No entanto, o que se nota é um descompasso entre o discurso oficial e a realidade vivenciada pelas pessoas cegas e com baixa visão no que concerne à acessibilidade ao mercado de trabalho. No Estado da Bahia, por exemplo, observa-se a omissão do poder público na elaboração e implementação de políticas na área.

Na luta por conquistas de direitos e por uma sociedade inclusiva, as pessoas com deficiência sempre se posicionaram como protagonistas, através dos movimentos representativos, participando ativamente dos avanços, assumindo, portanto, a condição de sujeitos da própria história, envidando esforços e conjugando ações, tendo em vista projetos emancipatórios, a exemplo da fundação da Cooperativa de Trabalhadores Cegos (COOPERTRAC).

Figura 1 – Evento sobre Economia Solidária realizado na Universidade do Estado da Bahia – UNEB, em 2004. Foto da mesa de abertura. Fazendo uso da palavra, o autor, como representante da COOPERTRAC, ao lado do professor Paul Singer.



Figura 2 – O mesmo evento, com a palavra o professor Paul Singer, maior expoente sobre Economia Solidária no Brasil. Fonte: Arquivos do autor.



A pessoa com deficiência visual como presença autêntica no mundo: vivência na Economia Solidária.

No contexto hodierno, mulheres e homens, cujos corpos apresentam características físicas ou sensoriais distintas, destoando assim dos padrões considerados normais, enfrentam desafios cotidianos para afirmarem-se como presenças no mundo. Desafios relativos, principalmente no que tange à compreensão do outro diferente, o que ocorre nos mais variados setores do convívio social, mesmo aqueles em que se evidencia elevado nível cultural, circulação de saberes e produção de conhecimento.

Em se tratando da cegueira ou baixa visão, pode-se afirmar que dentre os tipos de deficiências é a que talvez mais cause impacto no imaginário social em decorrência da primazia conferida à visão na relação homem-mundo, sujeito-objeto, ou seja, na maneira em que se dá a apreensão da realidade. Reflexo também do desconhecimento, falta de

informação e influências do significado historicamente engendrado sobre o indivíduo cego, compreendido como materialização da tragédia humana, do castigo divino, sujeitos inválidos, objeto tão somente de piedade.

Se, por um lado, é notório a expressiva visibilidade acerca das questões relativas às pessoas com deficiência visual, com o reconhecimento de suas possibilidades e potencialidades, por outro, deve-se atentar para o longo caminho a ser percorrido para que esse segmento tenha condignamente assegurado o respeito à condição de ser diferente dos padrões. Com frequência, mulheres e homens invisuais são alvos de atitudes discriminatórias, tendo como motivação epicentral a cegueira, o que obstaculiza e, em muitas situações, inviabiliza seus projetos individuais e coletivos.

O convívio na diversidade, o respeito ao outro diferente, pressupõe, não apenas a adoção de um discurso considerado politicamente correto, supostamente emancipatório, afinado com esta ou aquela tendência teórica. Requer, antes de tudo, uma atitude de abertura; ir ao encontro do outro, vivenciar a experiência de uma aprendizagem dialógica, no sentido da aquisição e ressignificação de saberes que, no caso específico da realidade das pessoas com deficiência visual, sugere entender que:

[...] tanto as pessoas cegas congênitas, quanto aquelas que adquiriram a deficiência na idade adulta, podem ser habilitadas ou reabilitadas, vivendo com dignidade, estudando, trabalhando, praticando esportes, etc. Sujeitos cegos ou com baixa visão são capazes de realizar qualquer atividade, desde que ela não requeira uma necessidade acentuada do sentido da visão (SANTOS, 2017, p.147).

E mais:

Não se nega que, biologicamente, a cegueira é muito limitadora, porque ela impede a pessoa de se locomover, explorar novos espaços e receber informações visuais. Porém, socialmente, ela não é limitadora, porque a pessoa cega, pela palavra, pela comunicação com o outro, apropria-se do real ao internalizar os significados culturais (CAIADO, 2003, p. 40).

Experenciar o convívio na diversidade de maneira profunda, plena, genuína, implica na ruptura com valores negadores das diferenças que há muito norteiam as relações entre as pessoas. A dialogicidade do convívio envolve os pares a reconhecerem a condição existencial do seu interlocutor, isto é, o caráter singular da presença.

É nessa perspectiva de relação que o espaço da economia solidária apresenta-se propício para a imersão, crescimento social, intelectual, cognitivo e profissional de pessoas com deficiência visual. Primeiro, em razão dos princípios assumidos por esta forma de organização do trabalho ao estabelecer estreita relação com o ideário que propugna pela inclusão social das pessoas com deficiência. Valores constantes no documento *Carta de Princípios da Economia Solidária*, de junho de 2003, que se refere a fundamentos, tais como: solidariedade, eliminação das desigualdades, igualdade de gênero, a pessoa humana como centro da atividade econômica, cooperação, dentre outros. O segundo aspecto diz respeito a postura dos atores que engendram o acontecer da economia solidária, no que concerne à assunção desses valores, tanto na organização da atividade produtiva, quanto nos processos decisórios relativos ao futuro do empreendimento.

O vivenciado na COOPERTRAC, desde a mobilização, formação do grupo, à fundação do empreendimento, em 04 de julho de 2003, na cidade de Salvador, pode ser caracterizado como uma experiência inclusiva. Esse processo, marcado por intensos debates, envolveu não apenas as pessoas com deficiência visual ligadas ao projeto. A ideia de constituição de uma cooperativa, voltada para geração de trabalho e renda para pessoas com deficiência visual repercutiu de maneira bastante positiva no contexto da economia solidária no estado da Bahia. As possibilidades descortinadas pelo projeto COOPERTRAC atraíram a atenção de atores de todos os segmentos do movimento de Economia Solidária que, de algum modo, se mostravam interessados em conhecê-lo. Apesar do incipiente contato com pessoas cegas e com baixa visão a interação sempre foi marcada por um absoluto respeito e cooperação.

É pertinente salientar o caráter profundamente educativo na experiência vivenciada na COOPERTRAC, pois, além de sinalizar uma nova perspectiva concernente às discussões sobre o mercado de trabalho,

contribuiu para o fortalecimento do movimento de pessoas cegas e com baixa visão no Estado da Bahia, uma vez que grande parte das reuniões e debates ocorriam na sede da Associação Baiana de Cegos - ABC. Vivência que também propiciou aos integrantes do movimento de Economia Solidária, de um modo geral, uma aproximação com a realidade dos indivíduos com deficiência visual.

No âmbito estritamente interno ao grupo COOPERTRAC, a dimensão educativa mostrou-se na gradativa mudança de atitude dos integrantes frente a realidade social geral e das pessoas com deficiência em particular. Os cursos realizados pela equipe de assessoria, sobre a temática do cooperativismo, além de estudos sobre outras questões correlatas, contribuíram no amadurecimento pessoal dos cooperativados. Pode-se observar participantes do projeto que conseguiram superar a inibição, pouco a pouco, adquirindo habilidade argumentativa, passando a interagir de maneira mais frequente e assertiva nas discussões.

A assimilação dos aspectos teóricos sobre os princípios e trajetória do movimento de economia solidária, foram de grande relevância para o desenvolvimento do modelo de gestão participativa assumido pela COOPERTRAC. A participação de todos os membros nos processos decisórios foi o principal fundamento adotado pelo grupo, o que sem dúvida, propiciou uma ambiência favorável ao crescimento coletivo, a despeito das discordâncias e conflitos.

A quase totalidade dos membros da COOPERTRAC já havia concluído o ensino médio; alguns, em torno de 5 (cinco), possuíam curso superior ou se encontravam em processo de formação, condição que não conferia *status* diferenciado ou privilégios. A partilha de saberes era uma prática adotada. O interesse em aprofundar o conhecimento teórico no campo da Economia Solidária evidenciou-se já no início, nas discussões sobre a criação da cooperativa. A dedicação despendida a esse aprendizado sempre teve como foco o progresso do grupo e o êxito da atividade produtiva. Em nenhum momento se perdeu de vista o foco principal do empreendimento, qual seja: a geração de trabalho e renda para a pessoa cega e com baixa visão.

O intenso engajamento da COOPERTRAC no movimento de Economia Solidária motivou sobremaneira os integrantes do grupo. Os princípios da Economia Solidária, com frequência, constituíam-se objeto de reflexão, o que impulsionou alguns membros da cooperativa a uma participação mais ativa na militância. Dois representantes da COOPERTRAC estiveram presentes na 3ª Plenária Nacional de Economia Solidária, no ano 2003, em Brasília. A participação da COOPERTRAC também era assídua em eventos de âmbito local; contribuiu na criação do Fórum Baiano de Cooperativas Populares, responsabilizando-se pela direção de comunicação, com colaboração ainda no Fórum Baiano de Economia Solidária.

A militância bem sucedida da COOPERTRAC, o reconhecimento por parte dos agentes constituidores do movimento de Economia Solidária (empreendimentos, assessorias e instituições, ligadas ao poder público, motivaram os membros da COOPERTRAC, fortalecendo a convicção da Economia Solidária como um caminho possível e viável. Sentimento que se refletiu positivamente nas aspirações internas do grupo. A dinâmica organizacional adotada pela COOPERTRAC resultou, pouco tempo depois de sua fundação, em relevantes conquistas. Avanços significativos foram observados, tais como: estudo para definição do ramo da cooperativa, incluindo análise de viabilidade econômica, escolha da atividade produtiva (confecção de fraldas descartáveis) e elaboração do projeto de financiamento.

O esforço envidado pela COOPERTRAC, o êxito do trabalho desenvolvido em estreita articulação com a equipe de assessoria teve seu ápice, no primeiro semestre de 2004, com a aprovação parcial do projeto (Unidade Produtiva de Fraldas Descartáveis) pela Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAIS), cujo valor concedido tornava viável a compra do maquinário necessário.

Em virtude da trajetória exitosa, a sensação de empoderamento e autoestima elevada, impulsionaram os integrantes da COOPERTRAC a um envolvimento cada vez mais intenso, reunindo-se em média três vezes por semana tanto para debater assuntos concernentes à Gestão da Cooperativa como para realização de estudos acerca dos princípios da Economia Solidária. Encontros que se tornaram mais frequentes com a aprovação do projeto da unidade produtiva.

Os passos subsequentes relativos à concretização do financiamento do projeto, através do repasse do recurso, mostraram-se deveras desafiadores constituindo o primeiro empecilho para a desarticulação do grupo. A dificuldade de acesso à documentação exigida pela Fundação Banco do Brasil, instituição responsável pela liberação do recurso, foi um dos principais obstáculos. Não conseguindo fazer frente à burocracia reinante nos órgãos públicos do Estado da Bahia, o que inviabilizou o envio dos documentos para a SENAIS, o financiamento do projeto não pôde ser efetivado, fato que aprofundou o desânimo do grupo, agudizado com o enfraquecimento da relação com a equipe de assessoria e a retirada do apoio da ABC que passou a dificultar a realização de reuniões da Cooperativa na sua sede, além de negar, a cessão de um espaço ocioso para a montagem da unidade produtiva. Todos esses fatores concorreram para a desmobilização do Grupo. Durante os primeiros seis meses, do ano 2005, houve uma série de tentativas de reuniões sem êxito, devido ao baixo *quorum*, comprometendo a legitimidade do processo decisório.

O arrefecimento do projeto COOPERTRAC, decerto temporário, não pode ser compreendido como um fracasso, mas sim, como uma expressão da luta de mulheres e homens cegos e com baixa visão, que ao assumirem-se como sujeitos da história, conscientes e comprometidos com a mudança, intervêm no mundo, protagonizando políticas e construindo instrumentos com vista à emancipação e conquista de direitos. A COOPERTRAC ainda se constitui como uma grande conquista das pessoas com deficiência visual do Estado da Bahia, um aspecto que Santos (2017), chama atenção ao afirmar:

Projeto COORPETRAC ainda permanece vivo, seja juridicamente, seja como um sonho daqueles que participaram da sua construção. Juridicamente, devido ao fato de seus registros legais ainda vigorarem. No que concerne ao sonho das pessoas, temos a satisfação de mencionar, que **a COOPERTRAC continua sendo uma esperança para todos aqueles que veem nesse empreendimento solidário a possibilidade concreta de geração de trabalho e renda para pessoas cegas no estado da Bahia.** (p. 154). (grifo nosso)

Sobre este último aspecto ressaltado por grifo nosso, é sem dúvida um dos maiores legados da experiência vivida pelos atores que protagonizaram a COOPERTRAC. A vivência demonstrou que a economia solidária representa uma possibilidade para inserção de pessoas com deficiência visual no mundo do trabalho por se constituir em um espaço propício para o exercício da potencialidade criativa dos indivíduos, desenvolvimento cognitivo e relações pautadas no respeito às diferenças, cooperação e solidariedade.

Figura 3 – Foto do grupo COOPERTRAC em momento de confraternização com outras cooperativas em 2004. Fonte: Arquivos do autor.



Considerações finais

Integrar-se, inserir-se, ser aceito no modelo societário vigente, implica numa sujeição a padrões estéticos, culturais, econômicos, além de outras estabelecidas tácita ou explicitamente. Valores que as pessoas são motivadas a buscar sob pena de ocuparem tão somente as margens do sistema ou serem categorizadas como excluídas. Destoar do padrão, instituído como normalidade, estigmatiza o indivíduo e determina o

lugar social no qual se situará, fundamenta percepções sobre sua presença no mundo, restringe as condições materiais para uma existência digna, entretanto, não usurpa a condição de potência criativa encarnada como ser no mundo livre. Ímpeto motivador de onde germina o atribuir de sentido em mulheres e homens invisuais, que tomam nas mãos a própria história, enfrentando cotidianamente os desafios de uma existência marcada pela ausência do sentido da visão.

A experiência vivida no projeto COOPERTRAC foi um dos exemplos, dentre muitos, que demonstra o modo de ser e estar no mundo sem a condição biológica de enxergar ou com algum comprometimento nessa função e, ainda assim, se posicionar de maneira crítica e reflexiva face aos desafios da existência. Através de projetos individuais e coletivos, as pessoas com deficiência visual, de maneira crítica e resoluta, subvertem compreensões, combate atitudes discriminatórias e promovem, através de suas lutas, uma possibilidade educativa, para que a sociedade redirecione interpretações, engendrando concepções de maneira a induzir os indivíduos ao respeito e à aceitação das diferenças; atitudes evidenciadas pela COOPERTRAC.

É nesse sentido que a COOPERTRAC ocupa um lugar de destaque na história do movimento de pessoas cegas e com baixa visão no estado da Bahia, pela importância pedagógica, influenciando tanto os integrantes do grupo, como os espaços sociais que se fez representada, contribuindo para a mudança de olhares em relação à cegueira. Se o projeto COOPERTRAC terá sequência, sendo de algum modo retomado, se os membros do grupo prosseguirão a caminhada, isto o tempo dirá; entretanto, as indelévels marcas por ele produzidas, de certo não é possível negar.

Dentre os muitos aprendizados com o projeto COOPERTRAC, cumpre salientar a possibilidade da economia solidária como caminho viável para as pessoas cegas e com baixa visão integrar-se no mundo do trabalho; uma compreensão partilhada entre todos aqueles que participaram do grupo, que no relato de suas vivências referem-se positivamente ao experienciado.

REFERÊNCIAS

_____. **Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília, DF: 1990.

_____. **Lei 8.213, de 24 de julho de 1991.** Dispões sobre os Planos de benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: 1991.

_____. Carta de princípios da Economia Solidária, de junho de 2003 (III Plenária Nacional da Economia Solidária).

CAIADO, K. R.M. **Aluno deficiente visual na escola: lembranças e depoimentos.** Campinas: Autores Associados; PUC, 2003.

LANCILLOTTI, S.S.P. **Deficiência e trabalho: polêmicas do nosso tempo.** Campinas, SP: Autores associados, 2003 (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

PASTORE, J. **Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência.** São Paulo: LTR, 2001.

REZENDE, A. M. **A concepção fenomenológica da educação.** São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1990. (Coleção polêmicas do nosso tempo, v.38).

ROSS, Paulo Ricardo. **Educação e exclusão: um projeto de cidadania das pessoas com necessidades especiais.** Tese de doutorado em educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 1999.

SANTOS, Robenilson Nascimento dos. **A experiência da Cooperativa de Trabalhadores Cegos (COOPERTRAC): pessoas com deficiência visual no Estado da Bahia organizam-se para gerar trabalho e renda.** In: Revista Mundo do Trabalho Contemporâneo. V.2.1. São Paulo, 2017.

SANTOS, Robenilson Nascimento dos. **Ser-sendo-cego-no-mundo-com: descrição fenomenológica compreensivainterpretativa sobre percepções e vivências cognitivas do ler, escrever, pesquisar e produzir conhecimento de intelectuais que não dispõem do sentido da visão.** Tese de doutorado em difusão do conhecimento pela Universidade Federal do Estado da Bahia, 2018.

CAPÍTULO VIII

DÁDIVA, VOLUNTARIADO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL: APONTAMENTOS TEÓRICOS

Wanderley Buriti de Moraes

Universidade Estadual da Paraíba

Leonardo de Araújo e Mota

Universidade Estadual da Paraíba

Leonardo de Araújo e Mota

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Professor Adjunto do Departamento de Ciências Sociais e Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB).

E-mail: *la-mota@uol.com.br*

Wanderley Buriti de Moraes

Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Estadual da Paraíba – PPGDR UEPB; Bacharel em Ciências Contábeis pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

E-mail: *wanderdemorais@gmail.com*

Introdução

As atuais condições sobre as quais se encontra a economia na atualidade apontam para um contexto de desigualdades abissais, que impõe para a maioria da população uma condição de vida precária e incerta, ao passo que alguns poucos indivíduos concentram riqueza sem precedentes. Na medida em que os imperativos da competitividade excedem as proteções democráticas que outrora garantiam o bem estar social no interior do sistema, as disparidades econômicas e sociais tornam-se cada vez mais adversas no cenário da globalização neoliberal em nível global.

A partir de dados de relatório recente publicado pela ONG Oxfam (2017), no mundo apenas oito pessoas detém o mesmo patrimônio de metade da população mais pobre, enquanto 700 milhões de pessoas vivem com menos de 2 dólares por dia. No caso específico do Brasil, os 5% mais ricos possuem o mesmo percentual de renda dos 95% restantes. Um indivíduo que ganha um salário mínimo por mês levará 19 anos para acumular o equivalente ao que um super-rico ganha em apenas 1 mês. Tal conjuntura reflete um modelo de capitalismo que atua tanto a nível macro, como micro. Na medida em que as desigualdades se ampliam, taxas de divórcios, doenças mentais e suicídios também seguem o mesmo ritmo (BOLTANSKI; CHIAPELLO, 2009).

É neste contexto que a lógica da dádiva, segundo a qual o vínculo construído através das relações pautadas na tríplice lógica do dar, receber e retribuir, que se manifestam amiúde através de instituições que não vislumbram o lucro mercantil como um fim em si mesmo para nortear todas as outras instâncias na sociedade, mas por outro lado estimulam as interações baseadas em valores de partilha e solidariedade, as oportunidades de um desenvolvimento mais humano se ampliam. Na medida em que as trocas não utilitaristas tornam-se relevantes nas mentalidades coletivas e a sociedade não se restringe ao mero cálculo frio e pragmático da mentalidade empresarial, novas oportunidades de vínculos mais humanitários se estendem.

O trabalho que se segue aborda questões relativas ao desenvolvimento social e sua relação com a dádiva e o voluntariado. No primeiro item se

realiza uma breve teorização sobre a dádiva, esclarecendo ao leitor suas principais características. Em um segundo momento abordaremos a questão da relação entre a dádiva e o associativismo, para nos próximos itens discutir, sob essa mesma perspectiva, relações entre voluntariado, terceiro setor e desenvolvimento social na tentativa de fundamentar uma discussão “não economicista” do desenvolvimento na contemporaneidade.

Definindo a Dádiva: enfoques preliminares

Nosso planeta vivencia, sobretudo após a derrocada do socialismo real, um modelo voltado prioritariamente à produção e ao mercado: é o paradigma do neoliberalismo. Trata-se de um modelo no qual o mercado adquire proeminência sobre todas as outras instâncias da vida social, o qual “corresponde a uma forma de fundamentalismo de mercado. O mercado é concebido, em termos práticos e morais, como superior ao governo e a toda forma de controle político” (HEYWOOD, 2010, p. 63). Neste sentido, em um texto publicado por Jacques Godbout na *Revue du M.A.U.S.S.* denominado *Homo Donator versus Homo Oeconomicus*, o autor realiza como contraponto ao paradigma do homem motivado permanentemente pelos ditames do mercado, predominante no neoliberalismo, o paradigma da dádiva. De acordo com as ciências humanas, o neoliberalismo também pode atender por várias outras denominações sendo elas: “teoria das escolhas racionais, racionalidade instrumental, individualismo metodológico, utilitarismo, *homo oeconomicus*, teoria econômica neoclássica” (GODBOUT, 2002, p. 63).

Em poucas palavras, no centro da discussão está que “[...] o modelo do *homo oeconomicus* defende o seguinte: na medida em que cada um otimiza seu interesse individual, os membros de uma sociedade produzem o máximo de bem-estar coletivo.” (Ibidem, p. 65). Sob o ponto de vista da dádiva, porém, as ações dos indivíduos não são apenas motivadas pela *coerção* estatal ou pelo *interesse* do mercado, mas por vínculos moralmente estabelecidos baseados na tríplice obrigação do dar, receber e retribuir.

Considerando o desenvolvimento geral da sociedade, não se devem menosprezar as vantagens do modelo mercantil, que tem como uma de suas bases a capacidade de promover o avanço econômico e tecnológico em

sua generalidade. Por outro lado, uma contracorrente ao *homo oeconomicus* seria o *homo donator*, o qual busca construir um modelo de conduta humana que não se baseia unicamente em trocas mercantis utilitárias, uma vez que não se preocupa com o fim do vínculo que geralmente ocorre ao final de uma negociação comercial. Ao contrário, tal perspectiva preocupa-se em manter o vínculo, mas de um modo em que não exista no outro a obrigação de mantê-lo. A esse paradigma, que se denomina *dom* (ou dádiva).

Podemos compreender melhor a ação do *homo donador* observando o vínculo em que este personagem tem para com o seu semelhante ou, mais ainda, com seus semelhantes, no que podemos chamar de *sociedade civil*. É, portanto, através desse pacto com o outro que o paradigma da dádiva e todo seu simbolismo avança por campos como da política. Em grande medida, a dádiva está ligada tanto a formas de sociabilidade primária (amizades, companheirismo, camaradagem etc.), como também a formas de sociabilidade secundária (grupos de ajuda mútua, associações filantrópicas, voluntariado etc.).

Dessa forma, poderemos considerar vínculos baseados na lógica da dádiva tanto a troca de presentes e outros bens espirituais em sociedades pré-modernas (MAUSS, 2003), como ONGs e grupos de ajuda mútua de alcance mundial como Alcoólicos Anônimos (MOTA, 2004). O vínculo que o *homo donator* assenhora-se resulta no que se chama de *fato associativo*, que, por sua vez, merece nossa atenção no sentido de apontar o seu perfil específico. Destacamos alguns pontos que identificam o fato associativo: espaços públicos privados; ações empreendidas sem fins lucrativos; endividamento mútuo positivo; associação de fato e por vezes a democracia. Assim, a dádiva está inserida em um “sistema das relações propriamente sociais medida em que estas são irredutíveis às relações de interesse econômico ou de poder” (GODBOUT, 1999, p. 22).

Neste sentido, Santiago e Oliveira destacam que algumas sociabilidades primárias e secundárias se dão através de redes, não seguindo uma “lógica positivista”, “instrumental” ou “racional” no sentido em que atribuímos que todas as relações humanas obedecem a leis imutáveis de meios e fins calculados e previsíveis, uma vez que “as redes ocorrem a partir

da fidelidade e da confiança, partes indissociáveis do dom, e são articulações referentes às sociabilidades primárias, relações nas quais a entrada e a saída dos participantes são abertas e livres” (2006, p. 241).

No âmbito da dádiva, os participantes têm a liberdade de *dar* sem nenhuma obrigação advinda de uma pressão social formal, pois fatores abstratos como empatia, encantamento, pertencimento e gratidão estão envolvidos no curso da ação dos indivíduos, fazendo com que seus atos adquiram uma maior dimensão simbólica e ocupe maiores espaços em relações de vínculos baseados na tríplice relação de *dar, receber e retribuir*. Segundo Mauss (2003), baseando-se em seus estudos sobre comunidades tradicionais e que fundamentaram originalmente o estudo da dádiva no início do século XX, o autor destaca:

[...] o que eles trocam não são exclusivamente bens e riquezas, bens móveis e imóveis, coisas úteis economicamente. São, antes de tudo, amabilidades, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras, dos quais o mercado é apenas um dos momentos, e nos quais a circulação de riquezas não é senão um dos termos de um contrato bem mais geral e bem mais permanente (p. 190-191).

Tomando por base Jacques Godbout, pode-se, sucintamente, definir a dádiva também como:

Qualifiquemos de dádiva qualquer prestação de bem ou de serviço, sem garantia de retorno, com vistas a criar, alimentar ou recriar os vínculos sociais entre as pessoas. Pretendemos examinar como a dádiva, assim caracterizada como forma de circulação de bens e serviços dos vínculos sociais, constitui um elemento essencial a toda sociedade (p. 29)

A Dádiva e o Associativismo

É através das ações empreendidas por um grupo de pessoas em regime associativo no intuito de unir forças e mobilizar mais pessoas e esforços que, juntas, criam uma nova pessoa, a chamada pessoa jurídica,

que vai dar conta de encarregar-se, em nome daquele grupo, de conduzir por diante suas decisões tomadas em conjunto. Essas pessoas jurídicas, que, na sua grande maioria, são denominadas como *sem fins lucrativos*, não acumulam capitais a serem distribuídos aos seus instituidores ou diretores e caso apresentem superávit em suas contas têm como obrigação destinar esses valores à manutenção do desenvolvimento de seus objetivos, que devem constar em documento registrado em cartório.

De acordo com o Código Civil Brasileiro¹, no seu Art. 44, os tipos de pessoas jurídicas a que nos referimos são classificadas como pessoas jurídicas de direito privado, sendo elas denominadas: associações, sociedades, fundações, organizações religiosas, partidos políticos e empresas individuais de responsabilidade limitada, usualmente denominadas de *organizações do Terceiro Setor*. Não obstante denominações como terceiro setor sejam as mais utilizadas, existem também outros títulos usados para essas organizações. Vizeu (2009) utiliza-se do termo *organizações substantivas* e opina quanto ao liame acerca da dádiva no interior delas:

[...] a solidariedade que permeia as organizações substantivas e que é observada pelos pesquisadores da área como um forte senso de comunidade deve ser compreendida à luz do registro da dádiva, ou seja, como uma prática de (re)criação vincular. Dando continuidade a esse entendimento, veremos que a solidariedade se constitui a partir de múltiplos atos de dádiva e contra-dádiva, bem como de diferentes intenções, gerando diferentes efeitos, porém, sempre associados a algum tipo de criação ou reforço vincular. (p. 418)

A citação do autor deixa claro que essas organizações vão além de uma mera questão legal, uma vez que elas passam também a gerar vínculos em relação à comunidade e a seus membros. As relações entre diretores, colaboradores, voluntários e clientes passam a ser conduzidas pela lógica da dádiva, no sentido de que as trocas passam a ter um sentido amplo, que vai da moral até um elo cujos bens passam a ser espirituais, sem objetivos mercadológicos.

¹ BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/110406.htm>. Acesso em: 02/05/2018.

O importante a se compreender, com relação à solidariedade nessas organizações é que sua ênfase está fundamentalmente na preservação do vínculo, ou seja, para todo aquele que procura uma organização com a finalidade de contribuir com uma causa é necessária à certeza de que, no momento em que se inicia o contato com o outro, seja ele membro ou cliente da instituição, estabelece-se um elo que vai além de uma troca racional equivalente com o objetivo de concluir uma relação. Em outras palavras, não existe similitude de elos, tendo em vista que em todas as ocasiões um receberá mais ou dará mais que o outro.

Essa relação de dádiva entre os participantes da organização se faz de forma desimpedida. Para melhor compreender, recorremos a Steiner (2017), que nos apresenta sua interpretação acerca deste ponto:

Na dádiva organizacional, as organizações desempenham o papel de mediação, colocando a relação de dom longe da influência que doadores e donatários poderiam exercer uns sobre os outros. Com a dádiva organizacional, é possível afirmar seu compromisso, sua solidariedade com as pessoas pouco favorecidas, com os que sofrem, mas a mediação da organização coloca a liberdade e a independência ao abrigo de uma solidariedade excessiva. Solidário, *ma non troppo!* O doador pode comprometer-se e também descomprometer-se facilmente. Ele permanece por trás da organização, que age em seu nome e em nome de muitos outros. Já o donatário está protegido da ingerência que o doador poderia exercer sobre ele por meio de sua doação. Doadores e donatários constituem coletivos com um formato particular: os grupos compõem-se de indivíduos cujo ponto em comum é o elo com a organização que realiza a coleta e a distribuição de fundos. Esse grupo pode ter uma consistência interna mínima: seus membros estão todos ligados à mesma organização, mas sua coesão interna é geralmente fraca, pois o laço com a organização não implica, em absoluto, laços entre os membros do grupo. Por intermédio da organização, terceira parte entre o doador e o donatário, a dádiva organizacional abre e fecha, permite e impede, conecta e desconecta (p. 32-33 – grifos do autor).

Acreditamos que a dádiva não é desfeita com a inserção da pessoa jurídica ante as relações comunitárias, mas a dádiva adquire novos contornos à medida que os laços passam de pessoa física à pessoal física, para pessoa física à pessoa jurídica. Levando em conta, portanto, que a organização passa a existir como se fosse uma pessoa, ou melhor, sua representação avança sobre uma causa e as causas não são mais causas de pessoas, são causas de organizações ancoradas na relação entre dar, receber e retribuir.

O Dom no Voluntariado

Sen e Kliksberg (2010) destacam em *as sete teses sobre o voluntariado na América Latina* que muitos latino-americanos observam o voluntariado como um enigma, formado basicamente pela influência de duas forças contrárias: uma delas encara tais iniciativas ainda como um setor marginal e incipiente não obstante o aumento de seu protagonismo durante as décadas de 1980 e 1990, de outro lado o voluntariado é visto como uma “perda de tempo”, uma forma de caridade incapaz de gerar qualquer efeito positivo na sociedade uma vez que as injustiças sociais de fundo permanecem inalteradas mesmo com o seu incremento. No entanto, atualmente a América Latina vem apontando com intensas e crescentes atividades da sociedade civil apoiadas no voluntariado. Estima-se a existência de mais de 1 milhão de organizações e associações em atividade (SEN; KLIKSBERG, 2010, p. 339).

Em contrapartida às visões pessimistas relativas ao voluntariado, os autores apenas citados passam a apresentar dados, como a campanha voluntária contra a fome, criada por Betinho², mobilizando mais de sessenta milhões de brasileiros, e na Argentina, com a explosão da pobreza entre 2000 e 2002, em que 58% da população e 70% dos jovens estavam abaixo da linha de pobreza, o número de voluntários triplicou entre 1998 e 2002, chegando a abranger um terço da população. Nesse sentido, os autores expõem os seguintes questionamentos:

² Herbert José de Sousa foi sociólogo e ativista dos direitos humanos no Brasil, morreu em decorrência da fragilidade ocasionada pelo vírus da AIDS.

Será mesmo, o voluntariado, marginal, ineficiente e uma perda de tempo? Como explicar o seu gigantesco poder de atração, particularmente entre os jovens, e sua credibilidade numa sociedade, como a latino-americana, totalmente incrédula em relação às lideranças tradicionais, aos partidos políticos, aos líderes empresariais e a muitos outros grupos dirigentes? Não seria hora de rever sinceramente a visão convencional sobre o voluntariado e adotar uma visão realista que permita explorar as suas potencialidades e mobilizar essa força latente que já se manifestou, frequentemente, com tanto vigor e amplitude? (SEN; KLIKSBURG, 2010, p. 336)

No âmbito da adoção de políticas neoliberais em vários países atualmente, segundo Bourdieu (1998, p. 10) “uma das razões maiores do desespero de todas as pessoas está no fato de que o Estado se retirou, ou está se retirando, de certo número de setores da vida social que eram sua incumbência e pelos quais era responsável [...]”. Como exemplos desses setores, ele traz a habitação pública, a televisão e a rádio, a escola pública e os hospitais públicos. A população, desse modo, passa a desacreditar da eficiência do Estado. Falta de investimento, má administração e falta de compromisso podem ser vistos principalmente na saúde, na educação e na segurança.

Em decorrência deste cenário, a sociedade civil, cada vez mais, vem se mobilizando para, de alguma forma, se fazer presente em situações em que pessoas ficam praticamente “entregues à própria sorte”. Não obstante a ação da sociedade civil, em alguns âmbitos, ainda é concebida como um fenômeno através do qual os cidadãos findam por assumir o papel do Estado e que não possui maiores relevâncias para a economia e não promove nenhuma mudança relevante. Um dos exemplos da participação civil é o trabalho voluntário.

Sabemos que muitas pessoas usaram, usam e usarão o trabalho voluntário para sua satisfação pessoal, ao que se pode configurar como sendo uma prática de voluntarismo. Nesta conjuntura, algumas pessoas podem, inclusive, usar de má fé em algumas situações, como é o caso de membros da política ou, de alguma forma, envolvidos nela, que usam ONGs como pretexto para lavar dinheiro. Contudo, não se deve generalizar e propagar a

descrença em comunidades, entidades e organizações pelo comportamento de alguns indivíduos, pois, se formos considerar as práticas humanas, é comum notarmos os malefícios nas mais diversas atividades interpessoais que se possam imaginar. Logo, nas atividades de ação voluntária é relevante também reconhecer que elas estão longe de serem imunes a lideranças de conduta questionável.

Porém, considerando voluntário um trabalhador, como, então, defini-lo? Segundo a descrição realizada pelas Nações Unidas (2016, s/p), verificamos que: “voluntário é o jovem, adulto ou idoso que, devido a seu interesse pessoal e seu espírito cívico, dedica parte do seu tempo, sem remuneração, a diversas formas de atividades de bem estar social ou outros campos”. No Brasil, a definição e a ação do voluntariado toma mais força no governo de Fernando Henrique Cardoso, a partir da Lei nº 9.608, de 18 de Fevereiro de 1998. Atualmente, tendo o Artigo 1º alterado pela Lei nº 13.297³, de Junho de 2016, passando a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º Considera-se serviço voluntário, para os fins desta Lei, a atividade não remunerada prestada por pessoa física a entidade pública de qualquer natureza ou a instituição privada de fins não lucrativos que tenha objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência à pessoa.

Deste modo, o voluntariado na época passou a ter um maior protagonismo no Brasil da década de 1990. Tal fato pode ser corroborado por Bonfim (2010, p. 36):

Este crescimento está relacionado, em parte, às estratégias da mídia, que relaciona, a todo momento, o exercício da “cidadania” às práticas voluntárias, e a um aparato político-jurídico que se expressa através do Ano Internacional do Voluntariado em 2001 e da promulgação da Lei n. 9.790, de 23 de março de 1998, que regulamenta as instituições do “Terceiro Setor”, e da Lei do Voluntariado, n. 9.608, sancionada em 18 de fevereiro de 1998.

3 Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13297.htm> Acessado em: 11/11/2016.

Todavia, além de apenas conceber o voluntariado em sua conotação negativa (uma substituição ao Estado, o qual deveria se encarregar do bem comum), Sen e Kliksberg (2010), a partir de estudos feitos em 35 países mostram que as ONGs eram apoiadas por uma força voluntária de 190 milhões de pessoas, que atendia a cerca de 20% da população adulta dos países analisados, gerando, anualmente, 5% do PIB mundial, colocando-as como a sétima economia do mundo, ultrapassando, dessa forma, o PIB, inclusive, de alguns países desenvolvidos. No caso específico dos países menos desenvolvidos, o Terceiro Setor através de suas Organizações Não-Governamentais, desempenham um importante papel, relativo ao desenvolvimento da sociedade, na medida em que o Estado não consegue agir satisfatoriamente como promotor do bem-estar social. Nesse sentido, Godbout, ao analisar tais iniciativas, comenta:

[...] as organizações não-governamentais (ONGs), nas suas relações com o Terceiro Mundo e portanto com estrangeiros, tentam sobretudo reduzir o número de intermediários e subordinar a sua função a uma ligação direta “doador-receptor”, aproximar os doadores de ajuda ao Terceiro Mundo e os receptores, personalizar a relação entre eles, tomando assim explicitamente suas distâncias com relação à “solidariedade delegada” que caracteriza o Estado. Eis talvez o motivo principal do seu sucesso. O doador sabe que sua doação vai chegar a quem está precisando, que ela não será açambarcada pelos intermediários nem malbaratada nos desperdícios e nos altos salários da burocracia ou no desvio da corrupção. (1999, p. 76)

É importante deixar claro que nosso objetivo aqui não é realizar juízos de valor desproporcionalmente positivos acerca da sociedade civil, bem como do papel do Estado e do Mercado. Buscamos, na verdade, apresentar um horizonte em que o papel do voluntariado possa se revelar como importante para, juntamente com o Estado e o Mercado, promover avanços efetivos na sociedade. A partir desse ponto de vista, encontramos apoio em Fernandes (1995 *apud* VIEIRA, 2009, p. 65), que esclarece:

Não se trata de apresentar uma visão idílica das ONGs ou negar o papel do Estado, do mercado e dos partidos. Existem ONGs que defendem interesses particularistas e ninguém ignora a necessidade de fortalecer, ampliar e aperfeiçoar as esferas estatal-pública e social-privada. Existem agentes privados para fins privados (mercado), agentes públicos para fins públicos (Estado), agentes privados para fins públicos (Terceiro Setor) e também agentes públicos para fins privados (corrupção).

Liszt Vieira (2009) também destaca que as organizações não-governamentais e voluntárias tornaram-se fundamentais meios de apoio aos programas de desenvolvimento nas últimas décadas. Segundo ele, conforme estimativas do PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a atuação das ONGs chega a beneficiar cerca de 250 milhões de pessoas nos países em desenvolvimento. Para que o desenvolvimento e a ampliação do trabalho voluntário possam acontecer é importante ressaltar que existem situações diferenciadas. Os problemas das comunidades e regiões podem ser semelhantes, mas nunca na mesma proporção, em virtude de sua grande diversidade. Para Bonfim:

O fato é que as ações voluntárias atuais, exercidas na sua maioria através das organizações do “Terceiro Setor”, que por sua vez apresentam uma diversidade gigantesca de instituições (desde instituições religiosas baseadas na solidariedade cristã e na filantropia, ONGs de diferentes perfis, fundações ligadas a grupos empresariais, até organizações preocupadas com a luta por direitos sociais), podem estar comprometidas com os mais variados objetivos. Tais instituições, na sua grande maioria, desenvolvem atividades fragmentadas, focalizadas e assistemáticas – pois grande parte delas depende de recursos financeiros externos, como doações individuais e/ou recursos estatais –, e desta forma mostram-se tão propícios às práticas assistencialistas e clientelistas como aquelas observadas no passado (2010, p. 86).

O trabalho voluntário logra cada vez mais espaço no cenário brasileiro, ampliando suas possibilidades. Isso porque aqueles que trabalham

em instituições como voluntários podem estar mais preparados para lidar com as diferenças e adquirirem capacidades inovadoras no trabalho em equipe, as quais poderão ser aproveitadas na vida pessoal e profissional em âmbito mais extenso.

O voluntário, por muitas vezes, é visto como alguém totalmente desinteressado e que possui um único objetivo, que é o de ajudar a outras pessoas. Contudo, gostaríamos de desmistificar tal visão, tendo como base principalmente a Teoria da Dádiva, a qual passa a conceber a condição de voluntário a partir da relação “dar, receber e retribuir”, de forma que não existe, da parte daquele que doa o seu trabalho, tempo ou qualquer que seja o liame estabelecido, apenas uma via de ida.

O voluntário, de acordo com essa teoria, também passa a receber, de forma que existe também um desejo de ter algo em troca. Anteriormente, quando citamos os questionamentos de Sen e Kliksberg a respeito da visão do voluntariado, faz-se também necessário examinar a condição do homem individualista e calculista construído pela modernidade. Nesse sentido, Mauss (2003, p. 307-308) realiza a seguinte reflexão:

[...] não é no cálculo das necessidades individuais que se encontrará o método da melhor economia. Penso que devemos, mesmo na medida em que quisermos desenvolver nossa própria riqueza, ser outra coisa do que puro financistas, ainda que nos tornando melhores administradores. A busca brutal dos fins do indivíduo é prejudicial aos fins e à paz do conjunto, ao ritmo de seus trabalhos e de suas alegrias, é - por efeito contrário - ao próprio indivíduo.

Por fim, o voluntário, para nós, parece ser alguém que, na busca por encontrar um sentido para a sua vida, esquece momentaneamente dos seus problemas pessoais ou mesmo dos seus desejos e oferece para outras pessoas o seu tempo e a sua atenção, em troca de uma mesma retribuição daquilo que recebeu, ou seja, o voluntário passa a desejar em troca daquele tempo oferecido, um sorriso, um olhar, um aperto de mão ou qualquer retorno que possa, de uma forma ou de outra, engrandecê-lo intimamente e *por consequência indireta* de suas ações fomentar o desenvolvimento (FERREIRA, H. M.; VINHAS, F. D., 2012).

Terceiro Setor e Desenvolvimento Social

Podemos, sob perspectiva sociológica, dividir os mecanismos atuantes da sociedade em três setores: a) O Primeiro Setor, que corresponde ao Estado, também conhecido como Setor Público ou Setor Estatal, e está composto pela presidência da república, os governos estaduais, os governos municipais e todas as entidades ligadas diretamente a eles; b) O Segundo Setor, que corresponde ao Mercado, também conhecido como Setor Privado, compoendo o aglomerado de empresas que exercem atividades privadas, ou seja, atividades em seu próprio benefício com fins lucrativos, sendo elas de pequeno, médio e grande porte; e c) O Terceiro Setor, que corresponde ao conjunto de entidades que não possuem fins lucrativos e que passam a agir em atividades que deveriam ser realizadas pelos primeiros dois setores.

Para um melhor entendimento do Terceiro Setor, buscamos autores que nos ajudassem tanto na conceituação quanto no diálogo simbólico. Moura (2012, p. 58) nos apresenta a seguinte definição:

O Terceiro Setor é a ampliação do espaço público através da mobilização de recursos humanos e materiais com o objetivo de satisfazer a importantes demandas sociais que, frequentemente, o Estado não tem condições de atender. O Terceiro Setor corresponde às instituições com preocupações e práticas sociais, sem fins lucrativos, que geram bens e serviços, tais como: ONGs, instituições religiosas, clubes de serviços, entidades beneficentes, centros sociais, organizações de voluntariado, empresas com responsabilidade social, entre outras.

Vieira (2009, p. 63) diz que “a expressão ‘Terceiro Setor’ é, muitas vezes, empregada no sentido de diluir a diferença entre associações civis e empresas de mercado, tal como os ‘setores independentes’, na linguagem oficial da ONU. De acordo com Alves (2002 *apud* MACHADO; PREDEBON, 2011, p.41), “o ‘Terceiro Setor’ é um termo guarda-chuva em que se incluem vários tipos de organizações e no qual, ao mesmo tempo, incluem-se, também, diferentes marcos teóricos”. Por outro lado, Coelho (2000 *apud* MACHADO; PREDEBON, 2011, p. 41) explica que “ao se

procurar certa precisão terminológica, observa-se que essas denominações, apesar de serem frequentemente utilizadas para um mesmo objeto, podem significar coisas diferentes”.

A partir desses conceitos apresentados, é possível haver ambiguidades tanto ao conceito de Terceiro Setor, como ao de Sociedade Civil. Nesse sentido, Hadad (2002 *apud* MOURA, 2012, p. 59) esclarece, no intuito de descomplicar esta confusão tão comum: “[...] há certa tendência de confundir Terceiro Setor com sociedade civil, o que é complicado. O Terceiro Setor é constituído apenas por alguns setores da sociedade civil, setores mais organizados, que se caracterizam como associações sem fins lucrativos”. A sociedade civil, desta forma, estaria em um “plano superior” ao do Terceiro Setor, de forma que este último depende dele tanto para a execução das suas inúmeras atividades, quanto para a sua avaliação, fiscalização e ampliação.

Um fato importante na atuação do Terceiro Setor está na relação contígua que o Estado passa a ter com o Mercado, já que ambos passam a unir esforços em prol de uma causa promovida pela sociedade civil. Corroborando essa afirmação, Moura (2012) elucida:

O Terceiro Setor existe na medida em que exerce atividades de cunho moral, cultural, educacional, esportivo, religioso, ambientalista ou assistencialista. Atua para proteger os interesses da sociedade sendo composto, de forma complementar e dependente, por três segmentos: os financiadores (Estado ou iniciativa privada), o público atendido (chamado de cidadão-beneficiário) e doadores (voluntários). Ao receber investimentos tanto do setor público como do privado o Terceiro Setor rompe com a dicotomia que historicamente os separava (p. 59).

Assim sendo, o Terceiro Setor atua principalmente em esferas que são de responsabilidade do primeiro setor, que por muitas vezes não tem condições de atender à grande demanda derivada da sociedade. Apesar de existirem organizações sem fins lucrativos, que atuam fiscalizando, examinando ou mesmo auditando atividades exercidas pelo Estado, na sua grande maioria, buscam minimizar, de alguma forma, a situação dos mais

desfavoráveis ou mesmo marginalizados. Conforme Machado e Predebon (2011, pp. 41-42), de acordo com os critérios propostos pelo IBGE, temos a seguinte informação:

Segundo essa instituição, para se definir, caracterizar ou enquadrar uma organização sem fins lucrativos, que por sua vez seja de Terceiro Setor, esta deve se enquadrar em cinco critérios ou requisitos: a) privadas, não integrantes, portanto do aparelho de Estado; b) sem fins lucrativos, isto é, organizações que não distribuem eventuais excedentes entre os proprietários ou diretores e que não possuem como razão primeira de existência a geração de lucros – podem até gerá-los, desde que aplicados nas atividades fins; c) institucionalizadas, isto é, legalmente constituídas; d) autoadministradas ou capazes de gerenciar suas próprias atividades; e) voluntárias, na medida em que podem ser constituídas livremente por qualquer grupo de pessoas, isto é, a atividade de associação ou de fundação da entidade é livremente decidida pelos sócios ou fundadores, além de também terem os voluntários como parte integrante e preponderante ao desenvolvimento de suas atividades.

As teorias do desenvolvimento afluem, durante décadas, pareceres acerca do que pode ser feito, e é neste sentido que há uma visão de que a participação da sociedade civil é um novo modo de minimizar as desigualdades sociais e promover a ampliação de novas perspectivas, conforme segue:

As pessoas, ao desenvolverem o capital social, investem em suas próprias potencialidades e as colocam em função e benefício da coletividade, superando alguns estigmas históricos impostos por sistemas políticos e econômicos que procuram manter passiva e inativa a população. Estigmas como: (a) o desenvolvimento deve ser promovido apenas pelo poder público, (b) o pobre não tem competência e conhecimento para resolver problemas complexos, (c) comunidade pobre não possui recursos e por isso não pode se desenvolver, (d) é preciso vir pessoas “estudadas” de outra cidade para resolver os obstáculos de uma comunidade pobre.

Ora, todos estes mitos procuram perpetuar a pobreza e criar no imaginário coletivo posturas e ideias ultrapassadas que estão diretamente ligadas à alienação política, desigualdades sociais e centralização do poder econômico e político (MOURA, 2012, p. 64).

Destarte, Silva e Garcia (2012, p. 5) trazem a seguinte perspectiva:

Os novos modelos de desenvolvimento não podem ser cópias do passado, pois o avanço econômico deve implicar, também, o avanço social, devem chamar a participar toda a sociedade, pois esta dimensão é especialmente trabalhada no que tange ao fortalecimento dos vínculos sociais, afetivos e comunitários, animando as comunidades no exercício de diagnosticar suas realidades e projetar visões de futuro com base em seus talentos e ativos sociais.

A questão do desenvolvimento tem sido um tópico recorrente nas discussões acadêmicas e políticas, principalmente a partir do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Dessa forma, Furtado (2013, p. 108) comenta:

Hoje estou convencido de que os recursos científicos de que dispomos são insuficientes para captar os problemas de nossa civilização material, a começar pelo mais urgente: a superação do subdesenvolvimento, que preocupa a todos nós. Pode-se partir de uma visão microeconômica ou macroeconômica. Mas qualquer que seja o exercício analítico, parece-me cada vez mais patente que a dimensão política do processo de desenvolvimento é incontornável. A história nos demonstra que o avanço social dos países que lideram esse processo não foi fruto de uma evolução automática e inercial, mas de pressões políticas da população. São estas que definem o perfil de uma sociedade, e não o valor mercantil da soma dos bens e serviços por ela consumidos ou acumulados. Em outras palavras, só haverá verdadeiro desenvolvimento – que não se deve confundir com “crescimento econômico”, no mais das vezes resultado de mera modernização das elites – ali onde existir um projeto social subjacente. É só quando prevalecem

as forças que lutam pela efetiva melhoria das condições de vida da população que o crescimento se transforma em desenvolvimento.

Preocupado com as disparidades sociais crescentes entre países e dentro dos países e acreditando que o crescimento econômico, embora necessário, não seja condição suficiente para o desenvolvimento, Sachs (2003, pp. 67-68 – grifos do autor) esclarece:

As margens de liberdade para avançar nessa direção existem e podem ser ampliadas mediante políticas públicas e arranjos institucionais adequados. O caminho do desenvolvimento passa pela via estreita do *voluntarismo responsável*: *voluntarismo* porque, em última instância, o desenvolvimento comporta um elemento de invenção, como insiste Celso Furtado (1984); e *responsável* porque as possibilidades de inflexão do processo de desenvolvimento devem ser avaliadas realisticamente. A responsabilidade social leva a assumir claramente a opção pelos fracos, os sem poder e sem voz, na sua imensa maioria também pobres. O sucesso na promoção do desenvolvimento será medido pelo tempo necessário para que todos eles possam aceder à cidadania plena, ao exercício do conjunto dos seus direitos não apenas políticos, civis, e cívicos, mas também econômicos, sociais e culturais – entre estes o direito ao trabalho digno –, enfim, os direitos coletivos ao desenvolvimento, ao meio ambiente e à infância.

Como podemos ver, a coletividade passa a ter uma maior importância, e a avaliação e mensuração do desenvolvimento que se dava através da renda *per capita*, na passagem para o século XXI, decorrente dos Relatórios do Desenvolvimento Humano publicados pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), passam a considerar o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) como sendo o ponto de partida para um desenvolvimento mais amplo.

As teorias do desenvolvimento vão passando por mudanças da mesma forma que a sociedade, com o avanço dos anos, passa a acolher novos valores e a buscar caminhos para resolver os seus problemas ou

meios de melhor aproveitar as inovações. Neste sentido, o desenvolvimento social questiona algumas verdades:

Enquanto a teoria do desenvolvimento era hegemonicamente tratada pela medida restrita e quantitativa da renda *per capita* e do aumento das rendas nacionais, as medidas de proteção social se afiguravam em segundo plano, já que, na concepção hegemônica liberal de desenvolvimento, a ação do Estado enquanto dinamizador do Bem-Estar resultaria na acomodação e na apatia dos cidadãos, afetando negativamente a oferta de trabalho (ANDRADE; ZIMMERMANN, 2008, p. 9).

No Brasil, foram realizados incontáveis programas, com destaque para os realizados a partir da década de 1970, baseados principalmente em uma tendência política regional, tendo em vista uma melhor concentração de esforços no combate a problemas bem característicos de cada região. Obviamente, os programas regionais eram apenas complementos de programas nacionais que tinham como foco principal a integração nacional. O fato é que, apesar das inúmeras tentativas em criar programas sociais, o desenvolvimento, por diversas vezes no país vêm esbarrando na falta de continuidade de projetos, sobretudo na sucessão de governos.

Para Sen (2010), o desenvolvimento precisa estar baseado principalmente nas liberdades humanas, mas, para que isso aconteça, é necessário que outras determinantes também sejam consideradas, como é o caso das disposições sociais e econômicas e os direitos civis. O autor, desse modo, nos ajuda a compreender que é através da liberdade política que os atores conseguiriam contribuir para uma modificação dos mais diversos tipos de cenários e que nessa sistemática consequentemente teremos melhores condições de obter um progresso econômico. O autor apresenta, em sua obra *Desenvolvimento como liberdade*, a visão de que é necessário interromper os preconceitos atuais e encontrar um equilíbrio a fim de tomarmos as melhores escolhas. Dessa forma:

A necessidade de exame crítico dos preconceitos e atitudes político-econômicas tradicionais nunca foi tão grande. Os preconceitos de hoje (em favor do mecanismo de mercado

puro) decerto precisam ser cuidadosamente investigados e, a meu ver, parcialmente rejeitados. Devemos, porém, evitar ressuscitar os desatinos de ontem, a recusa em ver os méritos dos mercados – até mesmo a inescapável necessidade deles. Temos de estudar a fundo e decidir quais partes têm sentido em cada perspectiva. Meu ilustre conterrâneo Gautama Buda pode ter demonstrado uma predisposição exagerada a ver a necessidade universal do “caminho do meio” (ainda que não tenha chegado a discutir o mecanismo de mercado em particular), mas há algo a ser aprendido nas preleções sobre o não extremismo que ele fez há 2500 anos. (p. 151)

De modo geral, o que pretendemos dizer é que o crescimento do Terceiro Setor, aliado a modificações estruturais e a ampliação das liberdades humanas juntas têm a possibilidade de promover o Desenvolvimento Social e, conseqüentemente, ampliar as perspectivas do protagonista de toda essa história que é o *ser humano*. Além disso, é necessário compreender que todos os esforços são válidos se o objetivo final for o de promover o crescimento do ser humano, pois o desenvolvimento de uma nação, por exemplo, nunca será pleno se o seu maior interessado não possui condições mínimas para sair da condição em que se encontra. Da mesma maneira, é necessário perceber que Mercado, Estado, Sociedade Civil e Terceiro Setor não precisam viver em desarmonia a ponto de sequer dialogarem, mas devem unir forças para reforçar o bem estar geral.

Considerações Finais

Ao iniciar esta pesquisa, tínhamos como intenção apresentar a ideia de que a lógica do desenvolvimento social não estava apenas ligada às esferas do Mercado e do Estado. A busca em mostrar que a lógica economicista não é o único caminho para o desenvolvimento, pois ele é possível por meio de outras formas, como apresentamos através de instâncias de mobilização civil baseadas na dádiva.

A ação do Mercado, Estado e Sociedade Civil na América Latina estão intimamente ligadas à política e ao comportamento econômico da sociedade, o qual nem sempre estão necessariamente relacionados

às relações de assistencialismo e clientelismo. Nossa intenção, com a discussão aqui apresentada, é ampliar tais reflexões e que futuros estudos possam acontecer, no sentido de corroborar a hipótese de que, para que as desigualdades sociais sejam diminuídas, é necessária uma compreensão de que é através do equilíbrio entre a atuação do Mercado, do Estado e da Sociedade Civil que tais desequilíbrios diminuirão.

Desse modo, podemos chegar à conclusão de que a “silhueta” do *homo oeconomicus* atualmente vêm tomando formas de um *homo donator* na medida em que as perspectivas de uma harmonia das esferas já mencionadas vem ocorrendo. A prova disso é a presença do *fato associativo* nas mais diversas comunidades, territórios, espaços, lugares e povoações influenciando o *modus operandi* das novas gerações.

Assim, este trabalho nos ajuda a compreender que este novo *homo donator* pode influenciar as novas gerações e a presença do Terceiro Setor torna-se oportunidade para a ampliação do capital social e quebra de determinações de que o desenvolvimento só pode ser promovido pela esfera do Estado ou do Mercado.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Fabrício Fontes de; ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Desenvolvimento Social e proteção social: o que Existe de Convergência? **Serviço Social em Revista (Online)**, v. 11, p. 32, 2008.

BONFIM, Paula. **A “cultura do voluntariado” no Brasil**: determinações econômicas e ideopolíticas na atualidade. São Paulo: Cortez, 2010, v.5.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Éve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **Contrafogos**: táticas para enfrentar a invasão neoliberal. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1998.

FERREIRA, H. M; VINHAS, F. D. **O trabalho voluntário e a Teoria da Dívida no Terceiro Setor**: o caso de um clube de serviços. São Paulo, 2012.

FURTADO, Celso. **Essencial Celso Furtado**: organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2013.

GODBOUT, Jacques. **O espírito da dádiva**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

_____. Homo donator versus homo oeconomicus. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

HEYWOOD, Andrew. **Ideologias políticas [v.1]**: do liberalismo ao fascismo. São Paulo: Ática, 2010.

MACHADO, Augusto Cesar; PREDEBON, Eduardo Angonesi. Gênero, voluntariado e voluntarismo no Estado do Paraná. **R. Adm. FACES Journal**, Belo Horizonte, n. 2, p. 38-53, abr./jun., 2011, v. 10.

MAUSS, Marcel. **Sociologia e Antropologia**. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MOTA, Leonardo de Araújo e. **A dádiva da sobriedade**: a ajuda nos grupos de Alcoólicos Anônimos. São Paulo: Paulus, 2004.

MOURA, Auricharme Cardoso de. Desenvolvimento social através do Terceiro Setor na cidade de São Francisco. **Revista Desenvolvimento Social**, p. 57-66, 2012.

Nações Unidas. **O trabalho voluntário e a ONU**. 2016. Disponível em: <<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:VGpdIaiEGkgJ:https://nacoesunidas.org/vagas/voluntariado/+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>>. Acesso em: 11/11/2016.

OXFAM BRASIL (2017). **A distância que nos une**: um retrato das desigualdades brasileiras. Disponível em: <<https://www.oxfam.org.br/a-distancia-que-nos-une>>. Acesso em: fev. 2018.

SACHS, Ignacy. **Inclusão Social Pelo Trabalho**: Desenvolvimento Humano, Trabalho Decente e o Futuro dos Empreendedores de Pequeno Porte no Brasil. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

SANTIAGO, Idalina Maria Freitas Lima; OLIVEIRA, Marília Tomaz de. Dádiva e Fato Associativo: estudo empírico nos Clubes de Mães de Campina Grande - PB. In: MARTINS, Paulo Henrique; CAMPOS, Roberta C. (orgs.). **Polifonia do dom**. Recife, PE: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SEN, Amartya; KLIKSBERG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA, José Ultemar da; GARCIA, Neuza Abbud Prado. **A força da Solidariedade no Vale do Jequitinhonha**: o elo de ligação entre projetos sociais, voluntariado e desenvolvimento local. In.: **IX Congresso Virtual Brasileiro de Administração**. São Paulo: Convibra, 2012. pp. 01-13.

STEINER, Philippe. A dádiva organizacional: dádiva à distância e circuitos de troca. **Tempo Social**, Revista de sociologia da USP, v. 29, n. 1, abril, 2017.

VIEIRA, Liszt. **Cidadania e globalização**. 9. ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

VIZEU, Fábio. Contribuições da sociologia da dádiva aos estudos sobre organizações substantivas. **O&S – Salvador**, v.16 – n.50, p. 409-427 – Julho/Setembro – 2009.

CAPÍTULO XIX

COOPERAÇÃO E EMPODERAMENTO FEMININO: O CASO DA COOPERATIVA AGRÁRIA DOS ASSENTADOS DO VALE DO PIQUIRI (COOPERAGRA) E DA ASSOCIAÇÃO DE MULHERES DO ASSENTAMENTO NOSSA SENHORA (AMANA) DO PARANÁ

Nadja Simone Menezes Nery de Oliveira

Universidade Federal da Paraíba

Elenice Silva Carvalho

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Thiago Pereira do Nascimento

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Carla Maria Schmidt

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Nadja Simone Menezes Nery de Oliveira

Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Mestre em Economia Regional pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Trabalho e Gênero da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

E-mail: nadja_menezes@hotmail.com.

Elenice Silva Carvalho

Mestre em Administração pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Graduada em Administração de Empresas pela Faculdade Estácio de Sá de Ourinhos (FAESO).

E-mail: *esilva.carvalho@hotmail.com*.

Thiago Pereira do Nascimento

Especialista MBA em Gestão Contábil, Financeira e Auditoria pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e docente no Instituto Federal do Paraná (IFPR).

E-mail: *thiago.nascimento@ifpr.edu.br*.

Carla Maria Schmidt

Doutorado em Administração pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), Mestre em Administração pela Fundação Universitária Regional de Blumenau (FURB), Graduada em Secretariado Executivo Bilingue pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) e Docente no Programa de Pós-Graduação, Mestrado e Doutorado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio na Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE).

E-mail: *carlamariaschmidt@hotmail.com*.

Introdução

As mulheres são um importante agente na promoção do desenvolvimento de uma região, agentes esses que se configuram em um dos principais intermediários da mudança econômica e social. Dessa forma, o ganho de poder das mulheres nas esferas sociais e intrafamiliar constitui um dos aspectos centrais no processo de desenvolvimento de uma região. Nesse sentido, reduzir as diferenças de gênero constitui uma estratégia de desenvolvimento (SEN, 2000).

A desigualdade entre os gêneros se faz presente em sete aspectos da vida social, a saber: na mortalidade, na natalidade, nos desenvolvimentos básicos derivados das oportunidades de se escolarizar, ou de participar em funções de reconhecimento na comunidade; em termos de formação para o trabalho, postos de emprego, promoção laboral e tipos de ocupação; na propriedade de terras e moradias, o que reduz a voz das mulheres e suas possibilidades de se interessar no comércio, economia e atividades sociais; e, por fim, na divisão do trabalho, expressa nas relações no interior dos lares com as cargas de trabalhos domésticos e de cuidado infantil (SEN, 2001b).

Para Sen (2001a), em sua obra *Desigualdade Reexaminada*, existem disparidades sistemáticas nas liberdades desfrutadas por homens e mulheres em diferentes sociedades, tais diferenças não se resumem exclusivamente a diferenças na renda ou recursos. Apesar dos níveis salariais e de remuneração constituírem uma parte importante no que diz respeito às desigualdades relativas ao gênero. Existem outras esferas diferenciais, como na divisão do trabalho intrafamiliar, na assistência ou educação recebida e nas liberdades que se permitem a diferentes membros desfrutar. Com relação a esfera intrafamiliar, a sobrecarga de trabalho não remunerado gera diversas sequelas às mulheres: dificulta a sua entrada no mercado laboral e reduz suas oportunidades profissionais em ocupações consideradas “masculinas”, de forma que, devido à discriminação salarial e menor valorização das ocupações nas quais se concentram, as mulheres têm rendimentos menores, o que as limita a uma maior participação na informalidade e em empregos sem proteção social (OIT & PNUD, 2009).

O cooperativismo é considerado uma das mais importantes formas de ação coletiva, promovendo inclusão e participação das mulheres, e fora criado baseado nos princípios de igualdade e democracia. Diante disso, Bialoskorski (2000) afirma que o movimento cooperativista não deveria promover a segregação por motivos de raça ou gênero.

A participação das mulheres em ações coletivas como o cooperativismo tem sido importante para o aumento do empoderamento ou para melhoria dessa percepção por elas. De acordo com dados da (OCB), no Brasil, cerca de 52% das cooperadas são mulheres, isto mostra que as mulheres se uniram em grupos para buscar seu desenvolvimento. Ainda,

as atividades realizadas em grupos de cooperação são mais adaptáveis às rotinas das mulheres, como por exemplo, grupos de mulheres que moram próximas e exercem a mesma atividade. Dessa forma, ao se organizarem em cooperativas, as mulheres aplicam o princípio de gestão, repartindo de maneira igualitária o resultado do trabalho (BRASIL,2012).

Nesse sentido, o presente artigo se propõe a analisar o nível de empoderamento das mulheres da Cooperativa Agrária dos Assentados do Vale do Piquiri (Cooperagra) e da Associação de Mulheres do Assentamento Nossa Senhora (Amana), localizadas no município de Mariluz, região noroeste do Estado do Paraná, por meio da análise do Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG) aplicado a essas mulheres, baseado e adaptado da metodologia proposta por Barros, Carvalho e Franco (2003).

As ações coletivas e o cooperativismo

A Nova Economia Institucional tem se desenvolvido ao longo das últimas décadas, com diversos estudos sobre as estruturas de governança e as organizações complexas, dentre elas as formas coletivas de governança (POWELL, 1990; MENARD, 2004). As ações coletivas são reconhecidas de diversas formas dentro dos aportes literários como: redes, *clusters*, *supply chain*, *netchains*, *joint-ventures*, alianças, cooperativas, contratos, associações, dentre outras. (MENARD, 2004; SCHMIDT, 2010).

O cooperativismo, considerado uma importante forma de ação coletiva, surgiu a partir de uma crise econômico-social em 1844 no período da Revolução Industrial na Inglaterra, quando um grupo de operários, a partir de uma tentativa de greve frustrada por melhores salários, se associaram e formaram a primeira cooperativa em Rochdale. O empreendimento foi baseado nos princípios de solidariedade, igualdade, democracia e fraternidade (BIALOSKORSKI, 2000; DALLER, 2010). Sendo assim, o movimento cooperativista não deveria promover a segregação por motivos religiosos, políticos, de raça ou gênero, considerando os mesmos princípios doutrinários de liberdade de associação, de democracia nas decisões e de igualdade entre os associados (BIALOSKORSKI, 2000).

No Brasil, o cooperativismo possui legislação própria (Lei nº 5764, de 1971, p.01), que define as cooperativas como “sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados”.

O cooperativismo é representado pelo Sistema OCB, composto pela Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), da Confederação Nacional das Cooperativas (CNCoop) e do Serviço Nacional de aprendizagem do Cooperativismo (Sescoop). Conforme dados da OCB (2015), o Brasil possui mais de 6,8 mil cooperativas distribuídas em 13 ramos de atividade, alcançando o patamar de 11,5 milhões de associados e gerando cerca de 340 mil empregos formais. No setor agropecuário, no ano de 2013, eram 1.597 cooperativas, mais de um milhão de associados e mais de 160.000 empregos formais.

De acordo com Bialoskorski (2000), o que diferencia as sociedades cooperativas das sociedades de capital é que, nas cooperativas, cada associado tem apenas o direito a um único voto, e nas sociedades de capital o voto é proporcional ao capital de cada investidor. Já a OCB (2015) destaca que o cooperativismo pode ser considerado o modelo de negócio mais viável para o desenvolvimento sustentável, considerando seu papel de inclusão social, econômica e cultural.

O objetivo final é promover o desenvolvimento econômico e o bem-estar de todos os seus cooperados, bem como da comunidade em que se inserem. Nesse modelo empresarial, as decisões são tomadas coletivamente e os resultados obtidos são distribuídos de forma justa e igualitária, na proporção da participação de cada membro. Ao invés de concentrar o lucro em uma ou em poucas pessoas, os resultados das cooperativas são distribuídos entre todos os seus associados, impulsionando geração de renda e inserção social (OCB, 2015, p.18).

É importante ressaltar, conforme Tierling (2016, p.63), que “embora o cooperativismo seja uma forma de associação de pessoas, o associativismo e o cooperativismo possuem diferenças marcantes, a iniciar pelas suas finalidades”. O cooperativismo abrange aspectos econômicos

e pode realizar atividades comerciais, operações financeiras, bancárias e candidatar-se a empréstimos e aquisições do governo federal, podendo ainda, as cooperativas de produtores rurais serem beneficiadas com o crédito rural.

No sistema agroindustrial o cooperativismo é uma forma importante para produtores rurais, possibilitando a agregação de valor ao seu sistema de produção e ao equilíbrio do mercado. Sendo assim, estas organizações de trabalho também podem vir a usufruir de vantagens, quando comparadas a outras empresas no que diz respeito à coordenação dos Sistemas Agroindustriais (SAGs) (BIALOSKORSKI, 2000).

Para reforçar a importância das cooperativas no setor agroindustrial, segundo dados do (IBGE) referente ao último Censo Agropecuário realizado no ano de 2006, o modo cooperativista representou aproximadamente 48% do total da produção de alimentos do país, sendo responsável pela inclusão de pequenos produtores no mercado (OCB, 2015).

O Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG): conceituação e relação com o cooperativismo

Vem se registrando nos últimos anos o surgimento de políticas e visibilidade nos estudos teóricos sobre o desenvolvimento e igualdade de gênero e a valorização da mulher. Segundo Kabeer (s/d apud MELLO e BANDEIRA, 2005, p.47), gênero é o “conjunto de normas, valores, costumes e práticas através das quais a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada”.

Passos (2000, p.4):

Como gênero é diferente de sexo, relações de gênero também não significa relações entre dois sexos e sim como eles são interpretados socialmente e historicamente. Isso porque, essa relação, assim como o conceito de gênero, só poderá ser entendida no contexto histórico e social. Ela não tem o mesmo significado em qualquer local e em qualquer tempo, ao contrário, varia e assim, o que poderá significar ser mulher em uma cultura poderá ser diferente em outra, do mesmo modo pode-se dizer do que é ser homem.

Stromquist (s/d, apud León, 1997) define o empoderamento como um processo para mudar a distribuição de poder, tanto das relações interpessoais como nas relações institucionais na sociedade. Ao aplicar as teorias do empoderamento a um contexto de gênero, a autora ressalta a necessidade de as mulheres enfrentarem os problemas que afetam diretamente a elas, no qual implica em um processo para gerar consciência política e criar pressão para alcançar mudanças na sociedade.

Nessa direção, Friedman (1996) argumenta que o empoderamento diz respeito a toda forma de acréscimo de poder, seja induzido ou conquistado, que permite aos indivíduos ou unidades familiares elevarem a eficácia do seu exercício de cidadania. Conforme esse autor, existem três tipos de empoderamento que são importantes para as unidades domésticas, a saber: o empoderamento social, o político e o psicológico.

O empoderamento social se refere ao acesso a determinadas bases de produção doméstica, por exemplo, informação, conhecimento e técnicas, e recursos financeiros. Tal tipo de empoderamento presume o acesso **às instituições e serviços**, e a capacidade de influência no ambiente público. O empoderamento político corresponde ao processo pelo qual são tomadas as decisões, esse, no entanto, não está relacionado tão somente com o poder de voto, mas principalmente com o poder de voz e da ação coletiva. Por fim, o empoderamento psicológico ou pessoal ocorre quando há um despertar da consciência no que se refere à autonomia e desenvolvimento individual; abrange desde questões que se referem a autoestima e autoconfiança, como também a ter controle sobre a própria sexualidade, reprodução e segurança pessoal, provém da consciência individual de força (FRIEDMAN, 1996).

Em relação às políticas públicas de valorização da mulher, no Brasil, a Medida Provisória nº 726, de maio de 2016, extinguiu o Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial, da Juventude e dos Direitos Humanos, que havia sido criado em 2015. Com a reforma, a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), passou a ser vinculada ao Ministério da Justiça e Cidadania. A SPM foi criada em 2003 com o objetivo de combater todas as formas de preconceito e discriminação, por meio da valorização da mulher e de sua inclusão no processo de desenvolvimento social, econômico, político e cultural (SPM, 2016).

Ainda nesse contexto, em 2004, seguindo os princípios da Aliança Cooperativa Internacional, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), sobre a competência do Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural (Denacoop), promoveu a incorporação do componente gênero como política pública, com a criação do Programa Coopergênero. O programa tinha como objetivo contribuir para a construção da equidade de gênero nas cooperativas e associações e apoiar as ações de capacitação e geração de renda com base no desenvolvimento sustentável MAPA (2009).

Daller (2010, p.6), afirma que a criação do programa Coopergênero baseou-se em análises de dados da Confederação Brasileira dos Trabalhadores na Agricultura e dados do censo IBGE 2002:

- Dos 16 milhões de trabalhadores rurais, as mulheres são as que enfrentam o trabalho mais precário e não remunerado e, as que exercem trabalho remunerado recebem 25% menos que os homens, embora desempenhando as mesmas funções.
- As mulheres representam 50% da população rural em idade produtiva, entre 15 e 55 anos, correspondendo a 36% da população rural economicamente ativa.
- Entre a população mais pobre do campo as mulheres representam 62%, sendo que 56,5% começam a trabalhar antes de completar 10 anos de idade.

A influência das relações de gênero foi destacada em estudo realizado por Tierling (2016) em uma cooperativa de agricultura familiar, em que a predominância da atuação masculina se apresentou como um limitador ao alcance de maiores benefícios do grupo. Ainda destacou em seu estudo que, a inclusão do trabalho feminino na propriedade era feita apenas em algumas atividades que não geravam riscos às mulheres e tampouco pudessem reduzir sua atuação nas tarefas domésticas.

Nesse contexto, o Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG) é formado por 10 dimensões, conforme resume o Quadro 1. Tal índice é baseado na metodologia proposta de Barros, Carvalho e

Franco (2003). Fazendo as adaptações de nomenclatura necessárias ao modelo original, a fim de atender os objetivos do presente estudo, o modelo para a construção do IEDG é descrito como se segue.

Quadro 1 - Composição do Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG). Fonte: Elaborado pelos autores.

Dimensões	Variáveis selecionadas para a pesquisa
i) Acesso ao trabalho	Disponibilidade de trabalho; qualidade do posto de trabalho.
ii) Acesso ao conhecimento	Analfabetismo; escolaridade; qualificação.
iii) Posse de ativos	Titular de terras, bens e imóveis.
iv) Condições habitacionais	Posse do domicílio; tipo de material do domicílio; acesso à água; acesso à energia elétrica; acesso a rede de esgoto; acesso à coleta de lixo; acesso à rua pavimentada.
v) Disponibilidade de recursos	Renda familiar <i>per capita</i> ; linha de pobreza, linha de extrema pobreza, capacidade de geração de renda.
vi) Percepção de Empoderamento	Participação nas decisões na família e da propriedade; Valorização das opiniões tanto na família como na comunidade local; Percepção de empoderamento devido participação em cooperativa/associação; Percepção de mais igualdade entre os sexos; Maior poder de decisão na propriedade; família e sociedade devido a participação na cooperativa/associação.
vii) Fecundidade	Uso de contraceptivos; compartilhamento da maternidade.
viii) Acesso à saúde	Prática de exercícios físicos; adesão aos planos de saúde particulares; acesso à rede pública de saúde.
ix) Vulnerabilidade social	Sofreu algum tipo de discriminação.
x) Uso do tempo	Uso do tempo livre; acesso ao cuidado infantil. Responsabilidade pelas atividades na propriedade e na família.

Histórico da Cooperagra e Amana

A Cooperagra e a Amana, tem sua história iniciada no ano de 1998 com a chegada do Movimento Sem Terra na fazenda Nossa Senhora Aparecida, situada no município de Mariluz-PR, região noroeste do Paraná. Desde então, o movimento passou por constantes batalhas políticas e ideológicas, enfrentando enormes desafios, até que no ano de 2002 conquistaram o título de Assentamento.

No ano 2008, a Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários IEES/UEM iniciou um trabalho de educação continuada junto aos moradores do assentamento, por meio de projeto de extensão institucional. O projeto tinha como objetivo estimular apropriação das teorias da ação coletiva e fortalecimento econômico, com a proposta de incubação de uma cooperativa, a Cooperagra.

Foram 2 anos de trabalho incubado, período em que outras instituições parceiras também ofertaram cursos e treinamentos aos assentados, até que em 2010 a Cooperativa Agrária dos Assentados Vale do Piquiri - Cooperagra foi formalizada e entregue aos fundadores assentados. A partir daí os cooperados iniciaram um processo de fortalecimento e amadurecimento, para mais tarde adentrar na produção de grãos e leite.

A partir da cooperativa formada e operando, o crescimento econômico dos assentados evoluiu consideravelmente, porém, outros desafios surgiam, um deles relacionados às mulheres residentes no assentamento, pois, a maioria maciça de cooperados era formada por homens. Então, novamente por intermédio da Incubadora de Empreendimentos Econômicos Solidários IEES/UEM, idealizou-se a criação de uma Associação de Mulheres, visando envolvê-las no processo de fortalecimento do Assentamento, trazendo possibilidades de atuação e valorização do trabalho feminino dentro do mesmo espaço. Assim, no ano de 2015, foi fundada a Associação de Mulheres do Assentamento Nossa Senhora Aparecida – Amana.

As mulheres se motivaram a envolver-se nos processos produtivos, aumentando inclusive o número de mulheres que passaram a ser cooperadas da Cooperagra em paralelo com a Associação de Mulheres –

Amana. Atualmente as duas funcionam em conjunto no mesmo espaço e por meio de parcerias e formação dos membros, vislumbram possibilidades de fortalecimento e amadurecimento.

A associação e a cooperativa estão localizadas no município de Mariluz, região noroeste do estado do Paraná. De acordo com o Censo 2010, o município de Mariluz conta com uma população de 10.224 habitantes. Maior parte dessa população está concentrada na área urbana que conta com 8.467 habitantes (82,8%), sendo que os demais 1.757 habitantes (17,2%) estão domiciliados na zona rural do município. Conforme o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES, 2016), a taxa de pobreza¹ de Mariluz incide em aproximadamente 13,96% de sua população. Com um IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) de 0,639 e Índice de Gini de 0,4619.

Com relação ao mercado de trabalho, observa-se que a geração de emprego tem se expandido, ocupando aproximadamente 95,2% da População Economicamente Ativa (PEA), no ano de 2010. Além disso, o setor primário, mais especificamente, a agropecuária corresponde a principal atividade no que se refere à geração do Valor Bruto Nominal da Produção Agropecuária o qual representa uma estimativa da geração de renda do meio rural, e de acordo com os dados da Secretaria da Agricultura e Abastecimento do Estado do Paraná (DERAL), alcançou no ano de 2015 a cifra correspondente a R\$ 148.274.666,53.

Metodologia e Fonte de Dados

Para elaboração do presente trabalho utilizou-se da pesquisa bibliográfica para fins de contextualização e definição do tema proposto. Em seguida, com o objetivo de identificar o grau de empoderamento das mulheres que fazem parte da Cooperativa Agrária dos Assentados do Vale do Piquiri (Cooperagra) /ou da Associação de Mulheres do Assentamento Nossa Senhora Aparecida (Amana) e as variáveis determinantes para isso, utilizou-se da técnica de levantamento ou *survey*, pela qual foram coletados

¹ Proporção dos indivíduos com renda domiciliar per capita igual ou inferior a R\$ 140,00 mensais, em reais de agosto de 2010. O universo de indivíduos é limitado àqueles que vivem em domicílios particulares permanentes.

dados junto à população a fim de obter informações quanto aos aspectos de empoderamento individual.

Desse modo, do ponto de vista da abrangência da pesquisa, pode-se classificá-la como qualitativa, pois, por meio da análise de questionário aplicado *in lócus*, identificou-se e discutiu-se uma população específica, isto é, as mulheres associadas a Cooperativa Agrária dos Assentados do Vale do Piquiri (Cooperagra) /ou a Associação de Mulheres do Assentamento Nossa Senhora Aparecida (Amana), representativa da comunidade rural de Mariluz. A natureza da pesquisa pode ser classificada como exploratória e descritiva. Tal método visa abordar um caso específico sendo necessário desenvolver as fontes de informação e posteriormente descrevê-las por meio de modelos teóricos (GIL, 2008).

O levantamento dos dados primários foi realizado no primeiro trimestre de 2017 por intermédio da pesquisa de campo, via aplicação direta de questionário às mulheres que fazem parte da Cooperagra e da Amana, por meio de um encontro realizado com essas mulheres. Dessa forma, foi utilizada técnica de amostragem não-probabilística: a amostragem objetiva e por conveniência. De acordo com Maroco (2003) a amostragem objetiva caracteriza-se pelo acesso rápido aos subgrupos pesquisados e que estarão mais receptivos à pesquisa. Embora, participem da Cooperagra e Amana 111 mulheres, o tamanho da amostra a ser analisada corresponde a 17 entrevistadas que participaram do encontro, o que corresponde a uma amostra de 15,32% da população total.

Para compor o IEDG de Mariluz foram selecionadas as variáveis indicadas no Quadro 1 e, a partir dessas variáveis, foram elaboradas as questões que compuseram o questionário aplicado no município. Tal questionário foi elaborado de modo a incorporar todas as dimensões do IEDG, e sua estrutura contou com 44 questões, sendo 37 questões fechadas e direcionadas e sete questões abertas, nas quais foram abordadas questões referentes as atividades desempenhadas na propriedade, o tamanho da mesma, as principais culturas desenvolvidas na propriedade; e se a participação na cooperativa a fazia sentir-se mais empoderada.

De posse desses dados, calculou-se o Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG) para as mulheres associadas à

Cooperagua e/ou Amana para análise e discussão conforme poderão ser observadas na próxima seção.

O Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG) é dividido em dez dimensões, avaliadas com base nas informações do questionário aplicado e sintetizadas no indicador, a saber: i) acesso ao trabalho; ii) acesso ao conhecimento; iii) posse de ativos; iv) condições habitacionais; v) disponibilidade de recurso; vi) empoderamento político; vii) fecundidade; viii) acesso à saúde; ix) vulnerabilidade física e psíquica e x) uso do tempo. Cada qual dessas dez dimensões representa, em parte, o acesso aos meios necessários para que os indivíduos sejam capazes de satisfazer as suas necessidades, no que concerne ao empoderamento e desenvolvimento.

A construção do IEDG do presente trabalho terá como base as informações básicas contidas no questionário aplicado com as mulheres associadas à Cooperagra e/ou Amana. Serão atribuídos pesos idênticos a todas as variáveis pertencentes ao mesmo componente, bem como a todos os componentes de uma mesma dimensão e ainda para todas as dimensões.

O peso atribuído para variáveis de diferentes componentes não é o mesmo, uma vez que tanto o número de componentes por dimensão como o número de variáveis por componentes variam. Entretanto, a ponderação é padronizada de tal modo para que seja possível que o grau de empoderamento de cada indivíduo varie entre 0 (para os indivíduos sem nenhum traço de empoderamento) e 1 (para os indivíduos plenamente empoderados). As dez dimensões se estendem em componentes que, ao seu turno, demandam diferentes indicadores para representá-los.

A divisão sexual do trabalho, que ao seu turno designa às mulheres o espaço reprodutivo (privado) e aos homens o espaço produtivo (público), é considerada determinante estrutural da relação de pobreza das mulheres em relação aos homens. Tal divisão é a base da desigualdade de oportunidades que possuem as pessoas de diferentes sexos para ter acesso aos recursos materiais e sociais (propriedade de capital produtivo, trabalho remunerado, educação e capacitação) bem como de participar da tomada das principais decisões políticas, econômicas e sociais que regulam o funcionamento de uma sociedade (BRAVO, 1998).

De acordo com Bravo (1998), a alta participação das mulheres no trabalho doméstico não remunerado (invisível), as torna invisíveis como atores, como sujeitos do desenvolvimento. Assim, tão somente quando o trabalho doméstico é reconhecido como um trabalho socialmente necessário é possível oportunizar para as mulheres a recuperação do seu papel de sujeito do desenvolvimento e objeto de políticas.

Nesse contexto, na dimensão 1 estão presentes as variáveis que tratam do acesso ao trabalho, dentre os múltiplos componentes que pode possuir, no presente trabalho serão utilizadas as seguintes variáveis: disponibilidade de trabalho e qualidade do posto de trabalho.

A dimensão 2, acesso ao conhecimento, é composta por três componentes: analfabetismo; escolaridade; qualificação. Uma situação ideal para o primeiro componente, medida pelo indicador ausência de adulto analfabeto, seria aquela em que sua proporção fosse igual a 1, isto é, que todos os adultos questionados fossem alfabetizados. Valores abaixo de 1 são considerados uma privação relevante, pois uma situação como esta representará a presença de analfabetismo, baixo grau de escolaridade e qualificação profissional no domicílio.

A Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO) definia em 1958 como alfabetizada uma pessoa que possuísse a capacidade de ler e escrever, um enunciado simples relacionado à sua vida diária. Contudo, como reflexo das próprias mudanças sociais, esse conceito vem se redefinindo ao longo dos últimos anos e desde 1978 essa instituição vem adotando os conceitos de analfabetismo e analfabetismo funcional. Nesse sentido, é analfabeta funcional a pessoa incapaz de utilizar a leitura e escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida.

Seguindo essa conceituação, a partir de 1990 o IBGE passa a divulgar índices de analfabetismo funcional, adotando o critério de não auto-avaliação dos entrevistados, mas sim o número de séries escolares concluídas. Considerando que é alfabetizada a pessoa que sabe ler e escrever um recado ou bilhete simples no idioma que conhece, até mesmo a pessoa alfabetizada que se tornou física ou mentalmente incapacitada de

ler ou escrever. No que diz respeito ao analfabetismo funcional passou a ser adotado o critério de que é analfabeto funcional o indivíduo com menos de quatro anos de estudo.

Assim, com relação à alfabetização, será levado em conta que o adulto analfabeto será aquele que não sabia ler e escrever e o adulto analfabeto funcional aquele com menos de 4 anos de estudo.

A posse de ativos representa a terceira dimensão do IEDG e pretende quantificar a titularidade de terras, bens e imóveis por parte das mulheres.

A quarta dimensão diz respeito às condições habitacionais e é composta pelas variáveis: posse do domicílio; tipo de material do domicílio; acesso à água; acesso à energia elétrica; acesso a rede de esgoto; acesso à coleta de lixo; acesso à rua pavimentada.

A disponibilidade de recursos representa a quinta dimensão que compõe o IEDG, essa dimensão é formada pelas variáveis: renda familiar *per capita*; linha de pobreza, linha de extrema pobreza e capacidade de geração de renda. Embora o foco do presente estudo seja a análise do empoderamento das mulheres associadas à Cooperagra e/ou Amana, também se fez necessário utilizar linhas de pobreza e de extrema pobreza ou indigência. Desse modo, para a dimensão 5, as linhas de pobreza utilizadas para compor o IEDG, corresponderá a $\frac{1}{2}$ salário mínimo do ano de 2017. Já as linhas de extrema pobreza serão representadas por $\frac{1}{4}$ de salário mínimo do ano de 2017.

A sexta dimensão, percepção de empoderamento, é representada pelas variáveis: participação nas decisões na família e da propriedade; valorização das opiniões tanto na família como na comunidade local; percepção de empoderamento devido participação em cooperativa/ associação; percepção de mais igualdade entre os sexos; maior poder de decisão na propriedade; família e sociedade devido a participação na cooperativa/associação.

A sétima dimensão aborda a fecundidade sendo essa composta pelas variáveis: uso de contraceptivos; compartilhamento da maternidade. Sabe-se que a cultura tende a identificar as mulheres como únicas responsáveis

pela reprodução biológica na sociedade, há, no entanto, forte pressão por parte da sociedade ao exigir tal obrigação. Assim, é fundamental tratar o tema dos direitos de reprodução, os aspectos culturais que regem a relação entre os gêneros em matéria de sexualidade e procriação em distintos contextos sociais, para que não haja uma fecundidade mais elevada do que aquela desejada pelas mulheres, principalmente em setores pobres das áreas urbanas e rurais.

O acesso à saúde compõe a oitava dimensão do IEDG e é formada pelas variáveis que visam captar a prática de exercícios físicos, a adesão aos planos de saúde particulares e o acesso à rede pública de saúde.

A dimensão vulnerabilidade social compõe da nona dimensão do Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG), da qual é possível extrair as variáveis que buscam captar se as mulheres entrevistadas já sofreram algum tipo de discriminação, sejam elas sociais, raciais, de gênero, etc.

O tempo é um recurso necessário para realizar diversas atividades, tais como o estudo, a participação social e o trabalho. Assim, a décima e última dimensão, uso do tempo, pretende medir o uso do tempo livre; o acesso ao cuidado infantil, e a responsabilidade pelas atividades na propriedade e na família.

Para a construção do IEDG, assim como proposto em Barros, Carvalho e Franco (2003), utilizou-se o indicador sintético S derivado de uma série de indicadores básicos, em razão de ser essa a forma mais simples de elaboração de indicadores sintéticos.

Os pesos dados às dimensões e a seus componentes correspondentes são simétricos, isso se deve ao fato de não ser possível saber as preferências e os gostos da população que se analisa. Uma vez que para as variáveis de um mesmo componente são atribuídos pesos iguais, e às variáveis pertencentes a uma mesma dimensão e até mesmo essas últimas também recebam pesos idênticos, entretanto, uma vez que se alteram tanto a quantidade de componentes como o número de variáveis por componentes, o peso aplicado para as variáveis de componentes distintos não obedece à regra de que será sempre o mesmo.

Nesse sentido, a ponderação dos pesos obedece à regra de tal modo que o grau de empoderamento das mulheres que fazem parte da Cooperativa dos Assentados do Vale do Piquiri (Cooperagra) e/ou da Associação de Mulheres do Assentamento Nossa Senhora Aparecida – Amana se situe entre 0 e 1. Em que, a variabilidade igual a 0 do grau de empoderamento representa aquelas mulheres sem qualquer traço de empoderamento, ao passo que a variabilidade do grau de empoderamento igual a 1 representa as mulheres com grau máximo de empoderamento.

Assim, o indicador sintético global de empoderamento, S , pode ser representado de acordo com a seguinte especificação:

$$S = \frac{1}{10} \sum_{K=1}^{10} \left(\frac{1}{m_k} \sum_{j=1}^{m_k} \left(\frac{1}{n_{jk}} \sum_{i=1}^{n_{jk}} B_{jki} \right) \right)$$

em que B_{jki} diz respeito ao i -ésimo indicador básico do j -ésimo componente da k -ésima dimensão, m_k o número de componentes da k -ésima dimensão, n_{jk} a quantidade de indicadores do j -ésimo componente da k -ésima dimensão.

Isto é, o indicador sintético de cada componente, S_{jk} , corresponde à média aritmética dos indicadores utilizados para a representação deste componente. Do mesmo modo, o indicador sintético de cada dimensão, S_k , é a média aritmética dos indicadores sintéticos dos seus componentes. E, finalmente o indicador sintético global, S , é a média aritmética dos indicadores sintéticos das sete dimensões que o compõem.

Resultados e Discussões

A presente sessão evidencia os resultados da pesquisa, com base nas entrevistas realizadas. A Tabela 1 apresenta a caracterização da amostra, ou seja, as principais características sociais e demográficas da população entrevistada.

A faixa etária dos indivíduos predominantemente está entre 46 e 70 anos (53%); as mulheres entrevistadas que tinham até 25 anos totalizaram aproximadamente 12% da amostra; aproximadamente 24% correspondem à idade entre 26 e 35 anos; e 5,88% das entrevistadas estavam na faixa etária

de 36 a 45 anos. Com relação à etnia das entrevistadas, essas declararam pertencer em sua maioria a etnia branca (65%); seguida da etnia parda (24%), as etnias negra e indígena representaram cada qual aproximadamente 6%.

As entrevistadas eram, em sua maioria, casadas ou em união estável (76%), seguido dos indivíduos solteiros que somaram 18% do total. Importante ainda destacar que, 85% das entrevistadas possuíam filhos e mais da metade desta proporção, aproximadamente (65%), possuíam até 2 filhos.

O nível de escolaridade majoritário é das que possuem ensino fundamental completo, o que representa aproximadamente 53% da amostra, e aquelas que têm o ensino médio completo (29%). Quanto à renda familiar das entrevistadas, elas estão assim distribuídas: até R\$ 500,00 (18%); de R\$ 1.000,00 até R\$2.000,00 (47%); a faixa de renda de R\$ 2.000,00 até R\$3.000,00 representou 29% da amostra, e a renda familiar acima de R\$ 3.000,00 aproximadamente 6% desta.

Tabela 1 – Distribuição sociodemográfica das mulheres que fazem parte da Cooperagra e da Amana, segundo a faixa etária, estado civil, escolaridade, etnia e renda familiar

Variáveis	Características	%
Faixa Etária	até 25 anos	11,77
	De 26 a 35 anos	23,53
	De 36 a 45 anos	5,88
	De 46 a 70 anos	52,94
	Não responderam	5,88
Etnia	Branca	64,7
	Indígena	5,88
	Negra	5,88
	Parda	23,53
Estado civil	Solteira	17,65
	Casada	64,7
	União estável	11,77
	Divorciada	5,88
	Viúva	0

Continuação da Tabela 1

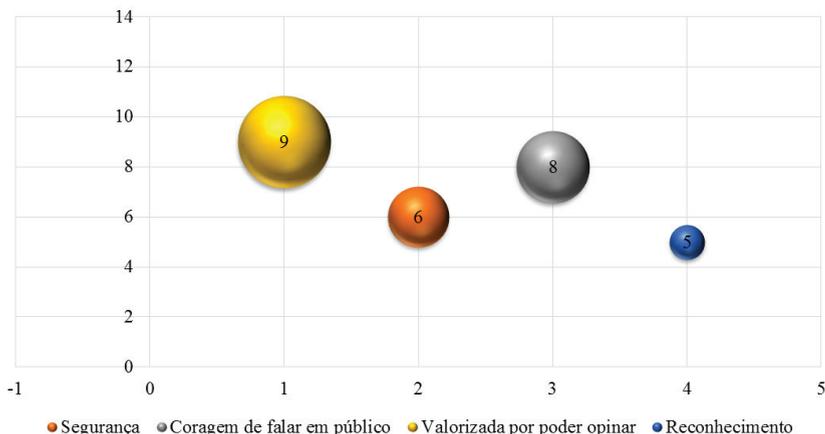
Variáveis	Características	%
Escolaridade	Ensino fundamental completo	52,94
	Ensino fundamental incompleto	11,77
	Ensino médio completo	29,41
	Ensino superior incompleto	5,88
Renda familiar	Até R\$ 500,00	17,65
	De R\$ 500,00 até R\$1.000,00	0
	De R\$ 1.000,00 até R\$ 2.000,00	47,06
	De R\$ 2.000 até R\$ 3.000,00	29,41
	Acima de 3.000,00	5,88

Fonte: Resultados da pesquisa, 2017.

Em relação ao tamanho da propriedade, aproximadamente 88% possuíam no máximo 8 alqueires de terra, que apesar de não ser objeto do estudo, essa característica apresentada pelas famílias é proveniente de agricultura familiar, tanto no requisito tamanho da propriedade, quanto em outros requisitos analisados como utilização de mão de obra familiar nas atividades da agricultura (TIERLING, 2016).

Na sequência foram questionadas se a participação na cooperativa ou na associação havia contribuído para alguma mudança de comportamento e atitude. Nesta questão, cada entrevistada apontou até quatro fatores. Para facilitar a exposição, as expressões foram agrupadas nas categorias que estão apresentadas na Figura 1. O tamanho de cada bolha da Figura ilustra as categorias que foram mais vezes apontadas como motivos para a contribuição da participação na Cooperagra e/ou Amana na mudança de atitude das entrevistadas.

Figura 1- Fatores indicados pelas entrevistadas como fonte de mudança de atitude e sentimento de realização



Fonte: Resultados da pesquisa, 2017.

O fato de se sentir valorizada por poder opinar foi apontada pela maioria das entrevistadas (a questão foi citada 9 vezes). Na sequência está a coragem de falar em público, assinalado em 8 vezes como um fator promotor de mudança de atitude devido a participação na cooperativa e/ou associação. Já o fator segurança ocupa a terceira posição no *ranking* desses fatores, as expressões correlacionadas foram citadas 6 vezes. Na quarta, e menor bolha, está o fator reconhecimento, assinalada em 5 vezes pelas entrevistadas.

Destarte, é possível considerar que a participação na Cooperagra e/ou na Amana contribuiu de forma positiva para o sentimento de mudança de atitude e sentimento de reconhecimento por parte das entrevistadas, principalmente no quesito “se sentir valorizada por poder opinar”. Isto está em consonância com o que argumenta Friedman (1996), no que se refere ao empoderamento psicológico ou pessoal que ocorre quando há um despertar da consciência no que se refere a sua autonomia e desenvolvimento individual.

O empoderamento das mulheres da Cooperagra e da Amana

Identificadas as principais características da população entrevistada, a presente seção destina-se a analisar os resultados obtidos do cálculo do Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG). Nesse sentido, a Tabela 2 mostra os resultados sumarizados para as mulheres que fazem parte da Cooperagra e/ou da Amana.

Tabela 2 – Indicadores multidimensionais de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG) das mulheres que fazem parte da Cooperagra e da Amana

Descrição	
IEDG	0,5764
1 – Acesso ao trabalho	0,7941
Disponibilidade de trabalho	1,0000
Qualidade posto de Trabalho	0,5882
2 – Acesso ao Conhecimento	0,4902
Analfabetismo	1,0000
Escolaridade	0,4118
Qualificação profissional	0,0588
3 – Posse de ativos	0,6667
Titularidade de terras, bens e imóveis	0,6667
4 – Condições Habitacionais	0,4202
Propriedade	0,9412
Tipo de material de construção do domicílio	0,6471
Acesso à água	0,3529
Acesso à energia elétrica	0,9412
Acesso à rede de esgoto	0,0588
Acesso à coleta de lixo	0,0000
Acesso à rua pavimentada	0,0000
5 – Disponibilidade de Recursos	0,7316
Pobreza	0,5000
Extrema Pobreza	0,8125
Capacidade de geração de renda	0,8824

Continuação da Tabela 2

Descrição	
6 – Percepção de Empoderamento	0,9063
Participação nas decisões na família e da propriedade	0,7500
Valorização das opiniões tanto na família como na comunidade local	0,8750
Percepção de mais igualdade entre os sexos	1,0000
Percepção de maior poder de decisão na propriedade; família e sociedade devido a participação na cooperativa/ associação	1,0000
7 – Fecundidade	0,3942
Uso de contraceptivos	0,2500
Compartilhamento da maternidade	0,5385
8 – Acesso à Saúde	0,4902
Prática de exercícios físicos	0,4706
Adesão aos planos de saúde particulares	0,0625
Acesso à rede pública de saúde	0,9375
9 – Vulnerabilidade social	0,5333
Sofreu algum tipo de discriminação	0,5333
10 – Uso do tempo	0,3367
Uso do tempo livre	0,4375
Acesso ao cuidado infantil	0,0909
Responsabilidade pelas atividades na propriedade e na família	0,4818

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do questionário aplicado.

Como pode ser observado, o resultado do IEDG mostra um grau de empoderamento e desenvolvimento moderado (0,5764) das mulheres. No que se refere aos indicadores da dimensão acesso ao trabalho, estes tiveram um resultado alto em comparação a maioria dos indicadores das demais dimensões. O destaque positivo está na disponibilidade do trabalho, pois 100% das mulheres da amostra em idade ativa estão ocupadas. A questão

da qualidade do posto de trabalho responsável por avaliar o acesso a ocupações que não fossem agrícolas mostrou que aproximadamente 58,82% das entrevistadas além de estarem trabalhando em atividades do campo, também possuem outra atividade não agrícola.

Entre todos os meios que um indivíduo pode dispor para satisfazer suas necessidades, sem dúvida, o acesso ao conhecimento, que forma a segunda dimensão do IEDG, se encontra entre os mais importantes. Destarte, o resultado apresentado por essa dimensão evidenciou um desenvolvimento moderado dessa dimensão, apesar de não haver analfabetismo entre as entrevistadas, o que é bastante significativo, tendo em vista que o analfabetismo no Brasil é bastante elevado com aproximadamente 13 milhões de pessoas nessa situação (UNESCO, 2017).

Entretanto, ressalta-se o baixo valor obtido no componente, qualificação profissional (0,0588). Dotar as pessoas de meios sem garantir que elas possam efetivamente utilizá-los para a satisfação de suas necessidades não constitui uma política eficaz. Tão importante quanto assegurar que os indivíduos tenham acesso a esses meios é conceder-lhes a oportunidade de utilizá-los. Por exemplo, esses indivíduos são privados de oportunidades quando lhes é negada a chance de realizar uma determinada função na qual lhe foi conferido os conhecimentos necessários para desempenhá-la. Assim, privar os indivíduos do conhecimento é também privá-los do acesso ao mercado de trabalho (SEN, 1983; 1984). Desse modo, é de fundamental importância a contribuição do componente de qualificação profissional para a redução das carências das mulheres analisadas, bem como da qualificação profissional dessas trabalhadoras.

A posse de Ativos compõe a terceira dimensão do IEDG, nela se considera a titularidade de terras, bens e imóveis. O resultado obtido por essa dimensão mostra que aproximadamente 67% das entrevistadas possuíam a titularidade da propriedade, conseqüentemente, cerca de 33% das entrevistadas não possuíam tal titularidade.

A quarta dimensão trata das condições habitacionais dos domicílios. Por ter uma íntima relação com as condições de saúde, mensuradas, sobretudo, pelos indicadores dos componentes de acesso à

rede de esgotamento sanitário e à coleta de lixo domiciliar, essa dimensão pode ser considerada como sendo uma das mais importantes em captar as condições de vida de uma família.

Os índices calculados mostraram que apenas 42,02% dos domicílios das entrevistadas tinham condições de vida adequadas. Impactaram negativamente para esse resultado principalmente os componentes de acesso à água (35,29%), acesso à rede de esgoto (5,88%), acesso à coleta de lixo (0%) e acesso à rua pavimentada (0%). Por outro lado, apesar de o índice para esta dimensão ter sido menor, as características das propriedades apresentadas são típicas da realidade brasileira no que se refere a sua localização na área rural. Algumas entrevistadas, apesar de não possuírem água encanada, apresentaram o uso de poço artesiano na propriedade.

Em relação ao acesso à rua pavimentada, de acordo com dados da Secretaria de Estado do Planejamento do Paraná (2014), a rede viária no Paraná é formada basicamente por estradas não pavimentadas ou rurais, com estimativa de aproximadamente 110.000km de rede viária rural, que necessitam de permanentes manutenções e adequações. Pelo predomínio da base econômica no Paraná ser o agronegócio, considerando a localização das propriedades rurais e considerando que essas estradas são elo entre a área rural e os núcleos urbanos de comercialização, a melhoria dessas estradas deveria assumir importante estratégia para o setor.

Ao passo que os componentes referentes à propriedade domiciliar e o tipo de material empregado para a sua construção apresentaram os melhores resultados na composição da dimensão das condições habitacionais, com 94,12%, 64,715%, respectivamente, desses domicílios sendo próprios e construídos em alvenaria.

A quinta dimensão, disponibilidade de recursos, se refere às famílias dessas mulheres que se encontram acima da linha de pobreza, da linha de extrema pobreza ou de indigência, e daqueles nos quais a maior parte da renda domiciliar não advém de transferências de renda.

A renda familiar *per capita* é um recurso fundamental uma vez que grande parte das necessidades básicas de uma família pode ser satisfeita pela aquisição de bens e serviços no mercado. Ainda que a procedência dos recursos possa ser relevante para se satisfizer as necessidades de uma

família, a sustentabilidade e o grau de independência dela dependem da parcela que é gerada autonomamente e da parte que é recebida como transferências de outras famílias ou do governo.

Conforme a teoria do círculo vicioso da pobreza e da causação circular cumulativa, quando se inicia o processo de desenvolvimento humano a probabilidade de regressão é menor, em decorrência do processo cumulativo, pois, são reforçados os elementos necessários para a manutenção do bem-estar. Pelo mesmo motivo, o processo cumulativo também pode reforçar os efeitos negativos (RAIHER, FERRERA DE LIMA, 2014; OLIVEIRA, FERRERA DE LIMA, RAIHER, 2017).

No caso desta pesquisa, os resultados apresentados pelos componentes dessa dimensão revelaram que aproximadamente 50% das famílias dessas mulheres possuíam renda familiar *per capita* superior à linha de pobreza. A proporção dessas famílias com renda superior a linha de pobreza fora de 81,25%. Já o indicador de medição da parcela da renda familiar advindo de transferências, mostrou que 88,24% da renda dessas famílias não era originada por transferência.

A sexta dimensão faz referência ao empoderamento, formada pelos componentes que buscam medir a participação nas decisões na família e da propriedade, a valorização das opiniões tanto na família como na comunidade local, pela percepção de mais igualdade entre os sexos e através da percepção de maior poder de decisão na propriedade, família e sociedade devido a participação na cooperativa/associação.

O ótimo resultado apresentado por essa dimensão mostrou que 90,63% das entrevistadas tinham claras suas percepções sobre a relevância do seu papel desempenhado dentro da propriedade, bem como a clareza da importância da participação tanto na Cooperagra como na Amana no sentimento de empoderamento. Os componentes que medem a percepção de mais igualdade entre os sexos e através da percepção de maior poder de decisão na propriedade, família e sociedade devido a participação na cooperativa/associação apresentaram os melhores resultados nessa dimensão, com 100% das entrevistadas tendo clara essa realidade. Elas justificam, conforme questão aberta, que a troca de ideias, as informações e o conhecimento adquirido na Cooperativa foram fatores importantes de contribuição.

Freire (1986 apud Baquero e Baquero, 2007), reconhece que embora o empoderamento individual seja importante, tal aprendizagem precisa ter relação com a transformação mais ampla da sociedade. Baquero e Baquero (2007) confirmam que estas estratégias de empoderamento compõem entre outras o envolvimento na tomada de decisões, a socialização, educação, o planejamento e a execução e iniciativas sociais. Nesse sentido, esta dimensão ainda vem reforçar que os benefícios da ação coletiva não são apenas os econômicos e que sua viabilidade se dá pela presença dos outros incentivos como o prestígio, a amizade, o respeito e outros benefícios de cunho sociais e psicológicos (OLSON, 1999).

A sétima dimensão que compõe o IEDG aborda a fecundidade, e o resultado dessa dimensão apresentou um baixo desempenho, isto porque apenas 25% das entrevistadas fazem uso de mecanismos contraceptivos e apenas 53,85% das mães recebem ajuda do pai no compartilhamento da maternidade.

Tal resultado reforça ainda mais a lógica cultural da sociedade em identificar a mulher como única responsável pela reprodução biológica na sociedade, prevenção e cuidados com a prole. Brauner (2002, apud Lima, 2010, p.07), aponta a visão idealizada da mulher em que tradicionalmente foi “vinculada aos estereótipos femininos da submissão, proteção e abnegação da mulher, destinada a gerar e dar um sentido a sua vida quando da reprodução”. Apesar da evidência do baixo índice de uso de mecanismos contraceptivos, conforme análise já apontada nesta pesquisa destaca-se o baixo número de filhos pelas associadas, pois 65% das entrevistadas com filhos possuem apenas 01 ou 02 filhos. Este dado reafirma os já apontados pelo IBGE, em relação à taxa de fecundidade no Brasil, no qual o índice apresentado em 2015 é de 1,72 filhos por mulher.

O acesso à saúde está representado na oitava dimensão que forma o Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG). Nessa dimensão são consideradas a prática de exercícios físicos, a adesão a planos de saúde particulares e o acesso à rede pública de saúde. O resultado apresentado por essa dimensão aponta que apenas 49,02% das entrevistadas têm suas demandas de saúde atendidas. O componente que mais contribuiu para esse desempenho insatisfatório foi o relativo à adesão de planos de

saúde particulares, pois apenas 6,25% das entrevistadas possuem planos de saúde particulares. Porém, este componente é suprido pelo acesso às Unidades Públicas de Saúde, com índice de 0,9375. A prática de exercícios físicos também apresentou um baixo desempenho, dado que apenas 47,06% dessas mulheres praticam alguma atividade física.

A Vulnerabilidade Social compõe a nona dimensão do IEDG, e possui o objetivo de medir a ocorrência ou não de qualquer forma de discriminação sofrida. Essa dimensão indicou grau de desenvolvimento moderado. Nesse quesito, o resultado apresentado pelo indicador foi de 0,5333, isso significa que cerca de 46,67% das entrevistadas já sofreram algum tipo de discriminação. Entre elas as de maior predominância foram as que se referiam à discriminação social e por biotipo.

Como dito anteriormente, o tempo é um recurso necessário para realizar diversas atividades, tais como o estudo, a participação social e o trabalho. Nesse contexto, o tempo parece muito mais importante no caso das mulheres, uma vez que parte do seu trabalho (trabalho reprodutivo²) não é valorizado em termos monetários. No entanto, esse trabalho pode ser medido em termos de tempo.

Assim, a décima e última dimensão do IEDG se refere ao uso do tempo, tal dimensão é composta pelos componentes: uso do tempo livre, o acesso ao cuidado infantil e a responsabilidade das atividades na propriedade e na família. Essa dimensão foi a que apresentou o resultado mais insatisfatório, pois apenas 33,67% das entrevistadas tinham suas necessidades de tempo supridas. O componente acesso ao cuidado infantil foi o que apresentou o pior resultado, revelando que apenas 9,09% das mães tinham acesso ao cuidado infantil (creche).

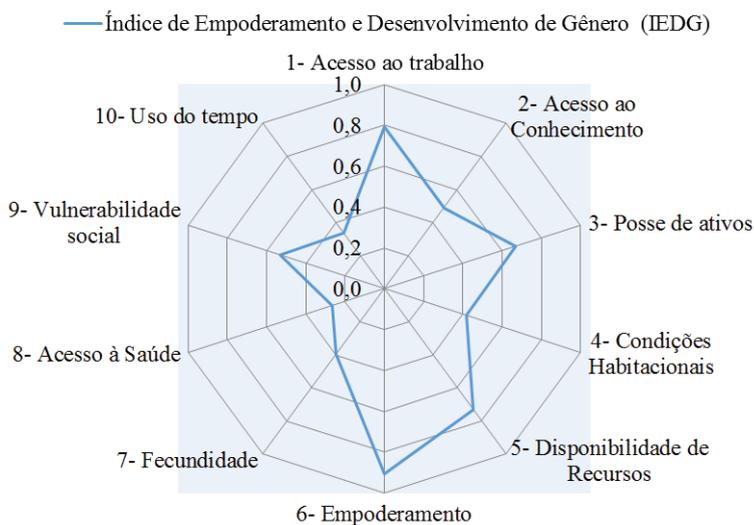
O uso do tempo livre mostrou que apenas 43,75% das entrevistadas tinham seu tempo livre utilizado para outros fins que não o trabalho (reprodutivo), ou seja, cerca de 56,25% dessas mulheres consideravam não possuírem tempo livre e quando consideravam que o tinha, o mesmo era preenchido com a prática de afazeres domésticos.

² O trabalho reprodutivo diz respeito a toda e qualquer atividade de apoio, isto é, a todo aquele fornecido pelas mulheres que implica na criação dos filhos e no cotidiano das atividades domésticas. Nesse último caso, incluem a preparação de alimentos, a lavagem de roupas, o cuidado das crianças, dentre outros. Em outras palavras, é todo o trabalho (não remunerado) realizado na esfera privada e familiar (Biroli, 2018).

No tocante ao último componente dessa dimensão, responsabilidade das atividades na propriedade e na família, uma situação ideal é que a mesma fosse compartilhada com os demais integrantes da família, no entanto, apenas 48,18% delas podiam contar com tal realidade. Os resultados corroboram os argumentos de Sen (2001b), no sentido de que na divisão do trabalho, expressada nas relações no interior dos lares, as cargas de trabalhos domésticos e de cuidado infantil, e também na sociedade, recaem sobre as mulheres.

Com relação aos índices apresentados pelas dimensões que compõem o IEDG, como pode ser observado na Figura 2, chamam atenção os resultados insatisfatórios obtidos nas dimensões uso do tempo, fecundidade, condições habitacionais e acesso à saúde. Ao passo que os resultados do acesso ao trabalho, da disponibilidade de recursos e da posse de ativos apresentados pelo IEDG foram relativamente satisfatórios. No entanto, apenas a dimensão Percepção de Empoderamento apresentou indicador excelente (0,9).

Figura 2 – Índice de Empoderamento e Desenvolvimento de Gênero (IEDG)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do questionário aplicado.

Assim, diante do exposto, nota-se que o desempenho apresentado pela maioria das dimensões que compuseram o IEDG das mulheres entrevistadas teve grau baixo ou relativamente satisfatório. Das dez dimensões apenas as que se referem ao acesso ao trabalho, posse de ativos, disponibilidade de recursos e percepção de empoderamento apresentaram grau moderado e alto de empoderamento.

Considerações Finais

O objetivo de todas as regiões é sempre a busca do melhoramento da qualidade de vida, através da redução dos níveis de todo e qualquer tipo de desigualdade e, conseqüentemente, da pobreza. Assim, torna-se extremamente importante, para a criação e implementação de políticas públicas, o reconhecimento dos agentes mais vulneráveis da sociedade. Neste trabalho, a desagregação do grau de empoderamento e desenvolvimento de gênero segundo as dez dimensões selecionadas, permite enriquecer o conhecimento e a magnitude desse fenômeno.

No geral, a proporção de mulheres membros da Cooperagra e/ou Amana com maior grau de empoderamento e desenvolvimento se mostrou moderado (0,5764). Os cálculos do IEDG para determinadas mulheres permitiram afirmar que a maior insatisfação do nível de empoderamento e desenvolvimento de gênero da população estudada encontra-se no uso do tempo, nas questões relativas à fecundidade, nas condições habitacionais e no acesso à saúde.

Entretanto, destacou-se o alto desempenho do índice demonstrado pela sexta dimensão (0,9063), representando a participação das mulheres na tomada de decisão e a valorização de suas opiniões e participação na comunidade, cooperativa ou associação. Nesse sentido, esta dimensão ainda vem reforçar que os benefícios da ação coletiva não são apenas os econômicos e que sua viabilidade se dá pela presença dos outros incentivos.

Assim, o cooperativismo e o associativismo se apresentam como importantes formas de ações coletivas na vida das mulheres, principalmente no que se refere à sua participação. A organização social e princípios do cooperativismo permitem a inserção social da mulher, aumentando seu empoderamento social, político e psicológico.

O estudo limita-se ao atribuir o IEDG de acordo com características e percepções das mulheres que fazem parte da Cooperagua e Amana, não representando a percepção de outras ações coletivas. Assim, a partir das contribuições deste estudo, sugere-se a ampliação da pesquisa a outros grupos ou formas de ações coletivas no contexto da agricultura familiar, podendo ainda incluir as diferentes perspectivas entre homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. P. de; CARVALHO, M. de; FRANCO, S. Pobreza multidimensional do Brasil. In: **Texto para Discussão**. Rio de Janeiro: IPEA, nº 986, out. 2003.

BAQUERO, M.; BAQUERO, R. Capital Social e Empoderamento no Desenvolvimento Social: um estudo com jovens. **Sociedade em Debates**. Pelotas, 13(1): 47-64, jan-jun./2007.

BIALOSKORSKINETO, S. In: ZYLBERSZTAJN, D; NEVES, M.F. **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**: indústria de alimentos, indústria de insumos, produção agropecuária e distribuição. São Paulo: Pioneira, 2000.

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. **Cooperativismo de Gênero**. Brasília, MAPA/ACS, 2009. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

BRASIL, Lei 5.764, de 16 de dezembro de 1971. **Define a política nacional de Cooperativismo**, institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, e dá providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5764.htm>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres** - SPM. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/>>. Acesso em: 10 jan. 2017.

BRASIL. Portal Brasil. **Cooperativas de Mulheres**. Brasília, 2012. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2012/02/cooperativas-femininas>>. Acesso em: março de 2017.

BRAVO, R. **Pobreza y desigualdad de género**: una propuesta para el diseño de indicadores. CEPAL. Servicio Nacional de la Mujer, Santiago de Chile, 1998. Disponível em: <<http://www.cepal.org/deype/mecovi/docs/TALLER6/15.pdf>> Acesso em dez. De 2016.

DALLER, V.L.O. O empoderamento da mulher e a igualdade de gênero: Coopergênero uma política pública de cooperativismo. In: **Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo**. EBPC. Brasília, 2010. Disponível em: <<http://www.fearp.usp.br/cooperativismo>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

FRIEDMAN, J. **Empowerment**: uma política de desenvolvimento alternativo. Oeiras, Celta, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

IPARDES - Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social. (2016). **Caderno do Município de Mariluz** - 2016. Curitiba: IPARDES. Recuperado em janeiro de 2016, de <http://www.ipardes.gov.br>

LEÓN, M. Poder y empoderamiento de las mujeres. Bogotá, 1997. **Revista Región y Sociedad**, Mexico, V.11, Num. 18, p. 189-196, 1999.

LIMA, L.C. A mulher e o planejamento familiar: uma discussão sobre o gênero. In: **VI Encontro de Iniciação Científica da FA7**, 2010, Fortaleza. VI Encontro de Iniciação Científica da FA7, 2010.

MAROCO, J. **Análise estatística com utilização do SPSS**. 2a edição. Edições Silabo, Lisboa, 2003.

MELO, H. P., BANDEIRA, L. “A Pobreza e as Políticas de Gênero no Brasil”. **Unidad Mujer y Desarrollo**. Projecto “Governabilidade Democrática e Igualdade de Gênero. Nações Unidas – CEPAL. Santiago, 2005.

MENARD, C. The economics of hybrid organizations. **Journal of Institutional and Theoretical Economics**. v. 160, n. 3, p. 345-376, 2004.

OCB - Organização das Cooperativas Brasileiras. **Agenda Institucional 2015**. Brasília, 2015. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.coop.br>>. Acesso em: 10 de janeiro de 2017.

OLIVEIRA, N. S. M. N.; FERRERA DE LIMA, J.; RAIHER, A. P. Convergência do desenvolvimento humano municipal no Nordeste do Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 13, n. 3, p. 164-184, set-dez, 2017.

OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT); PNUD – PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Trabajo y Familia**: hacia nuevas formas de conciliación con corresponsabilidad social. Chile: OIT; PNUD, 2009.

OSTROM, E. **Collective Action and Local Development Processes**. Sociologia. Bologna, 2007.

PARANÁ. Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. Centro de Coordenação de Desenvolvimento Governamental. Projeto Multissetorial para o Desenvolvimento do Paraná: **Documento do Programa de Desenvolvimento Econômico e Territorial Pró-Rural**. Curitiba: 2014. Disponível em: <http://www.ipardes.gov.br/pdf/multissetorial/mop_desenvolv_economico.pdf>. Acesso em: 06 de março de 2017.

PASSOS, E. Gênero e sua aplicabilidade. In: **Seminário de Aprofundamento do Trabalho com Gênero no Pro-Gavião**. 1., 2000. Vitória da Conquista: Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre a mulher – NEIM, Universidade Federal da Bahia, 2000, p. 03-12.

POWELL, W. W. **Neither market nor hierarchy**: network forms of organization. *Research in Organizational Behavior*. (S.I), v. 12, p. 295-336, 1990.

RAIHER, A. P.; FERRERA DE LIMA, J. Desenvolvimento humano municipal no Sul do Brasil: evolução recente e o círculo vicioso da pobreza. **Acta Scientiarum**. Human and Social Sciences, Maringa, v. 36, n. 2, p.147-154, 2014.

SCHMIDT, C. M. **Criação e apropriação de valor no Sistema Agroindustrial do vinho do Vale dos Vinhedos**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

SEN, A. K. **Many faces of gender inequality**. Frontline, Índia, v.18(22), out./nov. 2001b. Disponível em:< <http://www.frontline.in/static/html/fl1822/18220040.htm>>. Acesso em nov. 2016.

_____. **Desigualdade Reexaminada**. Tradução: Ricardo Doninelli Mendes. Rio de Janeiro: Record, 2001a.

_____. **Desenvolvimento como Liberdade**. Tradução: Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

_____. **Resources, values and development**. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

_____. **Development: which way now?** The Economic Journal, v. 93, 1983.

TIERLING, I. M. B. M. **Ação coletiva no contexto da agricultura familiar: um estudo na Associação de Produtores de Corumbataí do Sul**. Dissertação de Mestrado. 155fls. (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Centro de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2016.

UNESCO - **Relatório da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura**. 2017.

CAPÍTULO X

“REMANDO CONTRA A MARÉ?” – MANTENDO A ESSÊNCIA DE UM EMPREENDIMENTO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA À MARGEM DA SOCIEDADE DE CONSUMO

Marcelo de Rezende Pinto

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas

Daniela Viegas da Costa Nascimento

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas

Jaqueline Araújo Silva

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas

Maytê Cabral Mesquita

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas

Marcelo de Rezende Pinto

Doutor em Administração pela Universidade Federal de Minas Gerais. Professor permanente do Programa de Pós-graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq nível 2.

E-mail: marcrez@pucminas.br

Daniela Viegas da Costa-Nascimento

Doutoranda em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Mestre em Gestão Social, Educação

e Desenvolvimento Local pelo Centro Universitário UNA.
Graduada em Comunicação pela PUC Minas.
E-mail: *dvcnascimento@gmail.com*

Jaqueline Araújo Silva

Doutoranda em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas. Mestre em Psicologia pela PUC Minas. Graduada em Administração e Psicologia pela PUC Minas.
E-mail: *jaquelinearaujorh@gmail.com*

Maytê Cabral Mesquita

Graduada e Mestre em Administração pelo Programa de Pós-graduação em Administração da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC Minas.
E-mail: *maytecam@yahoo.com.br*

Introdução

Conforme já discutido em outros capítulos deste livro, empreendimentos de economia solidária se apresentam, na concepção defendida por Andion (2005), como aquelas iniciativas que articulam, ao mesmo tempo, funções das três esferas: a social, a política e a econômica. Nesse sentido, empreendimentos característicos de economia solidária assumem tanto funções de espaços produtivos, geradores de bens, serviços e empregos como espaços de proximidade, geradores de socialização sem deixar de considerar os espaços públicos, geradores de reflexão e de ações políticas (ANDION, 2005).

Trazendo essa discussão para o Brasil, é importante perceber a emergência de movimentos focados em propósitos que parecem ter expressiva aderência aos propósitos de empreendimentos da economia solidária que atuam na busca por um equilíbrio entre trabalho, missão, paixão e interesse pessoal. Esses empreendimentos contemplam questões como comércio justo, consumo sustentável, sistemas em rede e não hierárquicos, ativismo e defesa de causas, intercâmbio de conhecimentos,

novos modelos de educação ou de ocupação urbana, inclusão e participação social, agricultura urbana, valorização dos mercados locais, entre diversos outros. Cabe ressaltar que os negócios da economia solidária em muitos casos são criados por empreendedores sociais, que observam não apenas uma oportunidade de negócio, como também um propósito a ser perseguido. Esse movimento, apesar de novo em termos de escala, é especialmente verificado em realidades de vulnerabilidade social ou baixa renda. Muitos dos novos conceitos, que ainda estão sendo delineados, estão em funcionamento há anos nesses locais, basicamente por necessidade. A perspectiva do consumo com responsabilidade, portanto, parece ser inseparável das ideias de igualdade social, responsabilidade ambiental e impacto social positivo.

Surgem, nesse contexto, empreendimentos relacionados a partir da mobilização de atores importantes da sociedade civil preocupados em encontrar alternativas econômicas mais sustentáveis para as pessoas que acabam por ser direcionadas para iniciativas com o objetivo de se oferecer opções de alimentação com maior qualidade (ALMEIDA e MELGAÇO, 2015).

Contudo, não se pode deixar de levar em conta que o contexto no qual esses empreendimentos são planejados e desenvolvidos é marcado por outras questões que não podem ser negligenciados pelos pesquisadores e atuantes nesse mercado. Trata-se de todas as discussões referentes à sociedade de consumo ou, como advogado por Lipovetsky e Serroy (2015), a um processo que, para além do que já se falou sobre o papel preponderante do consumo na construção da sociedade, se baseia na ideia de estetização do mundo que, por sua vez, tem o capitalismo artista como um dos seus mais importantes pilares. Na visão desses autores, o consumo estaria assumindo componentes cada vez mais estéticos e transformando-se em um vetor ainda mais importante para a afirmação identitária dos sujeitos. Assim, não seria escusado afirmar que os imperativos do estilo, da beleza, do espetáculo ganharam um lugar tão importante na vida moderna que é difícil encontrar algum domínio na qual as premissas relacionadas à venda dos produtos associados ao estilo, à beleza, às emoções, ao imaginário não estariam presentes de forma marcante.

É na articulação entre as questões atinentes aos empreendimentos que têm em sua essência os pressupostos centrais da economia solidária e a emergência de uma sociedade assentada nas narrativas, imagens e emoções diretamente relacionada ao consumo é que a elaboração desse artigo foca seus esforços. Ou seja, por meio de uma pesquisa de campo conduzida com atores de um empreendimento de economia solidária local de Belo Horizonte destinado à produção de produtos agroecológicos, buscou-se problematizar a questão que serviu de subtítulo para esse texto: até que ponto é possível manter a essência de um empreendimento de economia solidária local passando ao largo de toda uma tendência de “rotulação” e estetização impostas pela sociedade de consumo atual fundada no que Lipovetsky e Serroy (2015) vão chamar de capitalismo artista? Dito de outra forma, o artigo tem como objetivo levantar questões, ora polêmicas, ora contraditórias, no tocante às possibilidades de manter um empreendimento de economia solidária “blindado” frente às interferências das imposições da sociedade de consumo.

O capítulo foi organizado da seguinte forma. Em primeiro lugar, buscou-se discutir, ainda que sucintamente, aspectos importantes da cultura de consumo e de questões relacionadas aos processos inerentes à produção, distribuição e consumo de alimentos orgânicos. Julgou-se adequado também conduzir uma discussão acerca dos princípios e algumas visões sobre empreendimentos baseados na economia solidária. Uma seção sobre os procedimentos metodológicos foi incluída no texto com o intuito de expor como a pesquisa empírica foi conduzida. Em seguida, os resultados da pesquisa são apresentados e discutidos. Esses resultados propiciaram a elaboração de apontamentos críticos acerca da relação entre empreendimentos de economia solidária e os preceitos da sociedade de consumo que foram organizados na última seção do capítulo. Por fim, as considerações finais tecem comentários conclusivos sobre o estudo.

Apontamentos sobre a Sociedade de Consumo

Antes de avançarmos nas discussões atinentes aos conceitos, às características e críticas referentes à sociedade de consumo, torna-se essencial jogar luz sobre o que pode ser entendido como consumo. Ainda que

esse entendimento não seja algo fácil e passível de esgotamento em apenas alguns parágrafos, o que é importante considerar aqui é a constatação de que o consumo não pode ser entendido como a “simples” compra de bens ou serviços baseada em critérios puramente racionais como, historicamente, foi concebido pela Economia Clássica. Para além dessa ideia, as ciências sociais, em especial a Antropologia e a Sociologia, concebe o consumo como uma prática constitutiva da sociabilidade moderna (LIMA, 2010) na qual objetos, bens e serviços são partes integrantes de sistemas de representações que os tornam reais para determinados grupos, funcionando como um código que informa quem é determinada pessoa e o mundo que a cerca (BARBOSA e CAMPBELL, 2006). Ou seja, o consumo não mais se restringe ao material, mas às esferas social, cultural e política (TASCHNER, 2010) e se refere às interações familiares, às normas dos grupos sociais, à construção social do mercado, aos efeitos do pertencimento social, entre outros (DESJEUX, 2011).

Todos esses entendimentos acabam por dar subsídios para a discussão do que pode ser denominado por muitos estudiosos como Sociedade de Consumo (BAUDRILLARD, 1995; BARBOSA, 2004; RETONDAR, 2007), Sociedade de Consumidores (BAUMAN, 2008), Sociedade de Hiperconsumo (LIPOVETSKY, 2007) e, mais recentemente, Capitalismo Artista (LIPOVETSKY e SERROY, 2015). Embora com perspectivas ontológicas e epistemológicas distintas, diversos autores vêm se debruçando sobre o papel fundamental do consumo na sociedade atual ou o imbricamento das práticas de consumo ao dia a dia das pessoas.

Fruto de diversas mudanças que ocorreram desde o século XVI, Barbosa (2004) pinça aquelas que considera as mais marcantes: a passagem do consumo familiar para o consumo individual, o rompimento da relação de dependência entre *status* e estilo de vida e de independência em relação à renda e a transformação do consumo de pátina para o consumo de moda. Retondar (2007) acrescenta, ainda no século XIX, o desenvolvimento da publicidade e as lojas de departamentos que tiveram um papel essencial na emergência da sociedade de consumo. McCracken (2003) chega a advogar, a partir da compilação de diversos estudos de autores diversos, que foi ignorada, pela historiografia tradicional a importância da revolução do

consumo, companheira necessária da revolução industrial, uma vez que uma mudança nos meios e fins produtivos não poderia ter ocorrido sem uma mudança comensurável nos gostos e preferências dos consumidores.

Retondar (2007) é categórico ao afirmar que a sociedade contemporânea se tornou o cenário no qual os processos e práticas de consumo assumiram um papel de sobreposição ao mundo da produção, o que parece configurar um diferente “status” marcado pelas seguintes características. Em primeiro lugar, uma nova forma de relação do homem com os objetos e natureza. Em segundo lugar, uma diferente mediação das relações e processos sociais. Além disso, a emergência de uma ética em que se articulam ideologias, simbolismos e imaginários.

Complementarmente, Fontenelle (2017) traz alguns outros elementos interessantes que oferecem pontos de partida para se entender a emergência da sociedade de consumo: a noção experiencial do consumo e a ideia do consumo sustentável. Na visão da pesquisadora, esses elementos, que encontram respaldo com o que foi discutido anteriormente, servem para apontar a integração tanto de princípios éticos e estéticos com a difícil tarefa de atender ao imperativo econômico do capitalismo ao mesmo tempo em que consegue dar respostas às transformações culturais e subjetivas.

Em linha com esse entendimento e desenvolvendo a ideia de que na base da sociedade de consumo, é possível encontrar o que Lipovetsky e Serroy (2015) denominam de capitalismo artista. Para esses autores, o capitalismo centrado na produção foi substituído, nas últimas décadas, por um capitalismo baseado na sedução que acontece por meio das imagens, dos sonhos, das narrativas e dos relatos. Ou seja, nesse contexto, a busca não é mais pelo menor custo, mas sim pelo atingimento das emoções, no estímulo dos afetos e dos imaginários, no alcance do sonho, do sentimento e da diversão (LIPOVETSKY e SERROY, 2015), algo que alguns autores de marketing também chamam de abordagem experiencial do consumo (HOLBROOK e HIRSCHMAN, 1982; CARÙ e COVA, 2003). Acontece, portanto, a transformação da experiência em mercadoria ou a passagem da experiência do consumo para o consumo da experiência (FONTENELLE, 2017).

Nesse contexto, nada escapa às operações do capitalismo artista, ou seja, tudo é pensado para parecer uma tendência: lojas, hotéis, bares, restaurantes e até mesmo feiras simples e tradicionais acabam sendo objetos de decoração personalizada, de teatralização, na maioria das vezes, marcados pelo estímulo atrelado aos sentidos da visão, olfato, audição, paladar e tato. É justamente nesse ponto que a discussão motivadora desse capítulo surgiu: empreendimentos de economia solidária são passíveis de “redução” pela sociedade de consumo? Para isso, julgamos ser adequado, passar a discussão para questões envolvendo a economia solidária.

Princípios e algumas visões sobre a Economia Solidária

Esta seção tem por objetivo tecer comentários, ainda que breves, acerca dos princípios e de algumas principais visões referentes à economia solidária. A intenção foi não esgotar o assunto, até mesmo porque outros capítulos deste livro já se debruçaram sobre a temática de forma mais ampla e aprofundada.

A primeira questão que precisa estar clara é que a economia solidária, na visão de Gaiger (2011), em sua essência, está diretamente relacionada a três elementos fundamentais: autogestão, cooperação e solidariedade, algo que Andion (1998) também já havia apontado ao enfatizar que sua ideia estava centrada no grupamento voluntário e na ação comum. Nas últimas décadas, contudo, a discussão sobre articulações relacionadas ao tema vem se disseminando no campo da gestão e muitas pesquisas vêm gerando dissertações, teses e publicações em periódicos (PINHEIRO, 2016; ALVES *et al.*, 2016).

Para fins deste texto, podemos considerar a economia solidária como um “conjunto de atividades econômicas – de produção, distribuição, consumo e crédito – organizadas e realizadas solidariamente por trabalhadores e trabalhadoras sob a forma coletiva e autogestionária” (BRASIL, 2007, p. 11). Ou seja, estamos falando sobre aquelas organizações de abordagem econômica e social (cooperativas, associações, empresas recuperadas, clubes de troca, finanças solidárias, entidades de apoio, redes solidárias) que buscam formar relações solidárias, democráticas e equitativas, atuando para obter resultados econômicos e também sociais, políticos, culturais (SINGER, 2002; FRANÇA FILHO, 2008; CALBINO, 2016).

Neste sentido, a economia solidária seria um outro modo de produção, com princípios que se baseiam na propriedade coletiva ou associada do capital e no direito à liberdade individual (SINGER, 2002). Segundo seus defensores, seu papel seria o de superar o modo de produção capitalista implantando um novo ordenamento social. As qualidades subjetivas da economia solidária envolveriam a atuação no mercado local, facilitando o contato entre produtores e clientes e garantindo mais retorno em vendas; um atendimento considerado especial realizado muitas vezes por seus produtores ou pessoas próximas, o que favorece as vendas e atinge pessoas mais conscientes e cidadãs; e o apelo à contribuição social no momento da compra, na medida em que os clientes são levados a acreditar no valor social (produto com valor agregado).

Apesar de a economia solidária apresentar algumas visões e correntes de pensamento já desenvolvidas, é um campo que configura um desafio de análise, exigindo a necessidade da desconstrução e reconstrução do referencial teórico na tentativa de aportar a inteligibilidade ao campo. Por causa do caráter múltiplo de objetivos que remetem às organizações solidárias, considerar a gestão na Economia Solidária implica ampliar diversas dimensões de análise (CALBINO, 2016). É neste ponto que a presente discussão se situa ao tentar avançar no entendimento de que há, no campo da economia solidária, uma tentativa de tornar os empreendimentos como algo que se enquadra como mais uma forma de empreendimento capitalista apenas com um “rótulo” diferenciado que acaba por fomentar sua inserção no mercado.

Algumas correntes analisam que a mistificação promovida por seus representantes parece deslocar o valor objetivo da circulação no mercado. Alguns autores (WELLEN, 2008; SINGER, 2002) apontam para a problematização das premissas da economia solidária a partir da transmutação do valor da troca em solidariedade, e da transformação de qualidades solidárias em mercadorias. Segundo seus críticos, esses seriam fatores que induzem à transformação da subjetividade em mercadoria. O que se vende é a relação comercial, e não o produto. Além disso, a publicidade em torno desse produto “social” ampliaria a visão de empresa ou mercado socialmente justa, trazendo valor econômico à empresa. Voltaremos a essa discussão na penúltima seção deste capítulo. Por ora, precisamos focar

nossa atenção a algumas discussões sobre a cadeia de produção, distribuição e consumo de alimentos orgânicos, tema da próxima seção.

Cadeia de Produção, Distribuição e Consumo de Alimentos Orgânicos

Julgamos adequado incluir esse tópico no texto para trazer à baila elementos que parecem ser reveladores e enriquecedores de nossa discussão: a forma como se configura toda a cadeia de produção, distribuição e consumo de alimentos orgânicos.

De início, deve-se levar em conta que, de acordo com Gomes (2009), produtos orgânicos são aqueles cultivados sem adubos químicos, agrotóxicos, pesticidas, sementes geneticamente modificadas ou fertilizantes sintéticos; o sistema de cultivo observa que as “leis da natureza” e todo o manejo agrícola estão baseados no respeito ao meio ambiente e na preservação dos recursos naturais. Dessa forma, percebe-se que é necessária uma mudança na forma como esses produtos são produzidos, distribuídos e consumidos. Cresce de forma substancial o número de produtores agrícolas interessados nesse “nicho” de consumo, assim como diversas redes de supermercados vêm destinando esforços no sentido de oferecer aos consumidores ofertas de produtos nessa categoria.

Considerando uma das pontas da cadeia, a do consumidor, muitas pesquisas já foram empreendidas com o intuito de mapear as percepções do consumidor de orgânicos brasileiros (NASCIMENTO *et al.*, 2017; BARCELLOS *et al.*, 2015; PEREIRA *et al.*; 2015; SAMPAIO e GOSLING, 2014) e formas de segmentação do consumidor de orgânicos (MACIEL, OLIVEIRA e LIMA-FILHO, 2016; LACERDA *et al.*, 2016; MACIEL *et al.*, 2015) para citar alguns. Ou seja, o consumo de alimentos orgânicos já faz parte da agenda de pesquisadores do campo do consumo.

Segundo Friedmann (2005), os alimentos tornam-se mercadorias e, como tais, são tratados, buscando a sua durabilidade, sua desterritorialização, apropriando-se do seu caráter “natural” e substituindo-o. Daí decorre um movimento antagônico, mas que também pertenceria e comporia um complexo terceiro regime agroalimentar que é o do “esverdeamento” do capitalismo. Atrelado a essa questão, surgem alguns questionamentos que serão apresentados na seção de análise.

Não se pode deixar de salientar que os agricultores buscam maior autonomia, a partir da redefinição de relações e interações com os espaços sociais e o ambiente institucional, buscando formas diversificadas de reação e inovação (WISKERKE e PLOEG, 2004). Dos processos de inovação e desenvolvimento tecnológico à imersão em contextos sociais, e a invenção e a criatividade, seriam frutos de um intenso processo de interação e troca de experiências a partir de situações práticas e contingentes (AMIN e COHENDET, 2004).

Vale comentar ainda que, conforme a *Organic Monitor* (2011) – considerada uma das mais importantes fontes de relatórios de produção orgânica do mundo – a maior parte da produção mundial de orgânicos está na Oceania (34,7 %), seguida pela Europa (23,4 %) e América Latina (23%). Para a *Organic Monitor* (2011), o mercado global de produtos orgânicos atingiu o valor de mais de 50 bilhões de dólares no ano de 2008, apontando que os consumidores se encontram em sua maioria na América do Norte e Europa. Segundo Penteadó (2003), além das feiras específicas e de pequenos varejos especializados em produtos orgânicos, as grandes redes de varejo de autosserviço estão aderindo aos produtos orgânicos (ABRAS, 2012). Além disso, o marco regulatório para produtos orgânicos foi instituído em 2011.

O campo

Para que as discussões conduzidas neste capítulo, não tivesse um caráter essencialmente opinativo sobre a indagação proposta na seção de introdução, optamos por trazer alguns resultados de uma pesquisa que foi conduzida com produtores e consumidores de alimentos orgânicos localizados em Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais.

Pode-se dizer que a pesquisa teve uma abordagem qualitativa, visto que buscou compreender de forma mais profunda os fenômenos ligados aos indivíduos e os grupos aos quais fazem parte, respeitando a importância da interpretação da complexidade das situações vividas, por meio de uma coleta de dados realizada no ambiente desses participantes (CRESWELL, 2003).

Foram pesquisadas tanto a perspectiva dos empreendimentos de consumo de orgânicos (como produtores e organizadores da feira), quanto a dos seus usuários (público consumidor) e parceiros (outros empreendimentos e empresas), que facilitaram esse processo de investigação

do empreendimento estudado, que também foi alvo de observação simples, a partir de duas visitas em cada edição da Feira Terra Viva.

A Feira Terra Viva é um empreendimento de economia solidária em Belo Horizonte que estabelece alianças entre produtores e consumidores de alimentos e produtos que respeitam a saúde, as relações humanas e o meio ambiente. Em mais de dez anos de existência, a Terra Viva vem fortalecendo suas bases e se reformando para proporcionar cada vez mais benefícios às pessoas envolvidas, sejam elas consumidores, produtores ou colaboradores. A definição para a pesquisa com a Feira Terra Viva se deu por ser a maior feira de agroecologia/orgânica de Belo Horizonte, campo do estudo. É uma iniciativa que reúne diferentes segmentos da cadeia produtiva e de consumo de produtos agroecológicos, orgânicos e artesanais. Na época da coleta de dados, essa feira acontecia, semanalmente, em Belo Horizonte, em dois locais: todos os sábados pela manhã, das 9h às 13h, no Bairro Floresta e todas as quintas-feiras, de 16h às 20h, no Bairro Pampulha. Ambos os bairros são considerados de classes A e B segundo o Novo Critério de Classificação Econômica Brasil (CRITÉRIO BRASIL, 2016). A figura 1 apresenta um dos feirantes em sua barraca de produtos orgânicos.

Figura 1 – Um dos feirantes em sua barraca



Fonte: Acervo dos autores

Foram realizadas, ao todo, doze entrevistas. Três delas podem ser consideradas como entrevistas em profundidade (duas com feirantes e outra com um dos organizadores da Feira) uma vez que teve o auxílio de um roteiro de entrevistas. As outras nove entrevistas foram abertas (cinco com feirantes, três com consumidores e uma com um proprietário de empresa que vende orgânico em um *shopping center* na capital mineira). Cabe ressaltar que as duas feirantes, participantes das entrevistas em profundidade, foram selecionadas pelo critério de disponibilidade entre diversos produtores/comerciantes da Terra Viva. Para preservar a identidade das entrevistadas, elas foram identificadas na análise pela letra E (referindo-se a Entrevistas) seguida por uma sequência de números de 1 a 2. O Quadro 1 contém os dados de caracterização das participantes.

Quadro 1 - Caracterização das participantes da pesquisa

Entrevistada	Idade	Estado Civil	Profissão e Relação com alimentação
E1	61 anos	Separada	Ex-Professora de Geografia e atualmente produtora de produtos de alimentação e de limpeza veganos. É vegana.
E2	38 anos	Casada	Ex-Professora de Matemática e atualmente produtora de massas orgânicas e veganas. É vegana.

Fonte: Dados da pesquisa.

As entrevistas foram filmadas e transcritas a fim de manter a exatidão dos relatos obtidos, sendo que seu roteiro incluiu questões sobre a origem da feira, a proposta e os produtos/serviços oferecidos, a visão sobre o mercado de orgânicos, os fatores para a compra de orgânicos, demanda da feira, apoios institucionais ou públicos ao empreendimento, análise sobre o futuro desse mercado, entre outras. O contato foi realizado durante as visitas dos pesquisadores à feira, e a partir da disponibilidade, foram agendadas as entrevistas, que foram realizadas posteriormente, em estúdio de gravação.

Além da entrevista com as feirantes, foi realizada entrevista com o organizador da feira, responsável pelas duas edições (ambos os bairros). O objetivo foi entender como se dá a organização dos feirantes, os objetivos do empreendimento e a relação com a comunidade e o governo e o consumo de orgânicos na capital mineira. A entrevista foi gravada em áudio e vídeo, *in loco*, transcrita e analisada.

Durante as duas visitas às edições da feira foram realizadas observações simples, compra e consumo dos produtos, além de entrevistas informais com os feirantes, com a apoio de um roteiro aberto a fim de propiciar a emergência de falas “livres” pelos entrevistados. A pergunta de partida foi: como você se inseriu na Feira Terra Viva e como é sua relação com o empreendimento e os produtos orgânicos?

Também foram realizadas três entrevistas informais com os consumidores durante a visita à feira, objetivando entender o motivo de visita à feira, a relação com os produtos orgânicos e a disponibilidade de compra. Como forma de cruzar ou “triangular” os dados com empreendimentos de ordem privada que também trabalham com orgânicos, foi realizada uma entrevista aberta com um proprietário de uma franquia de orgânico, com lojas em *shoppings centers* de Belo Horizonte. O público consumidor desta franquia é semelhante ao da feira. O objetivo da entrevista foi comparar os dados coletados com os consumidores na feira Terra Viva, a fim de confrontar os resultados e colaborar com a base de análise das informações.

O método de tratamento de dados utilizado foi a análise de conteúdo. Este arcabouço qualitativo de informações buscou levantar informações e percepções sobre as iniciativas de consumo de orgânicos, a partir do ponto de vista dos grupos envolvidos em seu funcionamento, entendendo o cenário deste tipo de consumo na realidade local. Os relatos foram categorizados com o objetivo de permitir uma visão mais ampla do ambiente em análise (BARDIN, 2006). Para ampliar a confiabilidade e qualidade dos resultados, a análise dos dados primários e secundários foi realizada por triangulação das fontes dessas evidências (EISENHARDT, 1989).

A próxima seção do capítulo apresenta os debates e dilemas acerca da produção e consumo dos produtos orgânicos na visão dos atores pesquisados. Esses apontamentos servirão de base para a construção de

apontamentos sobre a problemática que relaciona empreendimentos de economia solidária local e a tendência de “rotulação” e estetização impostas pela sociedade de consumo.

Os resultados do campo – A visão de alguns atores

Essa seção tem por objetivo apresentar, à luz dos depoimentos de alguns atores envolvidos nesse empreendimento de economia solidária articulados com a observação empreendida *in loco*, alguns elementos que possam embasar apontamentos críticos capazes de responder aos questionamentos elaborados na seção de introdução.

De início, cabe comentar que a Feira, objeto do estudo, faz parte da Rede Terra Viva, empreendimento de economia solidária que estabelece alianças entre produtores e consumidores de alimentos e produtos que respeitam a saúde, as relações humanas e o meio ambiente. Os visitantes podem comprar produtos fruto do trabalho de associações, cooperativas, assentamentos e agricultores familiares e urbanos. São hortaliças e vegetais orgânicos e agroecológicos, pães de fermentação natural e com ingredientes orgânicos, massas artesanais, quitutes integrais e sem glúten – e ainda produtos naturais de higiene e beleza, roupas e acessórios artesanais. A Feira realiza shows musicais, momentos de reflexão sobre alimentação e outras atividades de conscientização. Sob a forma de uma rede autogestionada, a Terra Viva é uma iniciativa que, além de oferecer alimentos saudáveis, isentos de insumos químicos, regionaliza a produção e a comercialização desses produtos dentro dos princípios da economia solidária e do comércio justo e solidário.

A primeira questão que chama atenção nas pesquisas é a diferenciação que se estabelece a partir dos produtores e do coordenador da feira, sobre os produtos comercializados: eles fazem questão de enfatizar que os produtos são de agricultura familiar ou oriundos de assentamentos ou empreendimentos solidários, constituindo-se alimentos de agroecologia, e não alimentos orgânicos. Os agroecológicos seriam alimentos produzidos sem agrotóxicos, com respeito ao ambiente, aos trabalhadores e à saúde do consumidor. A produção agroecológica valoriza a biodiversidade e

contempla o cuidado com as sementes, o solo, a água e o ar; o manejo dos resíduos e os procedimentos de pós-produção, envase, processamento, armazenamento, transporte e comercialização. Segundo informado, a qualidade dos produtos é garantida por meio dos mecanismos de controle social da Rede Terra Viva. Este é um achado importante da pesquisa junto aos atores envolvidos visto que se busca construir todo um significado de alimentação que, na essência, remete à ideia artesanal, de algo que é produzido não somente para fins comerciais, mas principalmente para valorizar o trabalho do agricultor que se preocupa com a relação com a terra, com o meio ambiente e com a saúde de seus consumidores. Não se pode deixar de mencionar também que essa concepção está em alinhamento com o pensamento de Abramovay (2010), uma vez que esse autor ressalta a noção de que a visão do território enfatiza como uma sociedade emprega os recursos que possui na relação entre sistemas sociais e ambientais.

Foi constatado ainda que os produtos orgânicos atendem a um conjunto de regras e procedimentos, adotados por uma entidade certificadora que dá garantia de que o processo produtivo foi metodicamente avaliado e está em conformidade com as normas de produção orgânica vigentes. O produto orgânico brasileiro, exceto aquele vendido diretamente pelos agricultores familiares, deverá usar o selo do SisOrg – Sistema Brasileiro de Avaliação da Conformidade Orgânica.

Além dos produtos orgânicos, os pesquisadores verificaram que a feira também comercializa produtos artesanais, ou seja, cujos ingredientes não necessariamente têm origem orgânica ou agroecológica. Em contrapartida, seu modo de produção baseado em saberes ancestrais – valorizando a cultura popular – oferece ao consumidor uma consciência palpável sobre a cadeia produtiva. Aí reside outra questão que merece destaque. O produtor, neste caso, não é um ator qualquer. Além de manter a tradição ao valorizar a cultura popular e os saberes de gerações passadas, ele tem papel fundamental na articulação de toda a cadeia produtiva.

A pesquisa apontou inúmeros desafios para todos os atores envolvidos. Apesar de configurarem um mercado em alto crescimento, da alimentação saudável, da prevenção dos males à saúde, a feira, por exemplo, não tem parceria com outras organizações ou com o governo que possibilite

sua ampliação. Outro fator é a falta de divulgação e mobilização, que fica a cargo da indicação e boca-a-boca, que não são capazes de sustentar a força de um empreendimento.

Apesar da importância deste mercado e da união e compartilhamento de valores, revela-se a fragilidade deste tipo de empreendimento, que muitas vezes se baseia no trabalho voluntário e dedicado de seus próprios fundadores, dividindo-se em múltiplas tarefas entre organizar a feira, resolver problemas de produtores, divulgação, entre outros, o que impede um eficaz gerenciamento do negócio.

Diferentemente da perspectiva do empreendimento privado pesquisado – o proprietário de loja de produto orgânico em *shopping* – o mercado é estruturado, possui fornecedores cadastrados e a disponibilidade de produtos varia, basicamente, pela sazonalidade. O mercado de orgânicos, por ter se tornado uma indústria, se organiza para oferecer todos os produtos, sem faltar na gôndola. Contudo, por outro lado, o empreendimento não sobrevive apenas com a venda de orgânicos. Para se manter, a loja oferece outros produtos saudáveis, porém não necessariamente orgânicos. São produtos industrializados, mas que obedecem a altos padrões de qualidade de produção, ou que atendem a consumidores com controle alimentar, como diabéticos, sem glúten ou sem origem animal.

A edição da feira que acontece na região da Pampulha, por exemplo, já esteve em análise para possível encerramento, já que há pouco movimento. São poucos comerciantes – o número não passa de dez, por edição. As vendas, praticamente, são realizadas entre os próprios produtores, que consomem os produtos para fabricação das suas mercadorias ou até mesmo para presentear um parente ou amigo. São poucos os consumidores visitantes, resumindo-se àqueles que passam em frente ao local da feira, que é bastante apropriado em termos de espaço e ambientação, mas um ponto pouco comercial.

Já a feira do bairro Floresta, mais tradicional, é composta por mais de 20 feirantes. Até pelo fato de ser mais antiga, é mais movimentada, e seus produtos sempre acabam ao final de sua realização, demonstrando o sucesso da iniciativa. A feira está em um local de maior visibilidade, concentração e circulação de pessoas no bairro, facilitando sua divulgação, já que fica

bem próximo às residências, pois a região é bem mais populosa do que a do bairro Pampulha, cujas casas são afastadas, exigindo deslocamento via automóveis.

Nesta pesquisa foram entrevistadas duas produtoras e também comerciantes da feira do bairro: E1 e E2. Para E1, que foi professora, a feira possibilitou continuar na área de educação, agora como educadora alimentar e ambiental. Começou consumindo produtos orgânicos há aproximadamente dez anos e no momento trabalha na feira produzindo e comercializando produtos veganos associados à alimentação e a limpeza doméstica. Segundo E1, este nicho de mercado surgiu em virtude da falta desses produtos em Belo Horizonte. Atualmente produz duas linhas: a de limpeza doméstica, que é produzida com matéria de agricultura orgânica ou de extrativismo sustentável, e a de produtos alimentícios.

Em se tratando do custo de produtos orgânicos, de modo geral, E1 diz que são produtos mais caros. Então gasta tempo pesquisando, para encontrar mais barato. Vale esclarecer que, segundo E1, na medida em que não se come quase nada industrializado, a alimentação fica mais barata. “Quando vou ao supermercado não acho quase nada pra comprar. Então, tenho que comprar *in natura* e fazer em casa e isso barateia a alimentação”. Na realidade de Belo Horizonte, o orgânico, de um modo geral, está em um nível mais alto de custo em relação aos alimentos industrializados.

A entrevistada E2 também foi professora e há três anos resolveu abandonar a profissão e se dedicar ao que sempre gostou de fazer: massas artesanais veganas e vegetarianas. Relata que foi educada pela mãe vegetariana a se alimentar de um forma saudável. Quando teve seus filhos ficou mais atenta com tudo que estava levando para a mesa, foi quando começou o consumo de orgânicos. Inicialmente encontrou dificuldades, sobretudo de onde achar produtos, pois ainda era difícil encontrar nos supermercados de Belo Horizonte. Os filhos se acostumaram com a alimentação, pois foram criados dentro desta filosofia. Contudo, segundo E2, essa educação não é fácil, pois as crianças são bombardeadas com festas e aniversários, onde há muitos doces, frituras etc. Nota-se, neste contexto, a força da sociedade de consumo representada pelas empresas de *fast food* e guloseimas que impele os consumidores em direção a formas de

consumo questionáveis. No caso da alimentação, percebe-se a tendência dos consumidores, principalmente os infantis, no sentido de optar por refeições que se baseiam em alimentos que possuem mais apelo comercial preparados, quase sempre, com altos níveis de açúcares e gordura. Em uma geração que tem como característica principal o acesso a diversos itens de consumo, percebe-se um grande problema de saúde pública.

A tendência à saudabilidade foi identificada por Barbosa (2009), Mennel, Murcott e Otterloo (1992), Ward, Coveney e Henderson (2010) e nas entrevistas de E1 e E2. Como relata o organizador da feira Terra Viva: “Os dois reais a mais que você gasta comprando cada alimento orgânico, te economizam milhares em medicação e hospital no futuro”. Percebe-se, portanto, que os feirantes reconhecem o preço mais alto da alimentação orgânica, mas que esse fator é balanceado frente a seus benefícios.

Como mencionado por Friedmann (2005), os alimentos transformaram-se em mercadorias. E2 esclarece que o produtor de orgânico produz pouca quantidade. “Então, quando as pessoas vão comprar e consideram somente o preço, ele entra como vilão. Porque o preço ainda é importante para quem não tem isso como filosofia”. E complementa: “Mas, quando você pensa nessa estrutura de que aquele produtor fez uma quantidade restrita, pensou na terra, na água, não usou agrotóxico e isso não vai prejudicar sua saúde, então, não é caro!”.

Para E2, o selo de produtos orgânicos serve como uma vistoria e garantia para os consumidores de que aquele produto é orgânico. Porém, o produto com o selo significa comprar de uma indústria, de uma máquina, e não de quem produz, e isso é uma escolha do consumidor. Como afirmou o organizador da feira, o orgânico é um rótulo massificador e, sendo assim, não é desejado pelos produtores da agroecologia. Percebe-se aí um dilema vivenciado por diversos atores participantes deste empreendimento de economia solidária.

Os produtos da Feira Terra Viva e de vários produtores das associações que são assistidas pela rede não têm o selo. São chamados de produtos agroecológicos. Entretanto, E2 apoia que os produtos orgânicos estejam sendo comercializados em redes mercadistas, pois as pessoas podem escolher entre alimentos que têm agrotóxicos e alimentos que não

têm. Assim como o organizador da feira, o proprietário da loja de orgânico de *shopping*, os consumidores entrevistados e as feirantes entrevistadas concordam que o mercado de orgânicos é promissor e as pessoas, cada vez mais, passam a se preocupar com a alimentação, conforme descrito por Penteado (2003).

Tendo em vista, também, o crescimento econômico e o aumento do acesso a produtos mais valorizados por grande parte da população brasileira, em todas as suas camadas sociais, a alimentação passa a se tornar uma categoria de interesse e ampliação do consumo. Os orgânicos figuram como alimentos especiais que não eram disseminados em camadas como a classe média, que passou a considerar alguns desses produtos como componentes da compra mensal.

E2 reforça esta predisposição e relata que a feira inicialmente era um lugar onde um grupo de consumidores e produtores, interessados em uma horta, vendiam e consumiam. A feira cresceu: “O consumidor é convidado a participar dos encontros, para ver como a gente calcula preço. As decisões são tomadas de maneira coletiva, todos votam e decidem, então acaba sendo uma relação ótima para o consumidor”. A informação, também confirmada pelo organizador da feira, reafirma a postura da produção agroecológica, que prevê o respeito aos indivíduos e a participação coletiva.

Já com relação ao consumo no futuro, E2 se vê, junto com seus filhos, comendo orgânicos, sendo vegetarianos e ambientalistas. Ela espera pessoas saudáveis, voltando ao natural. Apesar de poder ser considerada uma ideia utópica ou distante, a fala da entrevistada aponta uma tendência de maior atenção com a alimentação por parte dos consumidores, por meio, inclusive, de uma maior cobrança de empresas e governos sobre uma atuação mais ambientalmente responsável e socialmente justa.

Para finalizar, E2 acrescenta que vegetarianos e veganos ainda são vistos como esquisitos. “É porque a gente está indo contra a maré, na contramão do que é imposto, do que é vendido, desejado, do que se vende na televisão, do que mostra nas novelas, na mídia”. Esta visão demonstra um alto nível de conscientização, reforçando como os feirantes atuam não só como comerciantes, mas também educadores ambientais.

A partir dos dados coletados em campo, percebeu-se a complexidade que envolve a produção, o consumo e a conscientização em torno dos alimentos orgânicos e, sobretudo, os agroecológicos. Os dilemas e os questionamentos envolvidos nesta discussão fomentaram a emergência de outros apontamentos que articulam os preceitos de um empreendimento atrelado à economia solidária com todo um arcabouço ideológico percebido no tocante à sociedade de consumo.

Apontamentos críticos sobre a articulação entre empreendimentos de economia solidária e a sociedade de consumo

A pesquisa de campo ajudou a descortinar algumas questões críticas que julgamos serem adequadas problematiza-las nesta seção. A primeira delas está diretamente relacionada ao que foi exposto na introdução deste texto: a forma como o consumo por meio dos imperativos do estilo e da beleza, atrelado à venda de produtos associados às emoções estaria “contaminando” todos os domínios da vida na atualidade, atingindo até mesmo aqueles produtos, serviços ou empreendimentos que carregam em sua essência algo distante dessas premissas. Essa questão encontra respaldo nas ideias advogadas por Boltanski e Chiapello (2009) ao reforçarem a noção de que o capitalismo não consegue se justificar mais apenas no argumento da busca pelo lucro, uma vez que, sutilmente, precisa mudar o foco para alguns princípios que justifiquem seu engajamento econômico. Neste contexto, surgem as iniciativas voltadas para responsabilidade social empresarial, consumo sustentável, consumo consciente, sustentabilidade ambiental e inúmeros outros rótulos que passam a fazer parte da agenda de empresários, palestrantes, consultores e autores de textos voltados para a realidade empresarial. Todos estes exemplos servem de justificações para fortalecer o capitalismo à medida que representa a construção de respostas às críticas que a ele são destinadas.

A utilização do rótulo de orgânico, na visão dos entrevistados, parece representar esta realidade. Ou seja, entende-se, na perspectiva dos entrevistados, que o fato de um produto ser orgânico geraria discrepância com a economia solidária. O orgânico, de certa forma, é colocado em segundo plano por parte da organização da feira e dos feirantes entrevistados.

É como se o orgânico fosse um rótulo, uma embalagem, uma forma de explorar a produção pelo sistema capitalista, o que fugiria dos princípios e ideais de cooperação propagados na feira. Os membros compartilham um sentimento de harmonia e comunhão – e não de comercialização pura e simples – ao, por exemplo, abraçar-se desejando que a feira seja boa para todos, que o alimento seja purificação e saúde aos que o receberão, ou na roda – uma espécie de oração conjunta com todos os feirantes – que inicia a feira, como um ritual de distribuição/venda dos alimentos e mercadorias (conforme a figura 2). Isto é, resiste-se à influência da sociedade de consumo atual em tornar “uma forma de ação” em um produto a ser vendido, a se entregar aos domínios do capitalismo artista e da abordagem experiencial do consumo, elementos marcantes da sociedade de consumo.

Figura 2 – Forma de interação entre os feirantes



Fonte: Acervo dos autores

Como já ressaltado em outro ponto deste texto, não se pode esquecer que a cultura de consumo é um dos elementos ideológicos fundamentais da sociedade de consumo atual (SLATER, 2002; RETONDAR, 2007; FONTENELLE, 2017). A partir daí, parece fazer sentido que os consumidores construam sua identidade e seu lugar na sociedade por meio daquilo que consomem, incluindo bens, serviços, lugares que frequenta e principalmente suas formas de pensar e de se relacionar com o mundo. Ou seja, tal como defendido por Campbell (2006), vale, nesse caso, a máxima “consumo, logo existo”. Neste sentido, ganhou um lugar importante no imaginário popular a ideia de que consumir produtos orgânicos e agroecológicos é algo que faz do consumidor alguém que se diferencia dos demais. Assim, muitos indivíduos lançam mão deste discurso pelo simples modismo, sem compreender que há toda uma lógica relacionada à produção, distribuição, venda e consumo de produtos orgânicos atrelados aos preceitos de um empreendimento de economia solidária que vai muito além de um rótulo ou de um termo “vazio”.

Isto fica bastante evidente quando se chega à constatação de que o rótulo orgânico passa a ser uma forma deturpada do mercado em explorar ainda mais o produto da terra e o seu produtor, usando das chancelas “orgânico”, “natural”, “direto do produtor”, para encarecer o produto e somar vantagem a partir da “bandeira agroecológica” quando, na verdade, o produtor não tem o retorno financeiro na mesma proporção. O produto ganha um valor *premium* no mercado, pode ser vendido mais caro, porém, o verdadeiro valor que o consumidor transfere para o produto não se efetiva para seu produtor. A cadeia de distribuição acaba ficando com a maior fatia e o sistema de exploração se repete, agora com um rótulo verde. Por isso a pesquisa aponta que os produtores agroecológicos, de fato, respeitam a terra, sua produção e a valorização deste tipo de alimentação e rejeitam o rótulo de “produto orgânico”, pois ele representaria uma forma de exploração. Isso vem a reforçar a tese de alguns autores como Bauman (2008) os quais enfatizam a ideia de que, na sociedade de consumo atual, tudo pode ser transformado em “mercadoria”.

Tudo isso parece em linha com o que é defendido por Lipovetsky e Serroy (2015) quando eles enfatizam que o capitalismo artista, próprio

da sociedade de consumo atual, desenvolve um consumidor faminto de novidades, de animações, de experiências, de fruições sensíveis e de conceitos que o torne *cool*, atual, moderno, “antenado” com as tendências do mercado.

Assim, como resultado, ressalta-se a postura de repúdio ao termo orgânico por parte dos produtores e feirantes pesquisados, visto que o selo significa um rótulo, ou seja, uma indústria, o que contraria os princípios da agroecologia, da pequena produção e seu produtor, preocupados com a terra, com a saúde e com as famílias. O respeito à produção não precisaria, segundo os entrevistados, de um rótulo para envolver uma cadeia de produção. Há que se pensar no pequeno produtor e respeitar suas condições de produção, para assim valorizar a alimentação saudável e com respeito às pessoas e à natureza.

De acordo com os entrevistados, há uma valorização crescente do mercado de orgânicos e isso favorece o desenvolvimento de iniciativas de fomento à atividade. Porém, não se verificam, atualmente, nenhuma política articulada, tanto perante o governo, ou de empresas, até mesmo da sociedade civil organizada, para proteger o produto agroecológico, o pequeno produtor e o respeito à sua produção. Os olhos parecem estar voltados à grande produção da cadeia de orgânicos, que se estabelece em redes de produção nos moldes fabris, das máquinas e dos rótulos. É quando o produto da terra vira rótulo, quando o respeito ao produtor pequeno e verdadeiramente sustentável pode se perder frente à indústria exploradora do consumo, camuflado pelo rótulo de “orgânico”.

Em suma, se percebeu uma resistência marcante por parte dos atores envolvidos nos empreendimentos pesquisados no sentido de buscar manter a essência do que é, de fato, uma iniciativa de economia solidária. Eles chegam a negar o rótulo de orgânico, uma vez que defendem a ideia de que um “simples” orgânico pode ser comprado em um supermercado como um produto qualquer, destituído de qualquer valor que o caracterize como solidário. Ou seja, a pesquisa confirma a ideia de que se trata de um movimento que vem se mantendo à margem de todas as influências da sociedade de consumo.

A partir daí, chegamos à seção final do capítulo na qual são expostas as considerações de cunho conclusivo, bem como apresentadas algumas reflexões finais.

Considerações Finais

Resgatando os questionamentos expostos na seção de introdução deste capítulo, este texto objetivou, por meio da análise dos dados coletados em uma pesquisa de campo conduzida com atores de um empreendimento de economia solidária local de Belo Horizonte destinado à produção de produtos orgânicos e agroecológicos, problematizar até que ponto é possível manter a essência de um empreendimento de economia solidária local passando ao largo de toda uma tendência de “rotulação” e estetização impostas pela sociedade de consumo atual. A análise do *corpus* possibilitou construir uma série de apontamentos críticos que podem ser sintetizados na afirmação de que os atores pesquisados repudiam a associação dos produtos produzidos e comercializados por eles com o rótulo de “orgânico”. Na perspectiva deles, a alcunha de “orgânico” pode ser entendida como um rótulo, uma embalagem, uma forma de explorar a produção pelo sistema capitalista, o que fugiria dos princípios e ideais de cooperação e compartilhamento defendidos e colocados em prática pelos feirantes. Ainda que exista toda uma estrutura mercadológica que impele tanto os produtores como os consumidores no sentido de se aderir ao consumo experiencial e à sustentabilidade do consumo, esses indivíduos se mantêm firmes no propósito de privilegiar a essência dos empreendimentos solidários. Ou seja, faz todo o sentido (re) ver o título do capítulo para confirmar que esses empreendedores sociais estão, de fato, “remando contra a maré”.

Ao trazer os elementos defendidos por Lipovetsky e Serroy (2015) atrelados aos conceitos da sociedade de consumo (RETONDAR, 2007; LIPOVETSKY, 2007; BAUMAN, 2008; FONTENELLE, 2017) confrontados com a realidade de um empreendimento social, a discussão ganha contornos especiais que acabaram por torna-la oportuna e reveladora para diversos campos envolvidos. Embora outras leituras críticas poderiam ter sido incorporadas, pode-se afirmar que atingiu-se o objetivo proposto.

Deve-se ressaltar que as temáticas aqui tratadas são oportunas e reveladoras para se compreender inúmeras questões controversas da sociedade atual. O mercado de alimentação em geral e, em especial, o ramo que se dedica à cadeia de produção, distribuição e consumo de alimentos naturais, agroecológicos ou orgânicos se apresentam com outras questões

que acabam por aumentar a complexidade. Quando tudo isso tem o contorno dos empreendimentos de economia solidária fica fácil concluir que há muito o que se debater.

Em que pesem as limitações do desenho da pesquisa empírica proposto e colocado em prática, os resultados forneceram subsídios interessantes (porém, não exaustivos) sobre a complexa articulação envolvendo sociedade de consumo e todos os seus desdobramentos, empreendimentos de economia solidária e consumo de produtos agroecológicos. Os apontamentos críticos, contudo, se limitaram ao que os atores entrevistados disseram. Faltou, evidentemente, ouvir os diversos outros atores envolvidos como outros grupos de consumidores, comerciantes, empresários, ativistas, gestores de empreendimentos com cunho social, representantes governamentais, especialistas em políticas públicas, entre outros. O campo também abre possibilidades para explorar os alimentos agroecológicos na perspectiva do consumo colaborativo e economia compartilhada, observando-se as dinâmicas e os atores articulados em rede. Indica-se ainda a realização de mais entrevistas em profundidade, com outros feirantes, inclusive de outras feiras de orgânicos locais ou regionais, a fim de cruzar os dados coletados. Torna-se essencial lançar mão de toda uma literatura desenvolvida nas últimas décadas que se dedicou a entender os aspectos culturais, simbólicos e ideológicos do consumo (ARNOULD e THOMPSON, 2005) sem esquecer que precisamos situar social e culturalmente o consumo a partir da realidade brasileira com todas as suas peculiaridades e idiossincrasias (PINTO e BATINGA, 2018).

Por fim, cabe salientar que as temáticas tratadas aqui tangenciam diversas articulações que podem (e precisam) ser aprofundadas em vários sentidos. Neste sentido, a lista de possibilidades é considerável e não se esgota nestas poucas linhas. Discussões mais aprofundadas poderiam ser conduzidas por meio da utilização de autores mais críticos acerca da sociedade de consumo e das disfunções do consumo. Embora a literatura relacionada ao conceito, características e formas de operacionalização de empreendimentos de economia solidária, é essencial avançar em direção de se entender com mais profundidade toda a complexidade que esta modalidade de negócio traz em seu bojo.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, et al (org). **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**: subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: Secco, 2010.

ABRAS. **Associação Brasileira de Supermercados** (2012). Disponível em: <http://www.abrasnet.com.br/economia-e-pesquisa/consumidor/>. Acesso em: 14 mar. 2015.

ALMEIDA, D. A. O; MELGAÇO, L. M. F. J. Agroecologia, agricultura urbana e planejamento metropolitano: conexões possíveis para uma reestruturação territorial da RMBH. **Cadernos de Agroecologia**, v. 10, n. 3, 2015.

ALVES, J. N.; FLAVIANO, V.; KLEIN, L. L.; LÖBLER, M. L.; PEREIRA, B. A. D. A Economia Solidária no Centro das Discussões: um trabalho bibliométrico de estudos brasileiros . **Cadernos EBAPE.BR**, v. 14, n. 2, p. 243-257, 2016.

AMIN, A.; COHENDET, P. **Architectures of Knowledge**: Firms, Capabilities, and Communities. New York: Oxford, 2004.

ANDION, C. Gestão em organizações da economia solidária: contornos de uma problemática. **Revista de Administração Pública**, v. 32, n. 1, p. 7-25, 1998.

ANDION, C. A gestão no campo da economia solidária: particularidades e desafios. **Revista de Administração Contemporânea**, v. 9, n. 1, p. 79-101, 2005.

ARNOULD, E. J.; THOMPSON, C. J. Consumer culture theory (CCT): Twenty years of research. **Journal of consumer research**, v. 31, n. 4, p. 868-882, 2005.

BARBOSA, L. **Sociedade de Consumo**. São Paulo: Jorge Zahar Editores, 2004.

BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. O Estudo do Consumo nas Ciências Sociais Contemporâneas. IN: BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (org). **Cultura, Consumo e Identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BARBOSA, L. Comida e sociabilidade no prato do brasileiro. In: BARBOSA, L. PORTILHO, F.; VELOSO, L. **Consumo: Cosmologias e Sociabilidades**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2009.

BARCELLOS, M. D.; BOSSLE, M. B.; PERIN, M. G.; VIEIRA, L. M. Consumption of eco-innovative food: how values and attitudes drive consumers' purchase of organics? **Revista Brasileira de Marketing**, v. 14, n. 1, p. 110-121, 2015.

BAUDRILLARD, J. **A sociedade de consumo**. Lisboa: Edições 70, 1995.

BRASIL. MTE-Ministério do trabalho e Emprego. **Atlas da Economia Solidária no Brasil**. Brasília: TEM Senaes, 2007. Disponível em: <http://base.socioeco.org/docs/sies_atlas_parte_1.pdf> Acesso em: 03 jul. 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BAUMAN, Z. **Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria**. Tradução de Carlos Alberto Medeiros, Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CARÛ, A.; COVA, B. Revisiting Consumption Experience: a more humble but complete view of the concept. **Marketing Theory**, V. 3, n. 2, p. 267-286, 2003.

CALBINO, D. O Estado da Arte da Produção Científica em Economia Solidária. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 1, n. 2, p. 95-103, 2016.

CAMPBELL, C. Eu compro, logo sei que existo: as bases metafísicas do consumo moderno. IN: BARBOSA, L.; CAMPBELL, C. (org). **Cultura, Consumo e Identidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CRESWELL, J.W. **Research design: qualitative, quantitative and mixed methods approaches**. 2. Ed. Lincoln: SAGE Publications, 2003.

CRITÉRIO BRASIL. **Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa** (ABEP). Disponível em: <http://www.abep.org/criterio-brasil>. Acesso em: 03 jul. 2016.

DESJEUX, D. **O Consumo**: abordagens em ciências sociais. Maceió, AL: UFAL, 2011.

EISENHARDT, K. M. Building theories from case study research. **Academy of Management**, v. 14, n. 4, p. 532-550, 1989.

FONTENELLE, I. A. **Cultura do consumo**: fundamentos e formas contemporâneas. São Paulo: FGV Editora, 2017.

FRANÇA FILHO, G. A via sustentável solidária no desenvolvimento local. **Organizações & Sociedade**, v.15, n.45, p.140-154, 2008.

FRIEDMANN, H. From Colonialism to Green Capitalism: Social Movements and Emergence of Food Regimes. In: BUTTEL, F.; MCMICHAEL P. (Orgs.). **New Directions in the Sociology of Global Development**. New York: Elsevier, 2005.

GAIGER, L. I. A dimensão empreendedora da economia solidária: notas para um debate necessário. **Outra economia**, v. 2, n. 3, p. 58-72, 2011.

GOMES, A. N. **O novo consumidor de produtos naturais**: consumindo conceitos muito mais do que produtos. s/l; ESPM, jun. 2009. Disponível em: http://www2.espm.br/sites/default/files/o_novo_consumidor_de_produtos_naturais.pdf Acesso em: 03 jul. 2016.

HOLBROOK, M. B.; HIRSCHMAN, E. C. The Experiential Aspects of Consumption: Consumer fantasies, feelings, and fun. **Journal of Consumer Research**, v. 9, p. 132-140, 1982.

LACERDA, J. O. S.; VASCONCELOS, J. M.; SILVA, J. C.; ABREU, N. R. “Antropocêntricos ou Ecocêntricos?”: As Motivações dos Consumidores para a Compra de Alimentos Orgânicos em uma Feira de Recife, PE. **Gestão e Sociedade**, v. 10, n. 25, p. 1255-1273, 2016.

LIMA, D. N. O. **Consumo**: Uma perspectiva antropológica. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

LIPOVETSKY, G. **A Felicidade Paradoxal**: ensaios sobre a sociedade de hiperconsumo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LIPOVETSKY, G.; SERROY, J. **A estetização do mundo**: viver na era do capitalismo artista. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

MACIEL, W. R. E.; OLIVEIRA, D. M.; LIMA-FILHO, D. O. Segmentação Psicográfica dos Consumidores de Alimentos Orgânicos. **Revista Pretexto**, v. 17, n. 3, p. 90-102, 2016.

MACIEL, W. R. E.; OLIVEIRA, D. M.; SANCHES, A. C.; LIMA-FILHO, D. O. Segmentação dos consumidores a respeito dos produtos orgânicos. **Revista Capital Científico - Eletrônica**, v. 13, n. 3, p. 76-92, 2015.

MENNELL, S.; MURCOTT, A.; OTERLOO, A. **The Sociology of Food: Eating, Diet and Culture**. London: Sage, 1992.

McCRACKEN, G. **Cultura e Consumo**: novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo. Rio de Janeiro: Mauad, 2003.

NASCIMENTO, L. M.; SILVA, V. A.; PIVETTA, N. P.; SCHERER, F. L. A Percepção dos Consumidores em Relação às Estratégias de Marketing Desenvolvidas por uma Empresa de Produtos Naturais e Orgânicos. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 16, n. 2, p. 168-179, 2017.

ORGANICMONITOR. 2011. Disponível em: <<http://www.organicmonitor.com/>> Acesso em: 20 Jul. 2011.

PENTEADO, S. R. **Introdução à agricultura orgânica**. Aprenda fácil, 2003.

PEREIRA, M. W. G.; LIMA FILHO, D. O.; MACIEL, W. R. E.; OLIVEIRA, D. M. Determinants of organic products consumption. **Revista Brasileira de Marketing**, v. 14, n. 1, p. 122-137, 2015.

PINHEIRO, D. C.O Estado da Arte da Produção Científica em Economia Solidária. **Administração Pública e Gestão Social**, v. 8, n. 2, p. 95-103, 2016.

PINTO, M. R.; BATINGA, G. L. **Cultura e Consumo no Brasil**: estado atual e novas perspectivas. Belo Horizonte: Editora PUC Minas, 2018.

RETONDAR, A. M. **Sociedade de consumo, modernidade e globalização**. São Paulo: Annablume, 2007.

SAMPAIO, D. O.; GOSLING, M. Intenção de compra e consumo de alimentos orgânicos. **Revista Gestão Organizacional**, v. 7, n. 1, p. 43-62, 2014.

SINGER, P. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002.

SLATER, D. **Cultura do Consumo e Modernidade**. São Paulo: Nobel, 2002.

TASCHNER, G. **Cultura, Consumo e Cidadania**. Bauru, SP: EDUSC, 2009.

WARD, P.; COVENEY, J.; HENDERSON, J. Editorial: A sociology of food and eating Why now? **Journal of Sociology**, v. 46, n. 4, p. 347-351, 2010.

WISKERKE, J.; PLOEG, J. **Seeds of Transition**: Essays on Novelty Production, Niches and Regimes in Agriculture. Assen: Van Gorcum, 2004.

WELLEN, H. A. R. Contribuição à crítica da 'economia solidária'. **Revista Katálysis**, v. 11, n. 1, p. 105-115, 2008.

